

2010

Relatório e Contas



TRANQUILIDADE



VALTER VINAGRE

b. 1954, Portugal

"S/ título #19", da série Variações para um fruto, 2003

Prova por destruição selectiva de corantes (Ilfochrome)

102,5 x 127,5 cm • Edição: 1/3

Cortesia do Artista



Índice Geral

COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE

01 Órgãos Sociais	07
02 Relatório do Conselho de Administração	11
03 Demonstrações Financeiras	21
04 Demonstração do Rendimento Integral	27
05 Mapa de Variação de Capitais Próprios	31
06 Demonstração de Fluxos de Caixa	35
07 Anexo às Demonstrações Financeiras	39
08 Divulgação das Políticas de Remuneração	81
09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	95
10 Quadros Directivos	103
11 Rede de Lojas	107

Companhia de Seguros

TRANQUILIDADE, S.A.

Av. da Liberdade, n.º 242

1250 - 149 Lisboa/ Portugal

Registo na Conservatória de

Registo Comercial de Lisboa

NIPC: 500 940 231



TRANQUILIDADE



VALTER VINAGRE b. 1954, Portugal

**Da série *Varições para um fruto,*
"S/ título #1", 2003**

Prova por destruição selectiva
de corantes (Ilfochrome)

43 cm x 45,5cm

Edição única

Cortesia do Artista

01 Órgãos Sociais



03 Demonstrações Financeiras
21



04 Demonstração do Rendimento Integral
27



02 Relatório do Conselho de Administração
11



05 Mapa de Variação de Capitais Próprios
31



06 Demonstração de Fluxos de Caixa
35



07 Anexo às Demonstrações Financeiras
39



08 Divulgação das Políticas de Remuneração
81



09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
95



10 Quadros Directivos
103



11 Rede de Lojas
107

Assembleia-Geral

Presidente

Luís Frederico Redondo Lopes

Secretário

Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo

Conselho de Administração

Presidente

Rui Manuel Leão Martinho

Vogais

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Miguel Luís Kolback da Veiga

António José Baptista do Souto

Manrico Iachia

António Manuel Rodrigues Marques

Comissão Executiva

Presidente

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Membros

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Conselho Fiscal

Presidente

José Manuel Ruivo da Pena

Vogais

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

António Ricardo Espírito Santo Bustorff

Vogal Suplente

José Ramos Teles de Matos

Revisor Oficial de Contas

José Manuel Macedo Pereira

Suplente

Ana Cristina Soares Valente Dourado em representação de KPMG e Associados

Comissão Executiva



Peter Brito e Cunha
Presidente



Tomé Pedroso



Miguel Rio-Tinto



Miguel Moreno



Nuno Clemente



VALTER VINAGRE b. 1954, Portugal
Da série **Variações para um fruto,**
"S/ título #2", 2003
Prova por destruição selectiva de
corantes (Ilfochrome)
102,5 x 127,5cm
Edição única
Cortesia do Artista

02 Relatório do Conselho de Administração



01 Órgãos Sociais
07



03 Demonstrações Financeiras
21



04 Demonstração do Rendimento Integral
27



05 Mapa de Variação de Capitais Próprios
31



06 Demonstração de Fluxos de Caixa
35



07 Anexo às Demonstrações Financeiras
39



08 Divulgação das Políticas de Remuneração
81



09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
95



10 Quadros Directivos
103



11 Rede de Lojas
107

02 Relatório do Conselho de Administração

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as Contas da Companhia de Seguros Tranquilidade, SA (adiante designada por Tranquilidade ou Companhia), respeitantes ao exercício de 2010.

2.1. - Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2010 ficou marcado pela crise do risco soberano na Zona Euro, sobretudo em resultado do forte desequilíbrio das contas públicas da Grécia e das dificuldades do sector financeiro da Irlanda. O receio da necessidade de apoio financeiro da UE e do FMI se estender a outros países contagiou as economias da periferia da Zona Euro, em particular Portugal e Espanha, penalizando as respectivas condições de financiamento.

Apesar dos receios de instabilidade financeira, o ano de 2010 foi também marcado pela evolução favorável da actividade nas principais áreas económicas, com os impactos desfasados dos estímulos das políticas monetária e orçamental a fazerem sentir-se na procura interna e sobretudo, nos fluxos de comércio internacional. Em 2010 e após os registos negativos observados em 2009, o PIB cresceu 3,6% na Alemanha, 1,7% na Zona Euro e 2,8% nos EUA. As principais economias emergentes mantiveram um dinamismo elevado, registando-se crescimentos de 10,3% na China e 7,5% no Brasil.

12 2.1.1. – Situação Económica Internacional

Após a contracção do PIB observada em 2009 (-2,6%), e apesar de uma conjuntura marcada por diversas incertezas e riscos, a economia dos Estados Unidos cresceu 2,9% em 2010. Em termos anualizados, o crescimento do PIB desacelerou de 5,0% no 4º trimestre de 2009 para apenas 1,7% no 2º trimestre de 2010. A taxa de desemprego permaneceu elevada (9,5% da população activa no final do 1º semestre) embora tenha apresentado uma trajectória descendente ao longo do ano.

A elevada capacidade produtiva instalada não utilizada contribuiu para que a inflação registasse uma trajectória de queda ao longo do período em causa. No início do Verão, os receios de ocorrência de uma nova recessão e os riscos acrescidos de uma conjuntura deflacionista tornaram-se mais visíveis.

Na vertente orçamental, a actual Administração Obama anunciou novos estímulos à procura interna mantendo parte substancial dos estímulos fiscais da anterior administração Bush, estimando-se que ascendam a mais de USD 800 mil milhões. O último trimestre do ano interrompeu a tendência de descida das taxas de juro de mercado, com as perspectivas mais favoráveis para a actividade económica a gerarem receios de pressões inflacionistas fruto da política monetária expansionista.

No entanto, para além das injeções extraordinárias de liquidez, o Fed não sinalizou qualquer intenção de iniciar um ciclo de subidas dos juros de referência, mantendo-se a *target rate* dos *fed funds* num intervalo entre 0% e 0,25% ao longo de 2010.

Durante o ano de 2010, a economia da Zona Euro consolidou a trajectória de recuperação da actividade iniciada na segunda metade de 2009, que pôs termo ao período de recessão iniciado no 2º trimestre de 2008. O PIB registou assim, um crescimento de 1,7%, após a contracção de 4,1% verificada em 2009. Na base desta recuperação esteve o forte desempe-

nhos das exportações que beneficiaram da dinamização dos fluxos de comércio internacional e em especial, da procura oriunda das economias emergentes.

Particularmente forte foi também o desempenho da actividade no 2º trimestre ao crescer 1,0% em termos trimestrais, beneficiando do estímulo fornecido pelo conjunto das políticas de cariz expansionista. No entanto, a base da recuperação foi-se tornando gradualmente mais ampla, sendo também de notar a melhoria do consumo privado e a atenuação da quebra sofrida pelo investimento (o investimento em equipamento exibiu já um crescimento face ao ano anterior), acompanhando uma melhoria dos níveis de confiança e a progressiva normalização das condições de financiamento nas economias *core*.

A recuperação da actividade no conjunto da Zona Euro não foi no entanto, uniforme, sendo de sublinhar a evidente heterogeneidade de desempenho entre Estados-membros. Digno de registo é o desempenho da economia alemã que cresceu 3,6% em 2010, o maior ritmo de expansão desde a reunificação, com um forte contributo das exportações e do investimento em equipamento. Este desempenho contrasta com a desaceleração e mesmo contracção registada pelas economias periféricas da União Económica e Monetária. Neste plano, é de destacar a contracção das economias grega, irlandesa e espanhola, a primeira das quais superior a 4,0%, sobretudo em consequência do acentuado esforço de consolidação orçamental em curso naqueles Estados-membros.

No plano dos preços, a taxa de inflação média anual foi de 1,4% o que representa uma subida face ao registo de 0,3% em 2009 e que em grande medida se ficou a dever às componentes de energia, transportes e alimentação. A taxa de inflação subjacente que exclui aquelas componentes, registou um decréscimo face ao ano anterior, traduzindo a ausência de pressões inflacionistas impostas pela procura. Tal facto decorre também da elevada capacidade produtiva instalada não utilizada e do aumento da taxa de desemprego para 10,0% da população activa.

Neste contexto, o Banco Central Europeu manteve inalterada durante todo o ano, a taxa de juro de referência em 1,0%, nível a que se encontra desde Maio de 2009. Paralelamente, a autoridade monetária forneceu ampla liquidez ao sistema bancário, promovendo operações de cedência ilimitada de liquidez a 3 meses e também, a partir de Maio, adquirindo pontualmente em mercado secundário, títulos de dívida pública, visando reduzir as tensões observadas em alguns mercados, e que foram particularmente visíveis nos mercados de dívida soberana de alguns Estados periféricos.

2.1.2. – Situação Económica Nacional

O ano de 2010 foi caracterizado por uma deterioração das condições financeiras enfrentadas pela economia portuguesa, em resultado da maior aversão ao risco dos investidores face à periferia da Zona Euro e sobretudo, na sequência do *downgrading* da República (em dois graus, para A-) levado a cabo, em Abril, por uma das principais agências de *rating*.

Apesar de uma situação sólida ao nível da solvabilidade, os Bancos portugueses passaram a enfrentar um ambiente externo adverso no acesso à liquidez, sendo forçados a um maior recurso às operações de cedência de liquidez do BCE e obrigando a um ajustamento das condições de financiamento da actividade económica interna, no sentido de um aumento da sua restritividade. Em todo o caso, e apesar da evolução desfavorável do consumo e do investimento na segunda metade do ano, a economia portuguesa registou em 2010 um crescimento anual de 1,4%, acima das expectativas, beneficiando em particular, do dinamismo das exportações.

No contexto da crise do risco soberano da Zona Euro, a política orçamental foi caracterizada em 2010 (sobretudo no último trimestre), pela adopção de medidas fortemente restritivas com o objectivo de reduzir o défice de 9,3% do PIB em 2009 para 4,6% do PIB em 2011. Estas medidas incluíram

o aumento da carga fiscal nos impostos sobre o rendimento e sobre o consumo, destacando-se neste caso, a subida do IVA de 20,0% para 21,0% em Julho, e de 21,0% para 23,0% já em Janeiro de 2011.

Do lado da despesa, destacam-se o anúncio da redução dos salários e o congelamento de admissões na função pública, para além de cortes nas despesas sociais e de investimento. Em 2010, o défice das Administrações Públicas reduziu-se para um valor de aproximadamente 6,9% do PIB (abaixo da estimativa inicial de 7,3% e beneficiando de uma receita extraordinária de cerca de 1,1% do PIB decorrente da transferência dos fundos de pensões da PT para o sistema público de pensões). A dívida pública subiu de 76,1% para 82,1% do PIB, mantendo-se no entanto, ainda abaixo da média da Zona Euro de 84,1% do PIB.

A subida da taxa média anual de desemprego, de 9,5% para 10,8% da população activa e a perspectiva de redução do rendimento disponível penalizaram a confiança dos consumidores e determinaram uma desaceleração da procura interna na parte final do ano. No entanto, no conjunto de 2010, o consumo privado cresceu cerca de 1,9%, sobretudo em resultado da antecipação de decisões de consumo face aos aumentos do IVA atrás referidos.

Este efeito foi particularmente visível na aquisição de bens duradouros (sobretudo veículos de transporte). Em termos médios anuais, a inflação no consumo subiu de -0,8% para 1,4%, observando-se uma aceleração mais visível dos preços nos últimos meses do ano, decorrente sobretudo da subida dos preços da energia. A inflação homóloga atingiu 2,5% em Dezembro.

A deterioração das expectativas face à evolução da procura interna e externa, os elevados níveis de incerteza e as condições mais restritivas no acesso a financiamento levaram a uma nova queda do investimento (cerca de -6,0%, após a queda de 14,0% já verificada em 2009). A retracção das despesas de capital foi comum a todos os sectores – famílias, empresas e Administrações Públicas.

As exportações registaram um crescimento de aproximadamente 8,8%, após o recuo de -11,7% verificado no ano anterior. Para este desempenho contribuíram sobretudo, as exportações associadas à indústria transformadora que beneficiaram da recuperação da procura e da actividade industrial a nível global e em especial, nos principais parceiros comerciais de Portugal na Zona Euro (com destaque para a Alemanha, com um crescimento anual do PIB de 3,6%). As encomendas externas à indústria mantinham um forte crescimento na parte final do ano (perto de 50,0%, em termos nominais e homólogos).

O comportamento favorável das exportações e o progressivo ajustamento da procura interna (pressionando em baixa as importações) contribuíram para uma redução do défice externo. Em 2010, o saldo conjunto das balanças corrente e de capital, que reflecte as necessidades líquidas de financiamento externo da economia, reduziu-se de 9,4% para 8,5% do PIB.

2.1.3. – Mercado Segurador

Depois de em 2009 a produção do sector segurador ter sofrido uma queda (-5,3%), o ano de 2010 voltou a ser de expansão da actividade seguradora. Os prémios emitidos ascenderam a 16 341 milhões de euros, o que representa uma taxa de crescimento de 12,6% em relação ao ano anterior.

Para esta evolução, foi fundamental o desempenho do segmento Vida. Com prémios de 12 173 milhões de euros e uma taxa de crescimento de 17,2%, o segmento Vida representa perto de 75% do total da produção do sector. A expansão do segmento Vida, alcançada num quadro de grande instabilidade dos mercados financeiros, reflecte a atracção dos aforradores por produtos com reduzido risco de investimento. Os produtos de capitalização apresentaram um expressivo crescimento (23,3%) e, apesar das anunciadas limitações às respectivas deduções fiscais, os PPR continuaram a atrair investidores tendo as contribuições aumentado novamente em 2010 (+3,4%).

No segmento Não Vida, o volume de prémios atingiu 4 168 milhões de euros, crescendo 0,9% face a 2009, o que representa um progresso significativo face à tendência de contracção que predominou nos dois anos anteriores. Em 2010, destaca-se a expansão do ramo Saúde (+6,5%) reflectindo a continua preocupação com os acessos aos cuidados de saúde, e os ramos Multirriscos (+3,5%) e Responsabilidade Civil (+4,2%).

Com uma evolução negativa continua o ramo Acidentes de Trabalho (-4,1%), reflexo da conjuntura no mercado de trabalho.

Foi neste contexto que o ramo Automóvel começou a recuperar das fortes quebras registadas desde 2007 e apresenta em 2010 uma variação positiva, ainda que modesta (0,4%).

O peso da actividade seguradora no PIB cresceu de 8,87% em 2009 para 9,72% em 2010, o maior nível jamais alcançado no mercado Português. O segmento Vida representa 7,24% do PIB e o Não Vida representa 2,48% (6,35% e 2,53% em 2009, respectivamente).

De acordo com as contas provisórias do sector segurador, os resultados de exploração atingiram cerca de 420 milhões de euros em 2010, sendo o segmento Vida responsável por 390 milhões de euros beneficiando de uma prudente e eficaz política de gestão da carteira de investimentos que se estima já em cerca de 50 mil milhões de euros. O segmento Não Vida, pressionado pelas elevadas taxas de sinistralidade médias, manteve ainda um nível de rentabilidade modesto.

2.2 – Factos Relevantes em 2010

Os últimos anos corresponderam a um período muito adverso no sector segurador, o que é visível no débil crescimento e na forte degradação da margem do sector.

Num contexto de crise económica, 2010 revelou alguns sinais positivos, com o mercado Não Vida a crescer tenuemente (0,9%) e o mercado Vida a crescer de forma mais expressiva (17,2%), invertendo a tendência de perda do ano anterior.

No mercado Não Vida, apesar da adopção de medidas correctivas nos preços dos ramos obrigatórios – Automóvel e Acidentes de Trabalho – por parte da generalidade das maiores seguradoras, tal não foi ainda suficiente para melhorar a rentabilidade do sector. Com efeito, as taxas de sinistralidade mantêm-se elevadas e nos ramos de maior expressão como o Automóvel, os Acidentes de Trabalho e o Incêndio e Outros Danos, degradaram-se face a 2009.

Em 2010, a Tranquilidade exibiu um crescimento consistente acima do mercado ao longo de todo o ano, tendo mesmo acentuado esta performance positiva no último trimestre do ano.

A Tranquilidade assumiu a ambição de se tornar a Companhia preferida pelos Mediadores Profissionais e lançou um conjunto de iniciativas que foram determinantes na boa performance alcançada:

- Enfoque no desenvolvimento de relações estáveis e duradouras com Parceiros Profissionais multimarca e exclusivos:
 - Em Automóvel, simplificação do processo de venda, concedendo total autonomia ao mediador de forma a facilitar a venda e a ajudar na captação de clientes, assegurando ao mesmo tempo a efectiva aplicação do preço justo face a cada risco;
 - Aposta na proximidade ao Parceiro, através da reestruturação da organização da rede comercial interna, mais agilizada e vocacionada para a venda, e da presença mais permanente de toda a estrutura da Companhia junto dos seus parceiros;
 - Melhorias na plataforma de serviço a Mediadores, fruto da mencionada reorganização comercial da rede interna e do alargamento das funcionalidades de serviço no *front-line*;

- Atenção prioritária ao necessário esforço de correcção dos preços, quer por via de ajustamentos tarifários, quer por via de maior critério na efectiva aplicação dos scorings pela rede de parceiros, o que já permitiu obter resultados durante 2010:
 - prémio médio de novos seguros no ramo Automóvel subiu 8%;
 - prémio médio de novos seguros no ramo Acidentes de Trabalho também subiu 8%;
- Continuação do esforço de retenção de apólices em carteira através de uma revisão segmentada dos preços, que levou a uma diminuição drástica da taxa de anulação Automóvel para valores próximos dos 25%;
- Inovação na oferta com o lançamento das opções *Light* e *Extra-Care* em Saúde no início do ano e com o lançamento do novo Multirrisco Condomínio no último trimestre.

A nível comercial a Tranquilidade demonstrou saber gerir o justo equilíbrio entre o curto e o longo prazo, para a criação de valor, num contexto de mercado particularmente adverso:

- O crescimento de 6%, face à estagnação de mercado, permitiu recuperar 0,3 p.p. de quota de mercado;
- Todos os canais evoluíram positivamente:
 - Na rede de mediadores multimarca e exclusivos, o crescimento ultrapassou os 10%;
 - Os corretores cresceram aproximadamente 7%;
 - Os programas de banca-seguros com o Banco Espírito Santo (nos segmentos de Empresas e de Particulares *Private*) representam já 13% da receita da Tranquilidade.
- A Tranquilidade alargou consistentemente, ao longo de todo o ano, a sua base de Clientes, que ascende agora a aproximadamente 650 000 clientes (+19 000);
- Todos os segmentos de Clientes cresceram: Particulares (+5,7%), Negócios (+3,7%) e Empresas (+8,1%);
- Os produtos âncora Automóvel e Acidentes de Trabalho e o produto estratégico Saúde evidenciaram um dinamismo determinante no bom desempenho da receita.
- O programa Assurfinance, agora fortemente consubstanciado numa rede de 44 Postos Avançados (lojas partilhadas entre mediadores Tranquilidade e BES), simplificou o seu processo de captação de clientes e alinou-se com a prioridade de captação de recursos do BES com bastante sucesso.

A nível operativo a Companhia implementou, em simultâneo, um conjunto de alterações que reforçaram a qualidade de serviço prestado a Clientes e Mediadores:

- Criou-se o *claims tracking* Automóvel e melhorou-se a capacidade de Gestão de Sinistros:
 - Concedeu-se autonomia aos Mediadores, dando-lhes capacidade de abertura de sinistros Automóvel;
 - Concedeu-se a possibilidade de visualização e acompanhamento do estado do processo ao longo de todo o ciclo de regularização do sinistro;
 - Alargou-se aos Mediadores a possibilidade de marcação de peritagens;
 - Aumentou-se para 95% a cobertura da população para a qual está disponível a possibilidade de marcação de peritagens para o dia seguinte.
- Alargou-se o portfólio de produtos passíveis de emissão nos mediadores (SIA-net) através do sistema *online* que a Companhia disponibiliza e alargaram-se as funcionalidades de alterações a todo o espectro de produtos do segmento de Particulares;
- Lançou-se um *tableau de bord* de serviço aos Mediadores, seguido ao mais alto nível, permitindo avaliar e controlar de forma sistemática e continuada o desempenho nos processos críticos de serviço.

Com este investimento, conseguiram-se já resultados durante 2010. Progrediu-se de forma concreta ao nível de profissionalismo e qualidade de serviço melhorando em 50% os níveis de serviço nos *Call Center*, os tempos de resposta a cotações e os tempos de resposta a reclamações de Clientes.

Na prossecução do Programa de Eficiência, os custos operacionais reduziram-se de forma expressiva (-5,0%, -3,7 M€), com o contributo das reduções nos custos com pessoal (-1,6%), fornecimentos e serviços externos (-8,5%) e outros custos operacionais (-28,8%).

No que respeita aos investimentos estratégicos da Tranquilidade, a seguradora directa LOGO, SA., lançada em 2008, que opera exclusivamente pelos canais telefónico, internet e quiosques, alcançou os 115 000 clientes. A LOGO ascendeu ao segundo lugar do *ranking* do ramo Automóvel entre as seguradoras directas, com uma variação positiva de 0,5 pontos percentuais de quota de mercado Automóvel. O *business plan* para este novo negócio prevê que se atinja o *break even* em 2013.

A nível internacional, a Companhia adquiriu 50% da Pastor Vida em Espanha. Esta aquisição insere-se na estratégia de internacionalização da Companhia e permitiu à Tranquilidade ganhar presença a nível Ibérico, vindo tirar partido do *know-how* multicanal que reside na Companhia. Com a compra da Pastor Vida, a Tranquilidade tornou-se na primeira seguradora Portuguesa a adquirir uma posição relevante e assumir o controlo de gestão de uma seguradora, num mercado altamente e competitivo, como é o caso de Espanha.

Os resultados financeiros aumentaram de 20,4 milhões de euros para 27,9 milhões de euros, o que significa uma subida de 37,0%, contribuindo muito positivamente para o resultado líquido. A Tranquilidade continua a exibir um forte rácio de solvabilidade, que atingiu individualmente cerca de 573% no final de 2010, influenciado pelo aumento de capital de 75,0 milhões de euros que se verificou no final do ano, em consequência da aquisição de 50% da seguradora Pastor Vida em Espanha.

Como resultado desta performance e solidez, a Tranquilidade melhorou o seu *rating* em 2010, mantendo a notação definida pela Fitch Ratings, de “A-”, caso ímpar no Mercado, mas com alteração de *outlook* de “negative” para “stable”.

2.3. Principais Variáveis e Indicadores de Actividade

(milhares de euros)

	2010	2009	VAR 10/09 (%)
Balanco			
Investimentos	911 062	783 684	16,3
Activo líquido	1 121 209	978 279	14,6
Capital próprio	318 749	252 439	26,3
Provisão para prémios não adquiridos (SD+RA)	84 215	80 053	5,2
Provisão para sinistros (SD+RA)	500 821	520 020	-3,7
Provisão para sinistros, líquida de resseguro	463 207	485 189	-4,5
Provisões técnicas (SD+RA)	619 617	625 572	-1,0
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro directo	327 532	308 579	6,1
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	284 991	277 881	2,6
Custos com sinistros de seguro directo	210 895	200 362	5,3
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	201 014	190 169	5,7
Custos operacionais	69 888	73 605	-5,0
Rendimentos	22 709	18 318	24,0
Resultado líquido	11 635	9 217	26,2
Indicadores			
Prémios brutos emitidos / N° de empregados	475,4	432,2	10,0
Taxa de sinistralidade de seguro directo	65,4%	63,6%	1,8 p.p.
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	70,5%	68,4%	2,1 p.p.
Resultado líquido/ prémios brutos emitidos	3,5%	2,9%	0,6 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro	104,9%	102,2%	2,7 p.p.
Rácio de solvência	573,2%	361,1%	21,2 p.p.

2.4 – A Actividade da Tranquilidade em 2010

(milhares de euros)

2.4.1 – Prémios de Seguro Directo

O montante global de prémios de seguro directo atingiu os 327 532 milhares de euros em 2010, o que significa um crescimento de 6,1% em relação a 2009. O mercado segurador não vida apresentou um crescimento de apenas 0,9% relativamente ao ano anterior.

Com performances bem acima da média do mercado, destaca-se a evolução do ramo Automóvel, que registou um crescimento de 7,0% o que compara com 0,4% alcançado pelo mercado. Esta evolução positiva resulta da estratégia firme de subida de preços ajustados ao risco, que a Tranquilidade tem vindo a desenvolver, num contexto de elevada concorrência do “canal directo” que apresenta crescimentos significativos (acima dos 20,0% em 2010).

Apesar da actual conjuntura negativa do mercado de trabalho, os prémios de Acidentes de Trabalho na Tranquilidade cresceram 5,0% em relação ao ano anterior, destacando-se da maioria das seguradoras que apresentam quebras na produção, em média de 4,1%. Tal como em Automóvel, também no ramo de Acidentes de Trabalho o efeito da subida de preços começa a fazer-se sentir na produção da Tranquilidade.

Evidencia-se também o bom desempenho em Acidentes e Doença (+6,5%, com destaque para Saúde que cresceu 11,5%), Incêndio e outros Danos (+3,7%) e Responsabilidade Civil (+9,9%), com crescimentos acima da média do mercado (respectivamente +0,2%, +2,8% e +4,2%).

(milhares de euros)

Prémios de Seguro Directo	2010	%	2009	%	VAR 10/09 (%)
Acidentes e doença	103 389	31,6	97 048	31,4	6,5
Incêndio e outros danos	61 511	18,8	59 297	19,2	3,7
Automóvel	133 945	40,9	125 185	40,6	7,0
Transportes	6 956	2,1	7 193	2,3	-3,3
Responsabilidade civil	10 915	3,3	9 936	3,2	9,9
Diversos	10 816	3,3	9 920	3,2	9,0
Total	327 532	100,0	308 579	100,0	6,1

A quota de mercado da Tranquilidade subiu para 8,1% em 2010, o que compara com 7,5% em 2009, mantendo a Tranquilidade a 4ª posição em termos de *ranking* no segmento Não Vida. No grupo das 4 maiores seguradoras não vida, a Tranquilidade foi a única que ganhou quota de mercado em 2010.

2.4.2 – Custos com Sinistros de Seguro Directo

Os custos com sinistros de seguro directo ascenderam a 210 895 milhares de euros, aumentando cerca de 10 533 milhares de euros (+5,3%) em relação a 2009.

As variações mais significativas foram registadas em Acidentes e Doença (+16 460 milhares de euros) devido ao aumento da sinistralidade em Acidentes de Trabalho e Incêndio e Outros Danos (+8 819 milhares de euros) devido às intempéries ocorridas durante o ano (com destaque para a catástrofe da Madeira e o temporal no Continente), e também à existência de grandes sinistros, de montantes envolvidos elevados, em Multirrisco Industrial.

Por outro lado, destaca-se a evolução favorável em Automóvel, em que a diminuição dos custos com sinistros (-10 661 milhares de euros) foi possível graças a uma redução dos custos com a gestão de sinistros.

Custos com Sinistros de Seguro Directo	2010	2009	VAR 10/09 (%)
Acidentes e doença	80 150	63 690	25,8
Incêndio e outros danos	40 861	32 042	27,5
Automóvel	81 629	92 290	-11,6
Transportes	2 503	7 223	-65,3
Responsabilidade civil	4 613	4 655	-0,9
Diversos	1 139	462	146,5
Total	210 895	200 362	5,3

A taxa de sinistralidade (custos com sinistros / prémios brutos adquiridos) subiu 1,8 p.p. em relação ao ano anterior, para 65,4%, devido sobretudo ao aumento verificado em Acidentes e Doença (de 65,8% para 78,2%) e Incêndio e outros Danos (de 53,8% para 67,5%). No ramo Automóvel, a taxa de sinistralidade desceu de 70,4% para 62,1%.

(%)

Custos com Sinistros / Prémios Brutos Adquiridos *	2010	2009
Acidentes e doença	78,2	65,8
Incêndio e outros danos	67,5	53,8
Automóvel	62,1	70,4
Transportes	36,3	94,9
Responsabilidade civil	43,3	46,9
Diversos	10,9	4,6
Total	65,4	63,6

*custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos.

2.4.3 – Provisões Técnicas de Seguro Directo

As provisões técnicas de seguro directo ascenderam a 611 728 milhares de euros, o que significa uma diminuição de 7 226 milhares de euros relativamente ao ano anterior. Destaque para a diminuição verificada na Provisão para Sinistros de 20 327 milhares de euros em virtude do comportamento da sinistralidade, principalmente em Automóvel.

(milhares de euros)

Provisões Técnicas de Seguro Directo	2010	2009	VAR 10/09 (%)
Provisão para prémios não adquiridos	81 964	77 982	5,1
Provisão para sinistros	496 450	516 777	-3,9
Acidentes de trabalho	175 701	168 977	4,0
Outros ramos	320 749	347 800	-7,8
Outras provisões técnicas	33 314	24 195	37,7
Total	611 728	618 954	-1,2

2.4.4 – Resseguro Cedido

O saldo de resseguro cedido, de 18 121 milhares de euros, foi mais favorável em 2010 comparativamente a 2009, em 742 milhares de euros. O volume de prémios cedidos em 2010 foi superior ao do ano anterior mas as comissões e indemnizações recebidas foram superiores às recebidas em 2009.

(milhares de euros)

Resseguro Cedido	2010	2009	VAR 10/09 (%)
Prémios	47 582	43 216	10,1
Comissões	-10 296	-8 597	19,8
Sinistros e variação das provisões técnicas	-19 165	-15 756	21,6
Resultado	18 121	18 863	-3,9

2.4.5 – Saldo Técnico Líquido de Resseguro

O saldo técnico líquido de resseguro em 2010, no valor de 51 403 milhares de euros, apresentou uma quebra de 23,3% em relação ao ano anterior. Apesar do maior volume de prémios de seguro directo e do saldo de resseguro ter sido mais favorável em 2010, as restantes componentes de seguro directo (custos de aquisição, custos com sinistros e variação das provisões técnicas), penalizaram o saldo técnico líquido de resseguro.

A maior quebra verificou-se em Acidentes e Doença, cujo saldo técnico líquido de resseguro apresentou um decréscimo de 15 595 milhares de euros, em relação ao ano anterior. Também em Incêndio e Outros Danos o saldo técnico decresceu, cerca de 56,9%. Por outro lado em Automóvel, beneficiando da melhoria da sinistralidade, o saldo técnico líquido de resseguro aumentou 30,0% em 2010.

(milhares de euros)			
Saldo Técnico, Líquido de Resseguro	2010	2009	VAR 10/09 (%)
Acidentes e doença	7 860	23 455	-66,5
Incêndio e outros danos	5 440	12 633	-56,9
Automóvel	34 299	26 380	30,0
Transportes	1 653	1 620	2,0
Responsabilidade civil	3 654	4 329	-15,6
Diversos	-1 503	-1 363	-10,3
Total	51 403	67 054	-23,3

2.4.6 – Custos Operacionais

O total de custos operacionais decresce 5,0%, atingindo um valor de 69 888 milhares de euros em 2010. A descida dos custos foi conseguida devido às fortes medidas de contenção desenvolvidas pela Companhia através da contínua implementação do programa de redução de custos iniciado em 2007.

Os Custos com Pessoal decrescem 1,6% (-620 milhares de euros), em linha com a redução do quadro de pessoal da Companhia. Os custos com FSEs diminuíram 8,5% e as Amortizações 9,3%, o que permitiu poupanças de 2 023 milhares de euros e 743 milhares de euros, respectivamente.

(milhares de euros)			
Custos Operacionais	2010	2009	VAR 10/09 (%)
Custos com pessoal	37 163	37 783	-1,6
Fornecimentos e serviços externos	21 910	23 933	-8,5
Impostos e taxas	2 433	2 297	5,9
Amortizações	7 229	7 972	-9,3
Outros *	1 153	1 620	-28,8
Total	69 888	73 605	-5,0

* Inclui Provisões para Riscos e Encargos, Juros Suportados, Comissões e Outros Custos com Investimentos

2.4.7 – Quadro de Pessoal

Durante o exercício de 2010 foram admitidos no quadro efectivo 27 novos colaboradores e verificaram-se 52 saídas, das quais 24 por situações de pré-reforma e de reforma.

Em consequência destes movimentos, o quadro efectivo diminuiu em 3,5% face a 2009 para 689 colaboradores. A produtividade aumentou em relação ao ano anterior, fruto do aumento verificado na produção, com o ratio prémios de seguro directo por colaborador do quadro efectivo a atingir 475 milhares de euros (432 milhares de euros em 2009).

	2010	2009	VAR 10/09 (%)
Admissões	27	22	22,7
Saídas	52	58	-10,3
das quais pré-reforma ou reforma	24	26	-7,7
Total quadro efectivo	689	714	-3,5
Prémios SD / n.º Efectivos (milhares de euros)	475	432	10,0

2.4.8 – Investimentos

O ano de 2010 ficou marcado pela recuperação económica mundial, depois do forte abrandamento registado em 2009, com as economias emergentes a demonstrarem um maior dinamismo do que as economias desenvolvidas. Em 2010, o crescimento económico mundial deverá rondar 3,6%, com a China e a Índia a liderarem e os países periféricos europeus a registarem as piores performances entre as economias desenvolvidas.

Entre as economias desenvolvidas, o destaque vai para as performances das economias americana e alemã. Nos EUA, o crescimento do PIB em 2010 estima-se em 2,9% registando uma recuperação assinalável face à queda de 2009 (-2,6%). Este comportamento é justificado num primeiro momento devido ao factor cíclico de reposição dos stocks e numa fase posterior pela recuperação do consumo doméstico e devido à boa performance do sector exportador. Estima-se que a Alemanha, a maior economia da Europa, tenha crescido cerca de 3,6% no último ano, o melhor registo das últimas duas décadas. A economia alemã foi impulsionada por um forte sector exportador, que beneficiou da queda do euro e da recuperação económica dos seus parceiros comerciais, nomeadamente da Ásia.

O ano de 2010 ficou marcado pela crise da dívida soberana dos países periféricos europeus, nomeadamente da Grécia, Portugal, Irlanda, Espanha e, em menor escala, Itália e Bélgica. A Grécia foi a primeira vítima dos mercados financeiros ao ficar sem acesso a financiamento em mercado primário de emissão de obrigações, resultando em Maio numa ajuda financeira da EU/FMI no valor total de 110 mil milhões de Euros até ao final de 2013. Posteriormente, foi criado o Fundo Europeu de Estabilização Financeira com o objectivo de financiar países da Zona Euro em dificuldades, no montante total de 750 mil milhões de Euros (500 mil milhões de Euros por parte da EU e 250 mil milhões de Euros do FMI).

Este plano foi accionado pela primeira vez em Novembro, no acordo obtido pela Irlanda de 85 mil milhões de Euros de ajuda financeira ao país pelo prazo médio de 7 anos. Ao longo do ano, as *yields* da dívida pública portuguesa oscilaram fortemente tendo mesmo ultrapassado a barreira dos 7%, definida como limite para pedido de ajuda financeira, mas não colocando em causa a capacidade de financiamento do país no mercado de obrigações.

O Banco Central Europeu manteve a taxa de juro inalterada em 1% ao longo de 2010. Devido à crise soberana dos países periféricos, o BCE viu-se na contingência de manter as operações de cedência de liquidez por montantes ilimitados à banca e iniciar um programa de compra de obrigações soberanas, com o objectivo de normalizar e dar liquidez a este mercado. As taxas Euribor subiram ao longo do ano, aproximando-se da taxa de referência do BCE, devido à normalização do mercado interbancário e das condições de liquidez na banca europeia.

Os mercados accionistas apresentaram em 2010 maiores diferenças regionais, em termos de performance bolsistas, com as disparidades a estarem mais ligadas à nacionalidade das empresas do que é habitual. Os mercados periféricos europeus foram fortemente penalizados pela crise da dívida soberana tendo o índice PSI 20 descido 10% e o índice espanhol, IBEX 35, cerca de 16%. Por outro lado, a Alemanha registou

uma performance bastante positiva (+16% em 2010) beneficiando da forte presença em sectores exportadores e industrial, que capturaram a procura por parte dos mercados emergentes pelos seus bens e serviços.

Os mercados emergentes (MSCI *Emerging Markets* +16,4% em 2010) e os EUA (S&P 500 +12,8% no ano) tiveram uma performance claramente acima da registada na Europa, impulsionados pelo maior crescimento económico e também pela elevada liquidez no mercado que beneficiou os activos de risco e estes mercados em particular.

A política financeira da Tranquilidade centrou-se no investimento e rotação, de obrigações de taxa fixa e da liquidez. Ao longo do ano, a gestão do investimento no mercado accionista, na sua maioria efectuada via fundos de investimento, foi desenvolvida com o objectivo de reduzir a volatilidade desses investimentos. Durante o ano, procedeu-se à conversão de parte do investimento em imóveis de rendimento directo para fundos de investimento imobiliário. Em 2010, destaca-se a decisão estratégica de adquirir de 50% da empresa de seguros espanhola Pastor Vida, durante o mês de Dezembro.

No segmento obrigacionista deu-se preferência a investimentos em taxa fixa emitida em mercado primário, com maturidades curtas de 3/5 anos, e com o objectivo principal de manter o *rating* médio do portfolio em A2/A. Assim, procedeu-se à venda faseada de obrigações de taxa variável, reduzindo a exposição por emitente e aumentando o *yield* médio da carteira. A carteira de obrigações da taxa fixa, com forte rotação de carteira, viu o seu peso reforçado com investimento ao longo do ano, nomeadamente dívida pública europeia, terminando o ano a representar cerca de 60%, sob o total da carteira de obrigações.

No último trimestre do ano, o nível de liquidez sofreu um forte incremento, no sentido de reduzir a exposição à volatilidade do mercado de crédito e aproveitar os elevados níveis de remuneração nos depósitos a prazo junto das principais instituições bancárias nacionais. No final do ano, a liquidez representava mais de 25% do total da carteira (sem Investimentos Estratégicos).

(milhares de euros)

Activos Sob Gestão	2010	2009	VAR 10/09 (%)
Obrigações	271 375	342 234	-20,7
Taxa fixa	159 339	146 510	8,8
Taxa variável	112 036	195 724	-42,8
Acções e Fundos de Investimento	400 904	223 622	79,3
Estratégicos	355 296	209 767	69,4
Acções	310	2 534	-87,8
Fundos de investimento mobiliários	20 737	11 038	87,9
Fundos de investimento imobiliários	24 561	283	8 578,8
Imóveis	103 653	128 331	-19,2
Uso próprio	37 839	40 239	-6,0
Rendimento	65 814	88 092	-25,3
Liquidez	139 055	92 299	50,7
Outros	1 940	2 081	-6,8
Total	916 927	788 567	16,3

Em 2010, os resultados financeiros ascenderam a 27 901 milhares de euros, representando um aumento de 7 541 milhares de euros (+37,0%) face ao ano anterior. Este aumento resultou das valias realizadas com a rotação e alienação de obrigações de taxa fixa, + 6 210 milhares de euros, e do aumento dos dividendos de investimentos estratégicos. A estratégia de redução do nível de exposição a obrigações de taxa variável conduziu ao registo contabilístico de menos-valias realizadas num total de -1 617 milhares de euros.

A rentabilidade financeira situou-se nos 4,1%, o que compara com a rentabilidade de 3,1% obtida em 2009. A rentabilidade global em 2010, englobando as valias potenciais, foi de 14,2%, resultado da reavaliação dos investimentos estratégicos em mais de 65 milhões de euros.

(milhares de euros)

Resultado Financeiro	2010	2009	VAR 10/09 (%)
Rendimentos	22 709	18 318	24,0
Títulos	19 965	15 865	25,8
Imóveis	2 744	2 453	11,9
Ganhos e Perdas	8 087	3 053	164,9
Títulos	6 638	2 072	220,4
Imóveis	1 449	981	47,7
Imparidades / Reversão	-2 895	-1 011	186,4
Títulos	-2 636	-1 011	160,7
Imóveis	-259	-	-
Total	27 901	20 360	37,0

2.4.9 – Capital Próprio e Margem de Solvência

Em 2010 o Capital Próprio aumentou em 66 310 milhares de euros relativamente ao ano anterior, ascendendo a 318 749 milhares de euros. Este aumento é justificado, sobretudo, pelo aumento verificado na Reserva de Reavaliação em empresas participadas e pelo aumento no Capital Social de 135 000 milhares de euros para 210 000 milhares de euros, dos quais se encontram realizados 160 000 milhares de euros.

Os Capitais Próprios foram beneficiados em 55 551 milhares de euros, dos quais 25 000 milhares de euros resultam da realização parcial do aumento de capital e o remanescente da valorização a valores de mercado das empresas participadas. Neste contexto, relevo para a variação registada em Reserva por impostos diferidos, de -17 626 milhares de euros.

O rácio de solvabilidade situou-se em 573% o que compara com 361% registado em 2009. Para esta evolução favorável contribuiu o acréscimo dos Elementos Constitutivos de 100.874 milhares de euros, que engloba os Capitais Próprios, e no qual se destaca a variação da Reserva de Reavaliação – Justo valor. O montante da Margem de Solvência a constituir diminuiu em cerca de 2 457 milhares de euros.

(milhares de euros)

Capital Próprio	2010	2009	VAR 10/09 (%)
Capital social	160 000	135 000	18,5
Reservas de reavaliação	77 675	39 750	95,4
Outras reservas	41 973	41 052	2,2
Resultados transitados	27 466	27 420	0,2
Resultado líquido	11 635	9 217	26,2
Total	318 749	252 439	26,3

2.4.10 – Gestão de Risco, Controlo Interno e Compliance

Tendo subjacente o enquadramento facultado pela Directiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009, relativa ao acesso à actividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), cuja transposição por parte dos Estados Membros deverá ocorrer até 31 de Outubro de 2012, *Consultation Papers* publicados pelo EIOPA e demais Regulamentação publicada, a Tranquilidade prosseguiu, no decorrer do ano 2010, o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II, o qual irá implicar alterações substanciais no negócio de seguro.

Nesse âmbito, foram assim desenvolvidas diversas acções das quais se destacam as seguintes:

- Implementação de ferramentas destinadas ao cálculo de capital económico no âmbito do Modelo Interno Parcial actualmente em fase de desenvolvimento;
- Participação activa em grupos de trabalho do Instituto de Seguros de Portugal e da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projecto Solvência II;

- Realização do QIS 5 – Estudo de Impacto Quantitativo da aplicação das regras do Solvência II ao cálculo do Capital Económico das seguradoras, com posterior análise e discussão interna dos resultados em sede de Comité de Gestão de Risco Global;
- Revisão e actualização do sistema de controlo interno, com o respectivo mapeamento dos processos, riscos, controlos e oportunidades de melhoria identificadas;
- Sistematização e monitorização periódica do estado de implementação das recomendações delineadas e aprovadas no âmbito do sistema de controlo interno;
- Realização de questionários de Stress Test nos termos solicitados pelo Instituto de Seguros de Portugal à Companhia;
- Definição, formalização e monitorização de diversas políticas, destacando-se em concreto, para além de outras já existentes, a relativa à Remuneração dos Membros dos órgãos Sociais ou ainda a relativa à política de risco de investimentos;
- Criação, de acordo com o definido na política Anti-fraude, de mecanismos de participação anónima de situações potencialmente fraudulentas.

Em matéria de Solvência II foi ainda elaborado um plano de implementação do programa de Solvência II (Roadmap) com a identificação e calendarização das principais acções a desenvolver no decorrer dos próximos dois anos, tendo o mesmo sido comunicado ao Instituto de Seguros de Portugal.

2.5. - Proposta de Aplicação de Resultados

Os resultados do exercício atingiram 11.635.423,99 euros em 2010, para o qual propomos a seguinte aplicação:

- a) 10% do resultado do exercício no montante de 1.163.542,40 euros para Reserva Legal;
- b) O remanescente para Resultados Transitados.

2.6. - Objectivos para 2011

O ano 2011, deverá trazer alguma recuperação a nível internacional, mas a incerteza sobre a evolução dos mercados de capitais, condicionará o sector segurador no que respeita às actividades financeiras.

Em Portugal, a conjuntura apresenta-se mais difícil. As medidas orçamentais restritivas do Governo para 2011, com o objectivo de reequilíbrio das contas públicas, perspectivam uma contração do PIB em 1% e um aumento da taxa de desemprego para 11%, o que trará ainda maiores restrições às famílias e às empresas, já debilitadas.

Neste contexto, a Tranquilidade continuará enfocada nas suas prioridades estratégicas:

1. O crescimento orgânico, ganhando peso nos actuais Parceiros e consolidando a entrada em novos Parceiros;
2. O reequilíbrio da rentabilidade, fazendo evoluir de forma progressiva e equilibrada os preços de novos e carteira dos principais ramos;
3. A melhoria da qualidade de serviço, nomeadamente, alargando a um portfólio mais abrangente de produtos as funcionalidades ao nível de gestão de sinistros nos Mediadores;
4. O aprofundamento do desenvolvimento internacional nos mercados identificados nos quais a Companhia pode tirar partido das suas competências, know-how e vantagens competitivas;
5. A contínua busca por uma maior eficiência operacional, de forma a permitir continuar a reduzir a base de custos de funcionamento.

No vector crescimento, as operações internacionais deverão avançar rapidamente no terreno durante 2011, numa lógica de acompanhamento às operações do BES nos mercados externos com elevado potencial de crescimento estrutural como Angola.

Em conclusão, neste enquadramento económico globalmente adverso e num ambiente de preços do sector segurador ainda muito degradado, a Tranquilidade, sempre alicerçada em princípios de rigor e solidez, continuará a seguir uma visão e rumo claros a nível da operação doméstica, e aproveitando oportunidades de expansão a nível internacional.

2.7. - Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos Accionistas, Clientes, Mediadores e Colaboradores pela sua contribuição para o desenvolvimento da Sociedade.

No seguimento da saída para a situação de reforma do Administrador Dr. Eduardo Antunes Stock, ocorrida em Março de 2010, aproveitamos para agradecer e enaltecer o forte profissionalismo com que sempre defendeu a Companhia de Seguros Tranquilidade no exercício das suas funções.

Registamos igualmente, com apreço, a acção do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 15 de Março de 2011

O Conselho de Administração

Rui Manuel Leão Martinho
(Presidente do Conselho de Administração)

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
(Vogal e Presidente da Comissão Executiva)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
(Vogal e Membro da Comissão Executiva)

António Miguel Natário Rio-Tinto
(Vogal e Membro da Comissão Executiva)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
(Vogal e Membro da Comissão Executiva)

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
(Vogal e Membro da Comissão Executiva)

Miguel Luís Kolback da Veiga
(Vogal)

António José Baptista do Souto
(Vogal)

Manrico Iachia
(Vogal)

António Manuel Rodrigues Marques
(Vogal)





VALTER VINAGRE b. 1954, Portugal

Da série *Variações para um fruto*,

“S/ título #3”, 2003

Prova por destruição selectiva
de corantes (Ilfochrome)

102,5 x 127,5cm

Edição única

Cortesia do Artista

03 Demonstrações Financeiras



01 Órgãos Sociais
07



02 Relatório do Conselho de Administração
11



04 Demonstração do Rendimento Integral
27



05 Mapa de Variação de Capitais Próprios
31



06 Demonstração de Fluxos de Caixa
35



07 Anexo às Demonstrações Financeiras
39



08 Divulgação das Políticas de Remuneração
81



09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
95



10 Quadros Directivos
103



11 Rede de Lojas
107

03 Demonstrações Financeiras

Balanço (Activo) de 31 de Dezembro de 2010 e de 2009

(milhares de euros)

ACTIVO	Notas do Anexo	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações / Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	7 443		7 443	8 150
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7	301 835	480	301 355	165 497
Activos financeiros detidos para negociação					
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6	6 459		6 459	6 572
Derivados de cobertura					
Activos disponíveis para venda	6	343 923	5 724	338 199	367 027
Empréstimos e Contas a Receber		161 395		161 395	116 257
Depósitos junto de empresas cedentes	6	1		1	1
Outros depósitos	6	131 243		131 243	84 892
Empréstimos concedidos	6	28 459		28 459	28 850
Contas a receber					
Outros	6	1 692		1 692	2 514
Investimentos a deter até à maturidade					
Terrenos e Edifícios		110 082	6 429	103 653	128 331
Terrenos e edifícios de uso próprio	9	44 268	6 429	37 839	40 239
Terrenos e edifícios de rendimento	9	65 814		65 814	88 092
Outros activos tangíveis	10	43 065	37 035	6 030	3 410
Inventários	10	255		255	323
Goodwill	12	25 785		25 785	25 785
Outros activos intangíveis	12	51 534	37 866	13 668	13 939
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido		53 167		53 167	48 225
Provisão para prémios não adquiridos	4	15 553		15 553	13 394
Provisão para sinistros	4	37 614		37 614	34 831
Provisão para participação nos resultados					
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	13 652		13 652	13 524
Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações		96 035	7 205	88 830	77 305
Contas a receber por operações de seguro directo	13	58 589	5 539	53 050	52 445
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	8 677	259	8 418	5 192
Contas a receber por outras operações	13	28 769	1 407	27 362	19 668
Activos por Impostos		378		378	2 091
Activos por impostos correntes	24	378		378	2 091
Activos por impostos diferidos					
Acréscimos e diferimentos	13	940		940	1 843
Outros elementos do activo					
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
Total Activo		1 215 948	94 739	1 121 209	978 279

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRECTOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Rui Manuel Leão Martinho
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Miguel Luís Kolback da Veiga
António José Baptista do Souto
Manrico Iachia
António Manuel Rodrigues Marques

Balanço (Passivo e Capital Próprio) de 31 de Dezembro de 2010 e de 2009

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	Exercício	Exercício Anterior
Passivo			
Provisões Técnicas		619 617	625 572
Provisão para prémios não adquiridos	4	84 215	80 053
Provisão para Sinistros	4	500 821	520 020
De vida			
De acidentes de trabalho	4	175 703	168 979
De outros ramos	4	325 118	351 041
Provisão para participação nos resultados	4	1 045	1 080
Provisão para compromissos de taxa			
Provisão para estabilização de carteira			
Provisão para desvios de sinistralidade	4	5 182	4 654
Provisão para riscos em curso	4	28 354	19 765
Outras provisões técnicas			
Outros Passivos Financeiros		1 975	513
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores	5	579	503
Outros	6	1 396	10
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo			
Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações		106 409	40 450
Contas a pagar por operações de seguro directo	13	20 275	21 079
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	12 449	11 273
Contas a pagar por outras operações	13	73 685	8 098
Passivos por Impostos		50 167	39 680
Passivos por impostos correntes	24	25 144	26 564
Passivos por impostos diferidos	24	25 023	13 116
Acréscimos e diferimentos	13	21 657	17 797
Outras provisões	13	2 635	1 828
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
Total Passivo		802 460	725 840
Capital Próprio			
Capital	25	160 000	135 000
(Acções próprias)			
Outros instrumentos de capital			
Reservas de Reavaliação		108 630	53 079
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	26	108 630	53 079
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de activos intangíveis			
Por revalorização de outros activos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos	26	-30 955	-13 329
Outras reservas	26	41 973	41 052
Resultados transitados	35	27 466	27 420
Resultado do exercício		11 635	9 217
Total Capital Próprio		318 749	252 439
Total Passivo e Capital Próprio		1 121 209	978 279

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRECTOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Rui Manuel Leão Martinho
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Miguel Luís Kolback da Veiga
António José Baptista do Souto
Manrico Iachia
António Manuel Rodrigues Marques

Ganhos e Perdas de 31 de Dezembro de 2010 e de 2009

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas do Anexo	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro		284 991		284 991	277 881
Prémios brutos emitidos	14	335 854		335 854	314 812
Prémios de resseguro cedido	14	-47 582		-47 582	-43 216
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	-5 440		-5 440	5 777
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 e 14	2 159		2 159	508
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	4	201 014		201 014	190 169
Montantes pagos		224 550		224 550	200 918
Montantes brutos		238 774		238 774	216 350
Parte dos resseguradores		-14 224		-14 224	-15 432
Provisão para sinistros (variação)		-23 536		-23 536	-10 749
Montante bruto		-20 753		-20 753	-10 933
Parte dos resseguradores		-2 783		-2 783	184
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	9 117		9 117	745
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	-35		-35	270
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	21	91 408		91 408	91 268
Custos de aquisição		72 016		72 016	65 295
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	-1 278		-1 278	1 345
Gastos administrativos		30 966		30 966	33 224
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-10 296		-10 296	-8 596
Rendimentos	16	22 687	22	22 709	18 318
De juros de activos financeiro não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		10 982		10 982	12 759
De juros de passivos financeiro não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		11 705	22	11 727	5 559
Gastos Financeiros	16	1 972	1	1 973	1 981
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		1 972	1	1 973	1 981
Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor através Ganhos e Perdas	17 e 18	4 043	-258	3 785	3 536
De activos disponíveis para venda		4 043	-258	3 785	3 689
De empréstimos e contas a receber					-153
De investimentos a deter até à maturidade					
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
De outros					
Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através Ganhos e Perdas	17 e 18	2 943		2 943	-1 450
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação		3 023		3 023	
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-80		-80	-1 450
Diferenças de câmbio	19	-87	-3	-90	-21
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	17 e 18	1 449		1 449	981
Perdas de Imparidade (Líquidas Reversão)		-2 894	-336	-3 230	-1 734
De activos disponíveis para venda	6	-2 635	-1	-2 636	-531
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros	7 e 13	-259	-335	-594	-1 203
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	-1 211		-1 211	-575
Outras provisões (variação)	20		100	100	
Outros rendimentos/gastos	20		-1 696	-1 696	-343
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
Resultado Líquido antes de Impostos		8 445	-2,172	6 273	12 160
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24		-357	-357	-2 968
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24		5 719	5 719	25
Resultado Líquido do Exercício		8 445	3 190	11 635	9 217
Resultado por Acção (em euros)	27			0,36	0,34





VALTER VINAGRE b. 1954, Portugal
Da série **Variações para um fruto,**
“**S/ título #4**”, 2003
Prova por destruição selectiva de
corantes (Ilfochrome)
102,5 x 127,5cm
Edição única
Cortesia do Artista

04 Demonstração do Rendimento Integral



01 Órgãos Sociais
07



02 Relatório do Conselho de Administração
11



03 Demonstrações Financeiras
21



05 Mapa de Variação de Capitais Próprios
31



06 Demonstração de Fluxos de Caixa
35



07 Anexo às Demonstrações Financeiras
39



08 Divulgação das Políticas de Remuneração
81



09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
95



10 Quadros Directivos
103



11 Rede de Lojas
107

04 Demonstração do Rendimento Integral

Demonstração do Rendimento Integral de 31 de Dezembro de 2010 e de 2009

(milhares de euros)

	2010	2009
Resultado líquido do exercício	11 635	9 217
Varição de justo valor dos activos disponíveis para venda, filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	55 551	30 450
Varição dos impostos correntes e diferidos	-17 626	-7 673
Total do Rendimento Integral	49 560	31 994





VALTER VINAGRE b. 1954, Portugal
Da série **Variações para um fruto**,
"S/ título #5", 2003
Prova por destruição selectiva de
corantes (Ilfochrome)
102,5 x 127,5cm
Edição única
Cortesia do Artista

05 Mapa de Variação de Capitais Próprios



01 Órgãos Sociais
07



02 Relatório do Conselho de Administração
11



03 Demonstrações Financeiras
21



04 Demonstração do Rendimento Integral
27



06 Demonstração de Fluxos de Caixa
35



07 Anexo às Demonstrações Financeiras
39



08 Divulgação das Políticas de Remuneração
81



09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
95



10 Quadros Directivos
103



11 Rede de Lojas
107

05 Mapa de Variação de Capitais Próprios

Mapa de Variação de Capitais Próprios de 31 de Dezembro de 2010 e de 2009

(milhares de euros)

	Capital Social	Outras Reservas			Outras Reservas		Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
		Por Ajustamentos no Justo Valor de Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	Por Ajustamentos no Justo Valor de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	Reserva por Impostos Diferidos	Reserva Legal	Outras Reservas			
Balanço a 1 de Janeiro 2009	135 000	39 233	-16 604	-5 656	39 118	928	18 367	10 059	220 445
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		20 482							20 482
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			9 968						9 968
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				-7 673					-7 673
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					1 006		-1 006		0
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							10 059	-10 059	0
Total das Variações do Capital Próprio	0	20 482	9 968	-7 673	1 006	0	9 053	-10 059	22 777
Resultado líquido do período								9 217	9 217
Balanço a 31 de Dezembro 2009	135 000	59 715	-6 636	-13 329	40 124	928	27 420	9 217	252 439
Aumentos/reduções de capital	25 000								25 000
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		56 212							56 212
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			-661						-661
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				-17 626					-17 626
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					921		-921		0
Distribuição de lucros/prejuízos							-8 250		-8 250
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							9 217	-9 217	0
Total das Variações do Capital Próprio	25 000	56 212	-661	-17 626	921	0	46	-9 217	54 675
Resultado líquido do período								11 635	11 635
Balanço a 31 de Dezembro 2010	160 000	115 927	-7 297	-30 955	41 045	928	27 466	11 635	318 749





VALTER VINAGRE b. 1954, Portugal
Da série *Variações para um fruto*,
"S/ título #6", 2003
Prova por destruição selectiva de
corantes (Ilfochrome)
102,5 x 127,5cm
Edição única
Cortesia do Artista

06 Demonstração de Fluxos de Caixa



01 Órgãos Sociais
07



02 Relatório do Conselho de Administração
11



03 Demonstrações Financeiras
21



04 Demonstração do Rendimento Integral
27



05 Mapa de Variação de Capitais Próprios
31



07 Anexo às Demonstrações Financeiras
39



08 Divulgação das Políticas de Remuneração
81



09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
95



10 Quadros Directivos
103



11 Rede de Lojas
107

06 Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa de 31 de Dezembro de 2010 e de 2009

(milhares de euros)

	2010	2009
Fluxos de Caixa de Actividades Operacionais	117 097	35 423
Resultado líquido do exercício	11 635	9 217
Depreciações e amortizações do exercício	7 229	7 972
Variação das provisões técnicas de seguro directo	-5 954	-13 661
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	-4 942	-324
Variação de passivos por contratos de investimento	-	-
Variação de outras provisões	807	594
Variação de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	-11 527	9 021
Variação de outros activos e passivos por impostos	12 200	9 113
Variação de outros activos e passivos	41 690	19 938
Variação de credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	65 959	-6 447
Fluxos de Caixa de Actividades de Investimento	-134 554	-50 859
Variação de investimentos	-170 930	-58 187
Dividendos recebidos	8 719	2 991
Juros	10 156	13 646
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	-9 285	-9 491
Alienações de activos tangíveis e intangíveis	8	182
Aquisição de imóveis	-	-
Alienações de terrenos e edifícios	26 778	-
Fluxos de Caixa de Actividades de Financiamento	16 750	-
Distribuição de dividendos	-8 250	-
Subscrição de capital	25 000	-
Variação Líquida em Caixa e Equivalentes	-707	-15 436
Caixa e equivalentes no início do período	8 150	23 586
Caixa e equivalentes no fim do período	7 443	8 150





VALTER VINAGRE b. 1954, Portugal
Da série *Variações para um fruto*,
“S/ título #7”, 2003
Prova por destruição selectiva de
corantes (Ilfochrome)
102,5 x 127,5cm
Edição única
Cortesia do Artista

07 Anexo às Demonstrações Financeiras



01 Órgãos Sociais
07



02 Relatório do Conselho de Administração
11



03 Demonstrações Financeiras
21



04 Demonstração do Rendimento Integral
27



05 Mapa de Variação de Capitais Próprios
31



06 Demonstração de Fluxos de Caixa
35



08 Divulgação das Políticas de Remuneração
81



09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
95



10 Quadros Directivos
103



11 Rede de Lojas
107

07 Anexo às Demonstrações Financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2010 e de 2009

Nota 1 - Informações Gerais

A Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (adiante designada por Tranquilidade ou Companhia) resultou da transformação em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos da então empresa pública Tranquilidade Seguros, EP, a qual foi formada a partir da fusão da Companhia de Seguros Tranquilidade, da Companhia de Seguros A Nacional e da Companhia de Seguros Garantia Funchalense.

Após as duas fases de privatização, ocorridas em finais de 1989 e de 1990, a Companhia passou a ser detida maioritariamente pelo Grupo Espírito Santo. De referir que a Companhia procedeu ainda à fusão da ESIA – Inter-Atlântico Companhia de Seguros, à data de 30 de Dezembro de 2004.

A Companhia tem sede social e local principal de negócios na Av. da Liberdade, n.º 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 500940231 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Exerce a actividade de seguros e resseguros em Portugal em todos os ramos técnicos Não Vida (com excepção do seguro de crédito), sob a supervisão do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) e mediante a autorização n.º 1037.

Em volume de prémios directos, os ramos técnicos de maior significado são o ramo Automóvel e o ramo de Acidentes e Doença.

Actualmente a Companhia opera através dos seus escritórios de Lisboa e Porto e de uma sucursal em Espanha. A rede de distribuição, a operar dividida por 22 zonas comerciais, está suportada por um total de 364 pontos físicos de venda que se distribuem geograficamente por todo o território continental e regiões autónomas. Por tipologia, a rede física é composta por 38 lojas próprias, 74 lojas franchisadas e 252 lojas de agentes com imagem da Tranquilidade, entre as quais 44 são pontos de venda partilhados com balcões do Banco Espírito Santo.

As Notas incluídas no presente Anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

Nota 2 - Informação por Segmentos

A Tranquilidade explora todos os ramos de seguros não vida, para os quais foi autorizada pelo ISP e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos de negócio objecto de relato são o de negócio e o geográfico, nos quais os produtos e soluções de maior relevância que a Companhia têm ao dispor dos seus clientes são os referidos como segue:

(milhares de euros)

Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel
AT Empregados Domésticos	Tranquilidade Casa	Automóvel Ligeiros
AT Conta Própria	Tranquilidade Casa Prestígio	Automóvel Clássicos
AT Conta de Outrem	MR Estabelecimento	Automóvel 2 Rodas
	MR Condomínio	

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, segmentada pelas linhas de negócios mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2010	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	335 854	59 054	61 568	142 180
Prémios de resseguro cedido	-47 582	-2 051	-24 079	-1 680
Prémios brutos adquiridos	330 414	58 951	60 640	139 233
Resultado dos investimentos	26 169	5 433	2 893	14 739
Custos com sinistros brutos	218 021	45 303	40 827	88 836
Custos de exploração brutos	101 704	15 550	21 861	42 628
Resultado técnico	8 445	-2 731	-6 450	18 560
Rubricas de Balanço				
Activos afectos à representação				
das provisões técnicas	593 425	177 876	57 986	295 388
Provisões técnicas	619 617	185 727	60 545	308 426

(milhares de euros)

2009	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	314 812	56 258	59 401	131 270
Prémios de resseguro cedido	-43 216	-525	-22 516	-1 600
Prémios brutos adquiridos	320 589	56 467	59 691	136 388
Resultado dos investimentos	19 684	2 789	1 806	10 191
Custos com sinistros brutos	205 417	32 008	32 612	96 771
Custos de exploração brutos	99 864	14 802	21 450	42 579
Resultado técnico	14 538	15 541	-723	4 363
Rubricas de Balanço				
Activos afectos à representação				
das provisões técnicas	652 036	180 978	61 315	345 663
Provisões técnicas	625 572	173 633	58 826	331 634

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, segmentada por áreas geográficas é como segue:

(milhares de euros)

2010	Total	Portugal	Espanha
Rubricas de Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos	335 854	335 159	695
Prémios de resseguro cedido	-47 582	-47 527	-55
Prémios brutos adquiridos	330 414	329 715	699
Resultado dos investimentos	26 169	26 161	8
Custos com sinistros brutos	218 021	217 799	222
Custos de exploração brutos	101 704	101 284	420
Resultado técnico	8 445	8 419	26
Rubricas de Balanço			
Activos afectos à representação			
das provisões técnicas	593 425	593 121	304
Provisões técnicas	619 617	619 314	303

(milhares de euros)

2009	Total	Portugal	Espanha
Rubricas de Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos	314 812	314 117	695
Prémios de resseguro cedido	-43 216	-43 165	-51
Prémios brutos adquiridos	320 589	319 879	710
Resultado dos investimentos	19 684	19 678	6
Custos com sinistros brutos	205 417	205 096	321
Custos de exploração brutos	99 864	99 456	408
Resultado técnico	14 538	14 589	-51
Rubricas de Balanço			
Activos afectos à representação			
das provisões técnicas	652 036	651 669	367
Provisões técnicas	625 572	625 205	367

Nota 3 - Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da Tranquilidade agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e n.º 22/2010-R de 16 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este novo Plano de Contas introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Em 2010, a Tranquilidade adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2010. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 37. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, e tal como descrito na Nota 37, a Tranquilidade adoptou, na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2010, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2010.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Tranquilidade na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta Nota, foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adoptadas em 2010 tiveram sobretudo impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, sendo apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a Tranquilidade ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 15 de Março de 2011.

Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adoptados

Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto.

Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

De acordo com o IAS 39, a Companhia optou por valorizar os investimentos em subsidiárias ao justo valor.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

De acordo com o IAS 39, a Companhia optou por valorizar os investimentos em associadas ao justo valor.

Activos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos ganhos e perdas, que inclui:
 - Os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo;
 - Os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (accounting mismatch);
 - Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.
- Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os activos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (bid-price). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria. A Companhia não adoptou esta possibilidade.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização

significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em

moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Activos	Número de Anos
Imóveis de serviço próprio	36 a 49
Equipamento informático	3
Mobiliário e material	6 a 10
Instalações interiores	10
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Material de transporte	4
Outro equipamento	3 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias

à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, normalmente 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressupõem a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

No decurso da sua actividade, a Tranquilidade aceita e cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respectivos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro directo.

Benefícios aos empregados

Pensões - Plano de benefício definido

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)".

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do *unwinding* dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, são imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os encargos com reformas antecipadas, assim como os correspondentes ganhos e perdas actuariais, são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projectadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Benefícios de saúde

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no activo e aos pré-reformados até à idade da reforma. O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva,

custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP.

Reporte por segmentos

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua actividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2.

Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, ou, na ausência de cotação, é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para participação nos resultados, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para riscos em curso, (iv) teste de adequação das responsabilidades, (v) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas.

As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Nota 4 - Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Activos de Resseguro

Prestação de Informação que Permita Identificar e Explicar as Quantias Indicadas das Demonstrações Financeiras Resultantes de Contratos de Seguro

Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afectar adversamente.

A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

A análise quantitativa dos prémios de seguro directo e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Companhia, de acordo com as Normas n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método pro-rata temporis a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com as Normas n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos.

Para a determinação desta provisão é efectuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data. Nos ramos de Acidentes de Trabalho na parte não relativa a pensões e Automóvel, aplica-se o método do custo médio. É também calculada pelo método do custo médio a provisão para custos de gestão de sinistros.

Com excepção dos ramos Automóvel, Doença e Responsabilidade Civil, para o IBNR, aplica-se uma taxa genérica de 6%, ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício. Para os ramos Doença, Responsabilidade Civil e Automóvel, foram feitas estimativas actuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo.

Efectua-se ainda uma Provisão Matemática no ramo de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2010 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de Dezembro de 2010 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais por referência a métodos actuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão Matemática face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de Dezembro de 2010 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

A provisão para sinistros não é descontada, excepto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, procedendo assim a Companhia à avaliação da adequação das responsabilidades tendo por base a projecção dos *cash flows* futuros, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

Provisão matemática

As provisões matemáticas têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Para as Pensões Não Remíveis aplica-se a tábua de mortalidade TV 73/77 com uma taxa de juro de 4,4% e encargos de gestão de 1,5%, e para as Pensões Remíveis a tábua de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e encargos de gestão de 0%.

A norma estabelece igualmente que a taxa a utilizar deverá ter como referencial o rendimento futuro previsível dos activos subjacentes após

dedução prudencial e adequada. Nessa base, a Companhia determinou que a taxa de juro sem risco para a maturidade das responsabilidades era adequada. Para efeitos do teste de adequação das responsabilidades, as provisões matemáticas das pensões não obrigatoriamente remíveis (incluindo pagamentos futuros para o FAT) são calculadas com base na tábua de mortalidade TV 73/77 com a taxa de juro das obrigações portuguesas, com maturidade de 15 anos (2010: 6,91% e 2009: 4,47%) e encargos de gestão de 1,5%.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

De acordo com o estipulado pelo ISP, o montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Para os seguros de Cauções e Risco Atómico esta provisão é constituída quando o resultado técnico destes ramos for positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pelo ISP aplicadas ao resultado técnico.

Para o Risco Fenómenos Sísmicos, é calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo ISP para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisões para o resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo. Relativamente à Provisão para Sinistros deve, consoante o resseguro provenha do seguro directo ou do resseguro aceite, ser calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Variações de Provisões Técnicas de Seguro Directo e de Resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite reflectida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD), é analisada como segue:

(milhares de euros)

Balanço	2010			2009		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos / Grupos de Ramos						
Acidentes e doença	13 396	2 586	10 810	12 517	2 403	10 114
Incêndio e outros danos	25 507	5 078	20 429	24 579	4 883	19 696
Automóvel	56 315	11 263	45 052	53 368	10 554	42 814
Marítimo, aéreo e transportes	1 882	359	1 523	1 816	346	1 470
Responsabilidade civil geral	3 412	682	2 730	3 155	629	2 526
Crédito e caução	41	8	33	52	10	42
Protecção jurídica	8	1	7	9	1	8
Assistência	3 918	784	3 134	3 635	676	2 959
Diversos	619	122	497	527	103	424
Total	105 098	20 883	84 215	99 658	19 605	80 053

A variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite é reflectida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de Prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de Custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Ganhos e Perdas	2010			2009		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos / Grupos de Ramos						
Acidentes e doença	879	183	696	274	19	255
Incêndio e outros danos	928	195	733	-290	-40	-250
Automóvel	2 947	709	2 238	-5 118	-1 143	-3 975
Marítimo, aéreo e transportes	66	13	53	-416	-86	-330
Responsabilidade civil geral	257	53	204	8	4	4
Crédito e caução	-11	-2	-9	-10	-2	-8
Protecção jurídica	-1	-	-1	-1	-1	-
Assistência	283	108	175	-292	-109	-183
Diversos	92	19	73	68	13	55
Total	5 440	1 278	4 162	-5 777	-1 345	-4 432

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2010	2009	2010	2009
Acidentes e doença	884	209	675	25
Incêndio e outros danos	7 589	6 930	659	383
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	852	846	6	-361
Responsabilidade civil geral	372	308	64	-12
Crédito e caução	18	25	-7	-4
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	5 311	4 637	674	408
Diversos	527	439	88	69
Total	15 553	13 394	2 159	508

A provisão para sinistros de seguro directo e resseguro aceite reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2010	2009	2010	2009
Acidentes de trabalho	175 703	168 979	5 640	-8 031
Acidentes pessoais e doença	16 261	14 104	1 918	1 718
Incêndio e outros danos	34 653	33 790	911	1 346
Automóvel	245 823	274 845	-29 308	-7 832
Marítimo, aéreo e transportes	6 484	7 405	-891	-226
Responsabilidade civil geral	20 858	19 297	1 535	2 133
Crédito e caução	550	1 077	-524	84
Protecção jurídica	143	148	-5	-5
Assistência	-	-	-	-
Diversos	346	375	-29	-120
Total	500 821	520 020	-20 753	-10 933

No saldo da provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 122 049 milhares de euros (2009: 124 009 milhares de euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho. Neste saldo da provisão matemática está incluído o resultado obtido pelo teste de adequação de responsabilidades, que em 2010 e 2009 foi nulo, e uma actualização das contribuições para o Fundo de Acidentes de Trabalho no montante de 5 891 milhares de euros (2009: 6 887 milhares de euros).

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 25 204 milhares de euros (2009: 29 834 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2010 e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de 12 830 milhares de euros (2009: 8 918 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2009 (1)	Sinistros* Pagos em 2010 (2)	Provisão para Sinistros* em 31.12.2010 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	183 083	29 714	141 146	-12 223
Incêndio e outros danos	33 790	20 211	17 186	3,607
Automóvel	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	250 438	44 710	168 228	-37 500
- Outras coberturas	24 407	10 810	11 367	-2 230
Marítimo, aéreo e transportes	7 405	2 260	4 543	-602
Responsabilidade civil geral	19 297	1 859	17 863	425
Crédito e caução	1 077	400	550	-127
Protecção jurídica	148	23	122	-3
Assistência	-	-	-	-
Diversos	375	361	177	163
Total	520 020	110 348	361 182	-48 490

* Sinistros ocorridos no ano 2009 e anteriores

No grupo de ramos Acidentes e Doença (principalmente em Acidentes de Trabalho), e também no ramo Automóvel, os reajustamentos devem-se sobretudo a um processo de reavaliação das provisões para sinistros tendo em atenção a sua melhor adequação, face aos montantes pagos em 2010 e ao que se perspectiva futuramente. Os outros reajustamentos resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros, não sendo significativos face ao montante global da provisão para sinistros constituída.

No grupo de ramos Acidentes e Doença, os ajustamentos devem-se também ao ramo Acidentes de Trabalho e derivam do facto do mapa não considerar os rendimentos financeiros afectos às Provisões Matemáticas.

A provisão para sinistros de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2010	2009	2010	2009
Acidentes de trabalho	298	28	270	-3
Acidentes pessoais e doença	217	188	29	-336
Incêndio e outros danos	13 675	12 081	1 594	1 141
Automóvel	11 342	10 065	1 277	-1 468
Marítimo, aéreo e transportes	3 040	3 602	-562	-887
Responsabilidade civil geral	8 753	8 518	235	1 479
Crédito e caução	7	19	-12	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	282	330	-48	-110
Total	37 614	34 831	2 783	-184

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 1 022 milhares de euros (2009: 924 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2010 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros 2010 é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	69 578	3 014	7 558	80 150
Incêndio e outros danos	38 502	1 398	961	40 861
Automóvel	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	71 120	4 618	-36 483	39 255
- Outras coberturas	34 174	2 251	5 949	42 374
Marítimo, aéreo e transportes	3 276	116	-890	2 502
Responsabilidade civil geral	2 685	348	1 581	4 614
Crédito e caução	504	2	-524	-18
Protecção jurídica	12	17	-5	24
Assistência	-	-	-	-
Diversos	1 159	3	-29	1 133
Total	221 010	11 767	-21 882	210 895
Resseguro aceite	5 997	-	1 129	7 126
Total Geral	227 007	11 767	-20 753	218 021

A discriminação dos custos com sinistros 2009 é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados	Varição da Provisão para Sinistros	Custos com Sinistros
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	66 268	3 733	-6 312	63 689
Incêndio e outros danos	30 089	1 178	776	32 043
Automóvel				
- Responsabilidade civil	69 508	5 172	-17 864	56 816
- Outras coberturas	24 498	2 018	8,958	35 474
Marítimo, aéreo e transportes	7 313	139	-229	7 223
Responsabilidade civil geral	2 142	383	2 130	4 655
Crédito e caução	135	3	84	222
Protecção jurídica	16	25	-5	36
Assistência	-	-	-	-
Diversos	321	3	-120	204
Total	200 290	12 654	-12 582	200 362
Resseguro aceite	3 406	-	1,649	5 055
Total Geral	203 696	12 654	-10 933	205 417

A provisão para participação nos resultados reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2010	2009	2010	2009
Acidentes e doença	1 045	1 080	-35	270
Incêndio e outros danos				
Automóvel				
Marítimo, aéreo e transportes				
Responsabilidade civil geral				
Crédito e caução				
Protecção jurídica				
Assistência				
Diversos				
Total	1 045	1 080	-35	270

A provisão para desvios de sinistralidade reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2010	2009	2010	2009
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	4 701	4 202	499	463
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	2	10	-8	-8
Crédito e caução	426	394	32	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	53	48	5	6
Total	5 182	4 654	528	461

A provisão para riscos em curso reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2010	2009	2010	2009
Acidentes e doença	8 777	3 703	5 074	186
Incêndio e outros danos	761	1 138	-377	-1 187
Automóvel	17 551	13 975	3 576	643
Marítimo, aéreo e transportes	6	12	-6	6
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	39	-	39	-
Protecção jurídica	2	2	-	1
Assistência	956	728	228	486
Diversos	262	207	55	149
Total	28 354	19 765	8 589	284

Os valores de Outras Provisões Técnicas Líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas correspondem à soma da variação expressa acima nos quadros de provisão para desvios de sinistralidade de seguro directo e de provisão para riscos em curso de seguro directo.

Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas e Risco Catastrófico.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais actividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários e emitem pareceres técnicos e que emitem as apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respectivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de excepção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efectuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas, estando inclusive implementados modelos de avaliação com recurso a modelos estocásticos. Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são reflectidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efectivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A evolução da provisão para sinistros de seguro directo com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, excluindo provisões matemáticas do ramo acidentes de trabalho, comparando os custos efectivos com estimativas anteriores é como segue:

(milhares de euros)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Provisão para sinistros com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos	276 399	299 101	302 579	305 512	328 733	363 800	375 014	394 397	394 186	387 150	367 309
Pagamentos acumulados											
Um ano depois	106 206	105 824	108 328	106 724	91 174	105 504	100 096	98 779	94 708	95 049	
Dois anos depois	147 272	157 869	162 811	149 681	141 526	157 627	145 308	135 925	128 265		
Três anos depois	185 976	197 820	194 772	185 956	176 790	191 998	171 505	160 955			
Quatro anos depois	215 921	222 164	223 751	213 367	201 716	213 580	192 108				
Cinco anos depois	234 821	246 876	245 653	235 135	220 093	230 853					
Seis anos depois	252 471	264 938	263 670	250 333	233 869						
Sete anos depois	267 296	280 214	275 464	262 243							
Oito anos depois	279 416	289 301	284 198								
Nove anos depois	285 953	296 163									
Dez anos depois	291 307										
Estimativa final de custos com sinistros											
Um ano depois	277 599	303 180	313 397	327 363	338 836	354 407	366 449	352 929	369 571	347 727	
Dois anos depois	283 207	306 243	325 422	334 297	334 918	356 147	345 157	349 376	329 811		
Três anos depois	283 966	314 450	331 367	332 408	333 196	352 713	338 431	316 239			
Quatro anos depois	303 872	317 872	331 221	331 075	338 491	352 070	311 533				
Cinco anos depois	306 526	318 261	329 943	342 831	336 647	331 796					
Seis anos depois	306 563	318 259	347 022	340 872	323 690						
Sete anos depois	306 112	338 585	345 961	335 816							
Oito anos depois	324 328	338 097	344 154								
Nove anos depois	324 479	336 497									
Dez anos depois	323 451										
Excedente / (défice) acumulado	-47 052	-37 396	-41 575	-30 304	5 043	32 004	63 481	78 158	64 375	39 423	

A Tranquilidade pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, com o objectivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração. O programa de resseguro em 2010 é constituído por tratados proporcionais (Quota--parte e Excedente) e por tratados não proporcionais (Excesso de Perdas, Cobertura Catastrófica e Stop Loss), conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Acidentes pessoais (crédito ao consumo)	Quota parte
Acidentes pessoais	Excesso de perdas (XL)
Acidentes de trabalho	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (responsabilidade civil)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (danos próprios)	Excesso de perdas (XL)
Cauções	Quota parte
Cauções (fidelidade)	Quota parte
Engenharia	Proporcional
Incêndio (riscos simples)	Proporcional
Incêndio (condomínio)	Proporcional
Incêndio (estabelecimento & riscos industriais)	Proporcional
Incêndio (catástrofes naturais)	Excesso de perdas (XL)
Incêndio	Excesso de perdas (XL)
Incêndio	Stop Loss
Responsabilidade civil geral	Excesso de perdas (XL)
Marítimo (cascos)	Proporcional
Marítimo (cascos-frotas)	Proporcional
Marítimo (mercadorias transportadas)	Proporcional
Marítimo	Excesso de perdas (XL)
Saúde	Quota parte
Assistência	Quota parte

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2010	2009
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	-18 732	-16 832
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-13 701	-13 409
Longevidade	Descida de 10% na mortalidade dos actuais pensionistas de acidentes de trabalho	-1 614	-1 500

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efectivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas pensões matemáticas do ramo acidentes de trabalho.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. Quando se conclui que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e as tabelas são actualizadas.

Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de acções, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adoptadas pela Tranquilidade, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pela Comissão Executiva;
- Validar, numa perspectiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno e aprovados pela Comissão Executiva;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respectivas tolerâncias definidos pela Comissão Executiva;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de activos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e *compliance*. Neste âmbito são também monitorizados os diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de acção para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Em 2010 a política de investimento, da responsabilidade do Comité Financeiro, foi estreitamente articulada com o Comité de Gestão de Risco Global, que definiu a política de risco para os investimentos.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco é residual, por força do reduzido valor de activos em moeda estrangeira e da existência de um mecanismo

de cobertura que mitiga grande parte desse mesmo valor. A análise de sensibilidade, por força do disposto anteriormente, resulta numa perda imaterial para a Companhia, descrita como segue:

		(milhares de euros)	
Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado antes de Impostos	
		2010	2009
Cambial	Desvalorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao euro	-45	-43

Risco de acções

O risco de acções decorre da volatilidade dos preços de mercado das acções e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia – bem como os fundos de investimento total ou parcialmente compostos por estes títulos – e as participações da Companhia em outras empresas. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

		(milhares de euros)	
Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor antes de Imposto	
		2010	2009
Acções	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-37 173	-21 869

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. Os imóveis que são propriedade da Companhia representam mais de 78,5% dos activos expostos a este risco, sendo o restante proveniente de fundos de investimento imobiliário. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

		(milhares de euros)	
Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado antes de Impostos	
		2010	2009
Imóveis	Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	-13 604	-13 354

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os activos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos activos encontra-se sobretudo nas obrigações, maioritariamente de taxa variável. Os passivos estão expostos através das pensões não obrigatoriamente remíveis de Acidentes de Trabalho, por força da realização de testes de adequação de responsabilidades.

O cenário de subida de taxas é o cenário que implica perda de valor para a Companhia.

		(milhares de euros)	
Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor antes de Imposto	
		2010	2009
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro		
	- Efeito nos activos	7 606	7 422
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro		
	- Efeito nos activos	-7 205	-7 056

		(milhares de euros)	
Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado antes de Impostos	
		2010	2009
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro		
	- Efeito nos passivos	-	-8 963
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro		
	- Efeito nos passivos	-	-

Risco de spread

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*, existindo também em crédito estruturado. A exposição a derivados de crédito é imaterial.

Analisando a distribuição por *rating* dessa tipologia de obrigações, cerca de 69% da carteira exposta a este risco é composta por títulos de emitentes com *rating* igual ou superior a "A". Este *mix* não apresenta tendência em se deteriorar, por força da política de investimentos instituída na Tranquilidade.

					(milhares de euros)			
Rating	2010		2009					
	%	Valor	%	Valor				
AAA	5%	12 707	4%	14 515				
AA	13%	34 725	7%	24 547				
A	51%	139 390	62%	210 019				
BBB	24%	65 740	23%	78 355				
BB	6%	16 324	3%	10 468				
B	0%	-	1%	4 339				
CC	1%	2 744	0%	-				
Unrated	0%	-	0%	-				
Total	100%	271 630	100%	342 243				

Estes valores não incluem papel comercial e certificados de depósito, por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo

incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

							(milhares de euros)						
Sector de Actividade	%	2010			2009								
		Valor Bruto	Imparidade		Valor Bruto	Imparidade							
Recursos básicos	0%	812	-25		0%	2 224	-25						
Comunicações	1%	4 658	-424		6%	37 455	-						
Bens consumíveis (cíclico)	1%	6 136	-607		1%	4 345	-						
Bens consumíveis (não-cíclico)	1%	7 662	-		0%	880	-38						
Energia	0%	2 814	-		1%	7 150	-81						
Financeiro	73%	474 817	-1 034		66%	375 542	-15 272						
Fundos	3%	19 294	-		2%	9 690	-						
Dívida pública	8%	53 118	-		2%	14 278	-						
Industrial	1%	4 788	-		10%	49 609	-						
Medicina	8%	50 288	-		7%	40 988	-						
Tecnologia	0%	-	-		0%	1 355	-						
Serviços públicos / colectivos	2%	14 975	-		4%	25 939	-						
Outros	1%	9 386	-3 302		1%	7 515	-460						
	100%	648 748	-5 392		100%	576 970	-15 876						

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, Activos Financeiros detidos para negociação, Activos Financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Activos disponíveis para venda e os suprimentos e prestações acessórias da rubrica de Empréstimos concedidos. Da rubrica Activos disponíveis para venda são excluídos os fundos de investimento imobiliário por razões de coerência com a não inclusão também nesta análise dos investimentos em Terrenos e edifícios.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Durante o ano de 2010, no âmbito do Comité de Gestão de Risco Global, foram definidos procedimentos adicionais para mitigação deste risco. Para tal a Companhia elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

A análise de maturidade dos activos e passivos financeiros, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

								(milhares de euros)						
2010	< 1	1-3	3-12	1-5	> 5	Sem	Total							
	Mês	Meses	Meses	Anos	Anos	Maturidade								
Activos financeiros	891	142 775	15 287	107 050	144 312	493 366	903 681							
Passivos financeiros	254	-	-	-	63 646	44 484	108 384							
Líquido	637	142 775	15 287	107 050	80 666	448 882	795 297							

								(milhares de euros)						
2009	< 1	1-3	3-12	1-5	> 5	Sem	Total							
	Mês	Meses	Meses	Anos	Anos	Maturidade								
Activos financeiros	465	92 576	1 534	172 714	167 995	305 524	740 808							
Passivos financeiros	-	-	-	-	-	40 963	40 963							
Líquido	465	92 576	1 534	172 714	167 995	264 561	699 845							

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de spread.

Como procedimento, é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na selecção dos resseguradores e nos emitentes de valores mobiliários foram definidos níveis mínimos de rating, e existe um acompanhamento regular da evolução dos ratings das entidades em carteira.

Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da actividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Actividades ilícitas efectuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos activos físicos;
- Interrupção da actividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes na Tranquilidade face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem directamente com os clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respectivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das actividades e funções de negócio críticas, incluindo as desempenhadas por entidades subcontratadas.

Adicionalmente, também integrado no risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de acções de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

Como principais medidas implementadas na Tranquilidade para mitigação do risco legal, para além de algumas já atrás referenciadas, destacamos as seguintes:

- Existência / formalização de diversas políticas transversais a toda Companhia, em matéria de prevenção da fraude, recursos humanos, *outsourcing*, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a Tranquilidade se encontra sujeita.

Num âmbito mais específico, destaca-se ainda a existência de procedimentos formais no âmbito do processo da gestão de sinistros, nomeadamente na regularização dos mesmos, de forma a garantir o cumprimento do enquadramento legal em vigor.

No que concerne ao risco reputacional, o mesmo é definido como o risco de a empresa de seguros incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Eventuais falhas por parte de entidades prestadoras de serviços;
- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;
- Falhas associadas ao processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes em todo o ciclo de negócio existente.

Neste sentido, das principais medidas que a Tranquilidade apresenta para fazer face ao risco reputacional, destacam-se as seguintes:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos formais no âmbito da gestão de reclamações;
- Existência de base de dados de contratos de maior valor celebrados com entidades externas.

Sistema de controlo interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Sistema de Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

Neste sentido, os riscos associados ao Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um grau de granularidade superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adoptada compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objectivos, as principais actividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos controlos;
- Realização de testes de efectividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correcções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direcções da Tranquilidade (Unidades Operacionais), as quais assumem a função de áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de riscos e respectivos controlos;
- Um segundo nível representado pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno que detém uma função de supervisão, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas

e monitorização do sistema de gestão de risco, controlo interno e *compliance*.

- Um terceiro nível representado pela Direcção Auditoria Interna e a Auditoria Externa, às quais cabe uma função de auditoria independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras directas ou indirectas.

O Sistema de Controlo Interno na Tranquilidade encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma do ISP nº 14/2005-R, de 29 de Novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais actividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição risco;
- Controlos;
- Avaliação dos controlos;
- Recomendações.

Adicionalmente, a Tranquilidade dispõe de um registo de perdas operacionais, centralizada na Direcção de Risco Global e Controlo Interno, na qual são registadas as perdas mais relevantes detectadas, permitindo desta forma a existência de mais uma forma de monitorização do risco operacional e a possibilidade de serem tomadas medidas correctivas ou definidos novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de ocorrência de novos incidentes similares no futuro.

Neste âmbito, a Companhia encontra-se de momento a analisar a hipótese de aquisição de uma ferramenta com maior potencial, com um grau superior de automatização e que permita o acesso a todas as áreas da Companhia, de acordo com a definição de perfis existente.

Solvência

A Tranquilidade monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar nº6/2007-R de 27 de Abril, do ISP e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes:

	(milhares de euros)	
	2010	2009
Elementos constitutivos do fundo de garantia	296 678	195 804
Margem de solvência a constituir	51 762	54 219
Resultado na óptica dos prémios	51 254	49 447
Resultado na óptica dos sinistros	47 829	48 742
Resultado limite do n.º 8 do artigo 97.º	51 762	54 219
Fundo de garantia mínimo legal	3 500	3 500
Excesso/insuficiência da margem de solvência	244 916	141 585
Taxa de cobertura da margem de solvência	573%	361%

Adequação dos prémios e das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Rácios de actividade

Os principais rácios de actividade, brutos de resseguro, são como segue:

	(%)	
	2010	2009
Rácio de sinistralidade ^{a)}	69,1%	64,5%
Rácio de aquisição ^{b)}	21,1%	21,2%
Rácio administrativo ^{c)}	9,2%	10,6%
Rácio Combinado	99,4%	96,3%

a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + Outros custos - proveitos técnicos) / prémios adquiridos.

b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / prémios brutos emitidos

c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados) / prémios brutos emitidos

Montantes recuperáveis de sinistros

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efectuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

	(milhares de euros)	
	2010	2009
Contas a receber	2 557	1,991
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-1 000	-757
Total Líquido	1 557	1 234

Quanto à obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados) os montantes estão incluídos na rubrica seguinte e são como segue:

	(milhares de euros)	
	2010	2009
Inventários	252	321

Nota 5 – Outros Passivos Financeiros

A decomposição desta rubrica pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2010	2009
Outros passivos financeiros		
Depósitos recebidos de resseguradores	579	503
Derivados	254	10
Outros	1 142	-
Valor de Balanço	1 975	513

Os Depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

Os valores de Derivados encontram-se analisados na Nota 6. O valor de Outros registado em 2010 diz respeito a saldos bancários credores que se verificam, fruto de uma gestão financeira optimizada, tendo em atenção valores que se encontram emitidos de meios de pagamento mas ainda não descontados.

Nota 6 - Instrumentos Financeiros

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Activos financeiros disponíveis para venda	338 199	367 027
Investimentos em filiais e associadas	301 355	165 497
Depósitos a prazo	131 243	84 892
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	6 459	6 572
Activos financeiros detidos para negociação	-	-
Total Participações e Instrumentos Financeiros	777 256	623 988

No Anexo 1 estão considerados 254 milhares de euros de instrumentos financeiros derivados com valor negativo que para efeitos de balanço são apresentados no passivo.

Os investimentos em filiais e associadas são alvo de exposição na Nota 7, e os restantes instrumentos financeiros são analisados ao longo da presente Nota 6.

Activos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas

Encontram-se classificados nesta rubrica títulos que a Companhia designou, como consequência da aplicação do IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de activos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-
De emissores públicos	-	-
De outros emissores	6 459	6 572
Acções	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Valor de Balanço	6 459	6 572
Valor de aquisição	7 951	7 985

A Companhia possuiu nesta tipologia em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 instrumentos financeiros compostos, com derivados embutidos, em títulos de rendimento fixo, como segue:

(milhares de euros)		
Tipo de Risco	Valor de Balanço	
	2010	2009
Crédito estruturado	6 446	6 560
Derivado de crédito	13	12
	6 459	6 572

Activos financeiros disponíveis para venda

O saldo desta tipologia de activo é decomposto como segue:

(milhares euros)		
	2010	2009
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	53 118	13 278
De outros emissores	212 053	322 393
Acções	24 559	16 894
Outros títulos de rendimento variável	48 469	14 462
Valor de Balanço	338 199	367 027

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

(milhares de euros)				
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	13 441	-163	-	13 278
De outros emissores	349 977	-14 235	-13 349	322 393
Acções	11 405	7 536	-2 047	16 894
Outros títulos de rendimento variável	15 048	226	-812	14 462
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	389 871	-6 636	-16 208	367 027
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	58 605	-5 487	-	53 118
De outros emissores	236 620	-20 231	-4 336	212 053
Acções	7 665	17 470	-576	24 559
Outros títulos de rendimento variável	48 330	951	-812	48 469
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	351 220	-7 297	-5 724	338 199

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

(milhares euros)		
	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	16 208	16 135
Dotações do exercício	3 356	1 581
Anulações do exercício por venda de activos	-13 120	-458
Reversões do exercício	-720	-1 050
Saldo em 31 de Dezembro	5 724	16 208

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respectivas categorias, são como segue:

(milhares euros)		
	2010	2009
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-2 583	970
Acções e outros títulos de rendimento variável	-53	-1 501
	-2 636	-531

Activos financeiros detidos para negociação

O saldo desta tipologia de activos é decomposto como segue:

Rating	(milhares de euros)			
	2010		2009	
	Justo Valor	Valor Nominal	Justo Valor	Valor Nominal
Derivados				
Contratos Forward	-254	200	-10	530

Os investimentos realizados pela Companhia são predominantemente em euros, detendo contudo na sua carteira algumas operações expressas em outras moedas.

Desta forma, e sempre mediante autorização do seu Comité Financeiro, a Companhia efectuou alguns contratos de cobertura cambial para os respectivos investimentos em divisas.

Esses contratos de cobertura cambial, apesar de não realizarem uma cobertura perfeita, tentam cobrir o risco cambial do capital e do juro, através de sucessivas renovações ao longo do ano, utilizando para tal os mecanismos de *swap* e *forward*.

Dado que estes contratos apresentam, quer em 2010 quer em 2009, um justo valor negativo, os mesmos são apresentados no Passivo, em Outros Passivos Financeiros – Outros.

Outros activos financeiros

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia detém ainda outros activos conforme segue:

	(milhares euros)	
	2010	2009
Empréstimos concedidos	28 459	28 850
Depósitos junto de empresas cedentes	1	1
Outros	1 692	2 514
Total de Outros Activos Financeiros	30 152	31 365

Os valores de Outros correspondem a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor.

O montante de empréstimos diz respeito a prestações acessórias e outros empréstimos ou suprimentos concedidos, conforme segue:

	(milhares euros)	
	2010	2009
Prestações acessórias - T-Vida	12 500	20 000
Prestações acessórias - LOGO	12 400	3 900
Prestações acessórias - Europ Assistance	1 080	1 080
Suprimentos - ES Saúde	-	1 250
Suprimentos - Contact center	277	277
Suprimentos - Esumédica	262	262
Empréstimos a colaboradores	1 940	2 081
Total de Empréstimos Concedidos	28 459	28 850

Justo valor de activos e passivos financeiros registados ao custo amortizado

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

	(milhares de euros)			
	2010		2009	
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7 443	7 443	8 150	8 150
Empréstimos e contas a receber	161 395	161 395	116 257	116 257
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	88 830	88 830	77 305	77 305
Activos Financeiros ao Custo Amortizado	257 668	257 668	201 712	201 712
Outros passivos financeiros	1 721	1 721	503	503
Outros credores por operações de seguros e outras operações	106 409	106 409	40 450	40 450
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	108 130	108 130	40 953	40 953

Tendo em conta que estes activos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo à data do balanço.

Metodologias de valorização

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS7, é analisado como segue:

2010	(milhares de euros)				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Total
Títulos e unidades de participação	48 468	-	-	-	48 468
Acções e outros títulos de rendimento variável	578	-	325 337	-	325 915
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	192 041	73 129	6 460	-	271 630
Derivados	-	-	-	-	-
Total	241 087	73 129	331 797	-	646 013

2009	(milhares de euros)				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Total
Títulos e unidades de participação	14 463	-	-	-	14 463
Acções e outros títulos de rendimento variável	2 753	-	179 637	-	182 390
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	250 399	91 844	-	-	342 243
Derivados	-	-	-	-	-
Total	267 615	91 844	179 637	-	539 096

Os níveis representam a seguinte descrição:

Nível 1:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Nível 4:

Instrumentos financeiros valorizados a custo de aquisição.

Nota 7 - Investimentos em Filiais e Associadas

Na apresentação das suas demonstrações financeiras individuais a Tranquilidade detém o seguinte conjunto de investimentos:

(milhares de euros)

Nome da empresa / Sede	Classificação	Método Valorização	Participação (%)			Dados Financeiros 2010			
			Directa	Direito de Voto	Efectiva	Activo	Passivo	Capital Próprio	Resultado Líquido
T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. Av. da Liberdade, 230 • 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	100,00	100,00	100,00	941 574	874 686	66 888	5 140
Seguros LOGO, S.A. R. D. Manuel II, 290 • 4050-344 Porto (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	100,00	100,00	100,00	27 016	21 779	5 237	-7 988
Pastor Vida, S.A. de Seguros y Reaseguros Paseo de Recoletos, 19 • 28004 Madrid (Espanha)	Subsidiária	Justo Valor	50,00	50,00	50,00	206 071	159 519	46 552	6 225
Advancecare – Gestão e Serviços de Saúde, S.A. Praça José Queirós, nº 1 - 4º • 1800-237 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	51,00	51,00	51,00	9 335	2 447	6 888	2 082
Espírito Santo Contact Center, S.A. Av. Infante D. Henrique, 343 - C • 1800-218 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	56,30	56,30	56,30	8 071	6 139	1 932	162
Esumédica–Prestação de Serviços Médicos, S.A. Av. da Liberdade, 242 • 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	75,00	75,00	75,00	1 367	2 873	-1 506	170
BES, Companhia de Seguros, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 8º • 1070-061 Lisboa (Portugal)	Empresa Associada	Justo Valor	25,00	25,00	25,00	120 374	96 862	23 512	3 891
Europ Assistance, S.A. Av. Álvares Cabral, 41 - 3º e 4º • 1250-015 Lisboa (Portugal)	Empresa Associada	Justo Valor	24,00	24,00	24,00	39 883	26 597	13 286	1 475

No decorrer do exercício de 2010, em termos de alterações a nível da estrutura das participações, de realçar a aquisição em Dezembro da seguradora Pastor Vida. De referir ainda que a companhia detém 75% na Fiduprivate, S.A., empresa que estando em processo de liquidação não apresentou contas em 2010.

Os investimentos em 31 de Dezembro de 2010 apresentam a seguinte segregação por empresa e composição do valor de balanço:

(milhares de euros)

	Valor de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Advancecare	486	38 724	-	39 210
BES Seguros	3 759	17 704	-	21 463
ES Contact Center	1 846	2 658	-	4 504
Esumédica	445	380	-	825
Europ Assistance	1 757	2 450	-	4 207
Pastor Vida	79 646	-	-	79 646
Fiduprivate	480	-	-480	-
LOGO	20 000	-	-	20 000
T-Vida	77 489	54 011	-	131 500
	185 908	115 927	-480	301 355

As alterações aos valores das participações ao longo de 2010 foram como segue:

(milhares de euros)

	Valor de Balanço Inicial	Aquisições, Aumentos de Capital e Alienações	Imparidade	Reserva de Justo Valor	Valor de Balanço Final
Advancecare	25 546	-	-	13 664	39 210
BES Seguros	21 625	-	-	-162	21 463
ES Contact Center	2 308	-	-	2 196	4 504
Esumédica	2 550	-	-	-1 725	825
Europ Assistance	4 368	-	-	-161	4 207
Pastor Vida	-	79 646	-	-	79 646
Fiduprivate	-	-	-	-	-
LOGO	20 000	-	-	-	20 000
T-Vida	89 100	-	-	42 400	131 500
	165 497	79 646	-	56 212	301 355

Em Dezembro de 2010 a Tranquilidade adquiriu a seguradora Pastor Vida, tendo realizado um pagamento parcial no valor de 16 milhões de euros, sendo que o restante valor desta aquisição será realizado em períodos pré-acordados de 5 e 10 anos, com base em valores fixos e em valores variáveis apurados em função dos objectivos de gestão acordados.

Nota 8 - Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2010	2009
Caixa	891	465
Depósitos em instituições de crédito	6 552	7 685
	7 443	8 150

Nota 9 - Terrenos e Edifícios

A valorização do património imobiliário é efectuada pelo modelo do custo nos imóveis de serviço próprio e pelo modelo de justo valor nos imóveis de rendimento. Independentemente do modelo de valorimetria são efectuadas avaliações de forma regular a todos os imóveis.

Estas avaliações são efectuadas através da ponderação combinada dos métodos de avaliação "Comparativo de Mercado" e "Rendimento", e os valores respectivos conduzem às alterações de justo valor nas propriedades de investimento (imóveis de rendimento) e servem para efeitos de teste de imparidade nos activos tangíveis (imóveis de serviço próprio).

O método comparativo de mercado é sempre utilizado, sendo o mesmo suportado em evidências de mercado, onde é efectuada uma prospecção de mercado de imóveis que sejam comparáveis ao imóvel objecto de avaliação, fundamentando-se os valores pela análise de transacções de propriedades análogas.

Os imóveis são classificados como de uso próprio na medida em que façam da actividade operacional da empresa e de rendimento nos casos restantes. Existem alguns que, pelo seu uso ser repartido merecem a classificação de mistos, sendo cada parte analisada e valorizada separadamente. Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

Modelo de justo valor

Os saldos e os movimentos ocorridos nos Imóveis de Rendimento em ambos os exercícios podem ser analisados como segue:

(milhares euros)

Propriedades de Investimento - Edifícios de Rendimento	2010	2009
Saldo Líquido a 1 de Janeiro	88 092	86 942
Adições por aquisição	-	-
Adições por beneficiações	127	151
Transferências	265	18
Abates/Vendas	-24 242	-
Variações justo valor	1 572	981
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	65 814	88 092

As quantias reconhecidas em resultados relativas a rendimentos e custos com propriedades de investimento são como segue:

(milhares euros)

	2010	2009
Rendimentos de Rendas	2 744	2 453
Custos Operacionais	555	430
- em imóveis que geraram rendimentos de rendas	525	404
- em imóveis que não geraram rendimentos de rendas	30	26

Modelo do custo

O saldo das rubricas de Imóveis de Serviço Próprio é analisado como segue:

(milhares euros)

	2010	2009
Valor Bruto	44 268	46 268
Amortizações e imparidades acumuladas	-6 429	-6 029
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	37 839	40 239

O movimento ocorrido nos Imóveis de Serviço Próprio em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares euros)

Activos Tangíveis - Edifícios de Serviço Próprio	2010	2009
Saldo Líquido a 1 de Janeiro	40 239	39 719
Adições por aquisição	-	-
Adições por beneficiações	743	557
Transferências	-	682
Abates / Vendas	-2 536	-
Imparidades - [(Dotação) / Utilização]	132	-
Amortizações do exercício	-739	-719
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	37 839	40 239

Nota 10 - Outros Activos Fixos Tangíveis e Inventários

Para além dos imóveis de serviço próprio referidos no ponto anterior, a Companhia possui outros activos tangíveis valorizados ao modelo do custo e que são analisados como segue:

(milhares euros)		
	2010	2009
Equipamento	39 897	38 903
Equipamento administrativo	4 312	4 576
Máquinas e ferramentas	1 623	1 570
Equipamento Informático	30 687	29 530
Instalações interiores	1 950	1 917
Despesas edifícios arrendados	551	344
Material transporte	331	523
Outras imobilizações corpóreas	443	443
Imobilizado em Curso	3 168	573
Amortizações Acumuladas	-37 035	-36 066
Imparidades	-	-
Total	6 030	3 410

Os movimentos ocorridos nesta rubrica são analisados como segue:

(milhares de euros)			
	Equipamento	Imobilizado em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2009	3 104	262	3 366
Adições	1 767	1 200	2 967
Transferências	-202	-889	-1 091
Amortizações do exercício	-1 813	-	-1 813
Abates/Vendas	-19	-	-19
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	2 837	573	3 410
Adições	1 747	2 860	4 607
Transferências	-	-265	-265
Amortizações do exercício	-1 714	-	-1 714
Abates/Vendas	-8	-	-8
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	2 862	3 168	6 030

De referir ainda a existência de outros activos, fundamentalmente relacionados com situações de salvados e que representam em 2010, 255 milhares de euros (2009: 323 milhares de euros).

Nota 11 - Afecção dos Investimentos e Outros Activos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

A indicação de quais os activos afectos e não afectos às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são como segue:

(milhares de euros)			
	2010		
	Seguros Não Vida	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	5 683	1 760	7 443
Terrenos e edifícios	103 653	-	103 653
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	296 026	5 329	301 355
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	6 459	-	6 459
Derivados de cobertura	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	334 288	3 911	338 199
Empréstimos concedidos e contas a receber	159 492	1 903	161 395
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	6 030	6 030
Outros activos	-	196 675	196 675
Total	905 601	215 608	1 121 209

(milhares de euros)			
	2009		
	Seguros Não Vida	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	4 806	3 344	8 150
Terrenos e edifícios	128 331	-	128 331
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	160 639	4 858	165 497
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	6 572	-	6 572
Derivados de cobertura	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	362 435	4 592	367 027
Empréstimos concedidos e contas a receber	111 982	4 275	116 257
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	3 410	3 410
Outros activos	-	183 035	183 035
Total	774 765	203 514	978 279

Nota 12 - Activos Intangíveis

Todos os activos intangíveis são valorizados ao método do custo, não se registando casos de activos gerados internamente. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas e 3 anos para o *software*, sendo as amortizações calculadas de forma linear.

O *Goodwill* representa a diferença positiva entre o custo de aquisição da Companhia de Seguros ESIA e o justo valor atribuível dos respectivos activos líquidos adquiridos e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais, sendo que o valor recuperável não revela a existência de sinais de imparidade.

O saldo das rubricas de *Goodwill* e Outros intangíveis é analisado como segue:

	(milhares euros)	
	2010	2009
Goodwill	25 785	25 785
Outros Intangíveis	51 534	47 029
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	38 163	34 776
Software	9 523	9 383
Intangíveis em curso	3 848	2 870
Amortizações Acumuladas	-37 866	-33 090
Imparidades	-	-
Total	39 453	39 724

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)					
	<i>Goodwill</i>	Outros Intangíveis	Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas	Software	Intangíveis em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2009	25 785	13 203	9 294	2 033	1 876	38 988
Adições		6 176	485	1 107	4 584	6 176
Amortizações do exercício		-5 440	-4 787	-653		-5 440
Imparidades		-	-	-	-	-
Transferências		-	3 590	-	-3 590	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	25 785	13 939	8 582	2 487	2 870	39 724
Adições		4 678	172	140	4 366	4 678
Amortizações do exercício		-4 775	-4 119	-656	-	-4 775
Imparidades		-	-	-	-	-
Transferências		-174	3 214	-	-3 388	-174
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	25 785	13 668	7 849	1 971	3 848	39 453

As amortizações de activos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

	(milhares euros)	
	2010	2009
Amortizações do Exercício de Activos Intangíveis	-4 775	-5 440
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - montantes brutos	1 207	1 349
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	2 502	2 835
Gastos administrativos	1 059	1 249
Gastos financeiros		
Outros	7	7

Nota 13 – Outros Activos, Passivos, Ajustamentos e Provisões

Activos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro directo é decomposto como segue:

	(milhares euros)	
	2010	2009
Activo Bruto	58 589	58 228
Tomadores de seguro		
- recibos por cobrar	49 470	49 283
- reembolsos de sinistros	6 776	5 145
Mediadores de seguro	323	415
Co-seguradoras	2 020	3 385
Ajustamentos	-5 539	-5 783
Recibos por cobrar	-4 462	-4 973
Créditos de cobrança duvidosa	-1 077	-810
Activo Líquido	53 050	52 445

Os reembolsos exigidos relativamente às prestações efectuadas em consequência de sinistros ocorridos durante o período de suspensão de garantias e ainda não recebidos são no montante de 2 557 milhares de euros (2009: 1 991 milhares de euros).

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares euros)	
	2010	2009
Activo Bruto	8 677	5 436
Resseguradores	8 669	5 126
Ressegurados	8	310
Ajustamentos	-259	-244
Créditos de cobrança duvidosa	-259	-244
Activo Líquido	8 418	5 192

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares euros)	
	2010	2009
Activo Bruto	28 769	20 511
Entidades relacionadas	380	534
Operações imobiliárias	-	1 001
IFADAP	8 793	5 278
FAT	902	892
Gestão por conta IDS e Representadas	5 139	3 557
Cauções	1 669	1 315
Rendas e outros valores à cobrança	1 197	966
Pessoal	702	498
Outros valores a receber	9 987	6 470
Ajustamentos	-1 407	-843
Créditos de cobrança duvidosa	-1 407	-843
Activo Líquido	27 362	19 668

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e reflectido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

(milhares euros)		
	2010	2009
Ajustamento de Recibos por Cobrar		
Saldo em 1 de Janeiro	4 973	4 645
Dotações do exercício	-	328
Utilizações do exercício	-511	-
Saldo em 31 de Dezembro	4 462	4 973
Ajustamento de Créditos de Cobrança Duvidosa		
Saldo em 1 de Janeiro	1 897	1 502
Dotações do exercício	846	395
Utilizações do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	2 743	1 897

O saldo do activo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares euros)		
	2010	2009
Acréscimos de Rendimentos	91	1 295
- Profit commission de resseguro	-	895
- Prestações de serviços	91	400
Gastos Diferidos	849	548
- Seguros	157	280
- Rendas	17	10
- Gastos de Aquisição	675	258
Total	940	1 843

Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro directo é decomposto como segue:

(milhares euros)		
	2010	2009
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	4 113	5 402
Mediadores de seguro		
- Comissões a pagar	4 227	4 123
- Contas correntes	1 646	2 833
Co-seguradoras	10 289	8 721
Total	20 275	21 079

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares euros)		
	2010	2009
Resseguradores	11 891	11 263
Ressegurados	558	10
Total	12 449	11 273

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

(milhares euros)		
	2010	2009
Entidades relacionadas	940	334
Fornecedores de bens em leasing	2 442	2 600
Outros fornecedores de bens e serviços	2 132	995
Operações de investimentos por regularizar	-	4
IFADAP	1 320	884
Pensões AT	1 332	1 410
Participações financeiras por liquidar	63 646	-
Outros valores a pagar	1 873	1 871
Total	73 685	8 098

O valor de Participações financeiras por liquidar de 2010 diz respeito ao montante remanescente da aquisição da seguradora Pastor Vida, agendado para ser realizado em períodos pré-acordados de 5 e 10 anos, com base em valores fixos e em valores variáveis apurados em função dos objectivos de gestão acordados.

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares euros)		
	2010	2009
Rendimentos Diferidos	103	239
- Rendas	103	239
Acréscimo de Custos	21 554	17 558
- Custos com pessoal (subsídios, encargos e bónus)	6 673	7 114
- Custos de aquisição (incentivos e comissões)	5 541	3 950
- Fornecimentos e serviços externos	8 959	6 143
- Impostos	381	351
Total	21 657	17 797

O saldo do Passivo de Outras provisões e os respectivos movimentos são decompostos como segue:

(milhares euros)		
	2010	2009
Impostos	2 385	1 478
Responsabilidade com obras coercivas	250	250
Processos em contencioso de representadas	-	100
Total	2 635	1 828

(milhares euros)		
	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	1 828	1 234
Dotações do exercício	907	594
Utilizações do exercício	-100	-
Saldo em 31 de Dezembro	2 635	1 828

A variação positiva de Outras provisões é explicada pela variação da componente de impostos relativa a juros compensatórios a pagar no caso de uma decisão desfavorável relativamente à utilização de deduções fiscais no apuramento de IRC de 2006, 2007 e 2008, referentes a prejuízos fiscais de uma fusão empresarial e ao reinvestimento de mais-valias fiscais resultantes da venda de uma participação financeira.

A variação negativa de Outras provisões corresponde a uma reclassificação para uma rubrica de ajustamento de dívidas por imparidade.

Nota 14 - Prémios de Contratos de Seguro

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro directo e resseguro aceite, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Acidentes e doença	103 389	97 048	879	274	102 510	96 774
Incêndio e outros danos	61 568	59 401	928	-290	60 640	59 691
Automóvel	142 180	131 270	2 947	-5 118	139 233	136 388
Marítimo, aéreo e transportes	6 956	7 193	66	-416	6 890	7 609
Responsabilidade civil geral	10 915	9 947	257	8	10 658	9 939
Crédito e caução	89	106	-11	-10	100	116
Protecção jurídica	17	20	-1	-1	18	21
Assistência	8 617	7 961	283	-292	8 334	8 253
Diversos	2 123	1 866	92	68	2 031	1 798
Total	335 854	314 812	5 440	-5 777	330 414	320 589

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Acidentes e doença	4 306	3 020	675	25	3 631	2 995
Incêndio e outros danos	24 079	22 516	659	383	23 420	22 133
Automóvel	1 680	1 600	-	-	1 680	1 600
Marítimo, aéreo e transportes	3 651	3 692	6	-361	3 645	4 053
Responsabilidade civil geral	1 895	1 713	64	-12	1 831	1 725
Crédito e caução	52	68	-7	-4	59	72
Protecção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	9 953	8 966	674	408	9 279	8 558
Diversos	1 966	1 641	88	69	1 878	1 572
Total	47 582	43 216	2 159	508	45 423	42 708

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida e resseguro aceite de 2010, analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e doença	103 389	102 510	80 150	28 844	1 091
Incêndio e outros danos	61 511	60 556	40 861	21 850	-6 957
Automóvel					
- Responsabilidade civil	91 125	90 680	39 255	26 111	763
- Outras coberturas	42 820	40 732	42 374	14 237	-533
Marítimo, aéreo e transportes	6 956	6 890	2 502	1 860	-1 974
Responsabilidade civil geral	10 915	10 654	4 614	4 036	-1 437
Crédito e caução	89	100	-18	33	-51
Protecção jurídica	17	18	24	10	-
Assistência	8 617	8 334	-	1 958	-8 430
Diversos	2 093	2 000	1 133	468	-471
Total	327 532	322 474	210 895	99 407	-17 999
Resseguro aceite	8 322	7 940	7 126	2 297	-121
Total Geral	335 854	330 414	218 021	101 704	-18 120

Nota 16 - Rendimentos/Réditos e Gastos de Investimentos

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3. O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

(milhares de euros)

	2010	2009
Juros	11 246	12 874
Activos financeiros disponíveis para venda	9 388	8 919
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	263	115
Activos financeiros detidos para negociação		
Depósitos, empréstimos e outros activos	1 595	3 840
Rendas	2 744	2 453
Terrenos e edifícios	2 744	2 453
Dividendos	8 719	2 991
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7 876	1 943
Activos financeiros disponíveis para venda	843	1 048
Total	22 709	18 318

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de activo é como segue:

(milhares de euros)

	2010	2009
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 654	453
De outros emissores	7 997	8 581
Acções	8 631	2 836
Outros títulos de rendimento variável	89	155
Imóveis	2 744	2 453
Depósitos	1 557	3 733
Empréstimos e outros activos	37	107
Total	22 709	18 318

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2010	2009
Custos imputados à função investimentos	1 328	1 416
Custos directos de funcionamento	645	565
Total	1 973	1 981

Nota 17 - Ganhos e Perdas Realizados em Investimentos

As quantias registadas em ganhos líquidos de activos e passivos financeiros e não financeiros, segregadas pelas respectivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)

	2010			2009		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financieros - Não ao Justo Valor por Resultados	7 048	-3 263	3 785	7 238	-3 702	3 536
Activos financeiros disponíveis para venda	7 048	-3 263	3 785	7 238	-3 549	3 689
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-153	-153
Financieros - Ao Justo Valor por Resultados	3 024	-	3 024	1	-196	-195
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	1	-	1	1	-196	-195
Activos financeiros detidos para negociação	3 023	-	3 023	-	-	-
Não Financeiros	580	-703	-123	-	-	-
Terrenos e edifícios - Uso próprio	250	-125	125	-	-	-
Terrenos e edifícios - Rendimento	330	-578	-248	-	-	-
Total	10 652	-3 966	6 686	7 239	-3 898	3 341

Nota 18 - Ganhos e Perdas de Ajustamentos de Justo Valor em Investimentos

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2010			2009		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financieros - Ao Justo Valor	-	-81	-81	-	-1 255	-1 255
Activos detidos para negociação - Derivados	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas - Títulos de dívida	-	-81	-81	-	-1 255	-1 255
Não Financeiros	3 149	-1 577	1 572	4 296	-3 315	981
Terrenos e edifícios - Rendimento	3 149	-1 577	1 572	4 296	-3 315	981
Total	3 149	-1 658	1 491	4 296	-4 570	-274

Nota 19 - Ganhos e Perdas em Diferenças de Câmbio

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de

acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, excepto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2010			2009		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Activos financeiros disponíveis para venda	514	-858	-344	51	-61	-10
Activos financeiros detidos para negociação	570	-313	257	19	-23	-4
Outros	1	-4	-3	8	-15	-7
Total	1 085	-1 175	-90	78	-99	-21

Nota 20 - Outros Rendimentos, Gastos e Variação de Outras Provisões

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

(milhares euros)

	2010	2009
Outros Rendimentos Técnicos	353	855
Comissões de gestão de co-seguro	282	204
Taxas de gestão de sinistros	5	43
Remuneração por serviços - IFADAP	6	7
Gestão por conta de sinistros	60	601
Outros Gastos Técnicos	1 564	1 430
Comissões de gestão de co-seguro	433	278
Gestão por conta de sinistros	1 131	1 152
Valor do Ganhos e Perdas	-1 211	-575

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos, é decomposto como segue:

(milhares euros)

	2010	2009
Outros Rendimentos Não Técnicos	3 819	5 819
Restituição de impostos	142	878
Correcções e acertos	866	429
Outros ganhos	895	2 308
Juros e outros ganhos financeiros	82	271
Serviços prestados	574	532
Ganhos por alienação de activos tangíveis	37	3
Serviços para a própria empresa	1 223	1 398
Outros Gastos Não Técnicos	5 515	6 162
Donativos	21	126
Mecenato	309	288
Ofertas a clientes	397	312
Multas	17	13
Quotizações	7	13
Rescisões contratuais	1 406	2 105
Dividas incobráveis	3	29
Correcções e acertos	303	710
Outros gastos	2 004	2 447
Serviços bancários e juros de mora	1 048	119
Valor do Ganhos e Perdas	-1 696	-343

Nota 21 - Gastos Diversos por Função e Natureza

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração – Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração – Custos de administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afectas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

(milhares de euros) (%)

2010	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	6 457	17%	14 788	40%	15 573	42%	345	1%	37 163	100%
Fornecimentos e serviços externos	3 754	17%	8 771	40%	9 031	41%	354	2%	21 910	100%
Impostos	-	0%	-	0%	2 433	100%	-	0%	2 433	100%
Amortizações	1 536	21%	3 423	47%	2 017	28%	253	3%	7 229	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	53	100%	-	0%	53	100%
Outros custos	20	4%	42	9%	17	4%	376	83%	455	100%
Total	11 767	17%	27 024	39%	29 124	42%	1 328	2%	69 243	100%

(milhares de euros) (%)

2009	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	6 808	18%	14 528	38%	16 086	43%	361	1%	37 783	100%
Fornecimentos e serviços externos	4 146	17%	9 217	39%	10 133	42%	437	2%	23 933	100%
Impostos	-	0%	-	0%	2 297	100%	-	0%	2 297	100%
Amortizações	1 676	21%	3 719	47%	2 324	29%	253	3%	7 972	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	594	100%	-	0%	594	100%
Outros custos	24	5%	52	11%	21	5%	365	79%	462	100%
Total	12 654	17%	27 516	38%	31 455	43%	1 416	2%	73 041	100%

O montante dos Custos com pessoal é analisado na Nota 22.

O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

(milhares euros)

	2010	2009
Electricidade e água	389	459
Combustíveis	316	289
Material de escritório, impressos e outros	178	205
Artigos para oferta	443	304
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	355	300
Manutenção de equipamento informático	1 509	1 278
Rendas	1 189	1 314
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	1 343	1 385
Despesas de deslocação e representação	1 611	1 180
Comunicações telefónicas e redes	905	1 296
Correios	1 470	1 728
Seguros	115	131
Avenças e honorários	584	569
Publicidade e marketing	1 907	1 899
Limpeza, higiene e conforto	419	482
Vigilância e segurança	262	284
Outsourcing, consultadorias e trabalhos especializados	5 048	6 863
Serviços e desenvolvimentos informáticos	1 791	1 660
Quotizações APS	224	237
Cobrança de prémios	743	674
Formação de mediadores	402	418
Trabalho temporário	199	225
Outros serviços e fornecimentos diversos	508	753
Total	21 910	23 933

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

(milhares euros)

	2010	2009
Iva suportado	265	231
Taxa para o ISP	791	745
Taxa para o FAT	686	673
Taxa para o FGA	-	-
Imposto municipal sobre imóveis	55	52
Taxa para os Governos Cívicos	526	480
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	52	74
Outros impostos, taxas e licenças	58	42
Total	2 433	2 297

O montante dos Amortizações é decomposto como segue:

(milhares euros)

	2010	2009
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	4 119	4 787
Software	656	653
Equipamento informático	185	150
Imóveis de uso próprio	740	719
Equipamento administrativo e máquinas	337	307
Instalações interiores	209	279
Locação financeira	968	1 033
Outro equipamento	15	44
Total	7 229	7 972

O montante da Provisão para riscos e encargos e Outros custos é decomposto como segue:

	(milhares euros)	
	2010	2009
Provisão para impostos	53	594
Juros de depósitos de resseguradores	16	20
Juros de locação financeira	80	98
Comissões de guarda, gestão títulos e outros comissões	359	344
Total	508	1 056

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

	(milhares euros)	
	2010	2009
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	35 228	31 200
Custos imputados	27 024	27 516
Outros custos de aquisição	9 764	6 580
Custos de aquisição diferidos (variação)	-1 278	1 345
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	1 842	1 769
Custos imputados	29 124	31 455
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-10 296	-8 597
Total	91 408	91 268

Nota 22 - Gastos com Pessoal

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

	2010	2009
Direcção	58	62
Quadro Técnico	182	175
Quadro Técnico-Administrativo	261	301
Quadro Comercial	157	139
Quadro Informático	24	30
Quadro de Apoio Geral	6	6
Quadro de Electricistas	1	1
Total	689	714

Estes quantitativos devem ser complementados com 4 colaboradores afectos à sucursal de Espanha. O montante das despesas com o pessoal são discriminadas como segue:

	(milhares euros)	
	2010	2009
Remunerações - Órgãos Sociais	1 711	1 781
Remunerações - Pessoal	25 804	26 596
Encargos sobre remunerações - Órgãos Sociais	109	138
Encargos sobre remunerações - Pessoal	5 472	5 576
Benefícios pós-emprego - Planos de pensões de benefícios definidos	1 712	1 857
Seguros obrigatórios	1 141	729
Gastos de acção social	930	864
Formação	218	169
Outros gastos com pessoal	66	73
Total	37 163	37 783

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos “Colaboradores com funções-chave” são apresentados na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários facturados durante o exercício de 2010 pelo Revisor Oficial de Contas, no âmbito dos serviços de revisão legal de contas, perfizeram o montante de 40,5 milhares de euros.

Nota 23 - Obrigações com Benefícios dos Empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido na Nota 3, a Tranquilidade estabeleceu planos de benefícios definidos para os seus Colaboradores e Administradores, estando abrangidos quer por pré-reforma, quer por reforma por velhice e invalidez, quer ainda por morte. Existe também um plano que abrange um conjunto de benefícios de saúde para os colaboradores no activo e pré-reformados até à idade normal de reforma.

A avaliação actuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde na Tranquilidade é efectuada anualmente, tendo a última sido efectuada com data de referência a 31 de Dezembro de 2010.

Os principais pressupostos considerados nos estudos actuariais, para 31 de Dezembro de 2010 e 2009, utilizados para determinar o valor actualizado das pensões e benefícios de saúde para os colaboradores são as seguintes:

	2010	2009
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	3,25% - 3,75% (*)	3,25% - 3,75% (*)
Taxa de crescimento das pensões	0,75% - 3,75% (*)	0,75% - 3,75% (*)
Taxas de rendimento do fundo	5,15% - 4,73% (*)	5,19% - 4,74% (*)
Taxa de crescimento dos custos médicos	5,00%	5,00%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	2,25%	2,25%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de Valorização Actuarial	Project Unit Credit Method	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de rating elevado.

O efeito das variações, positiva e negativa, de um ponto percentual na taxa de crescimento dos custos médicos, no agregado do custo do serviço corrente e de juros, bem como na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2010		2009	
	+1 p.p.	-1 p.p.	+1 p.p.	-1 p.p.
No agregado do custo do serviço corrente e do custo dos juros do exercício	1	-1	1	-1
Na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego	20	-20	19	-19

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

(milhares euros)

	2010	2009
Activos	336	393
Reformados	241	233
	577	626

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2010			2009		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Responsabilidades em 31 de Dezembro	-43 110	-798	-43 908	-45 323	-751	-46 074
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	42 343	-	42 343	45 010	-	45 010
Activos/ (passivos) a receber/entregar ao fundo	-767	-798	-1 565	-313	-751	-1 064
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	14 822	395	15 217	14 312	276	14 588
Activos/ (Responsabilidades) Líquidas em Balanço em 31 de Dezembro	14 055	-403	13 652	13 999	-475	13 524

Adicionalmente, a Tranquilidade transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 415 (2009: 441), e o valor total da responsabilidade ascende a 14 708 milhares de euros (2009: 15 306 milhares de euros).

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2010			2009		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	45 323	751	46 074	44 250	705	44 955
Custo do serviço corrente	890	3	893	1 173	3	1 176
Custo dos juros	2 376	38	2 414	2 404	37	2 441
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	-670	132	-538	1 700	136	1 836
Pensões pagas pelo fundo	-4 809	-	-4 809	-4 164	-	-4 164
Benefícios pagos pela Companhia	-	-126	-126	-40	-130	-170
Transferências de outros fundos	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades em 31 de Dezembro	43 110	798	43 908	45 323	751	46 074

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2010			2009		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	45 010	-	45 010	43 087	-	43 087
Rendimento real do fundo						
Rendimento esperado do fundo	2 195	-	2 195	2 374	-	2 374
Ganhos e perdas actuariais	-1 767	-	-1 767	1 313	-	1 313
Contribuições pagas pelos participantes do fundo	1 714	-	1 714	2 400	-	2 400
Pensões pagas pelo fundo	-4 809	-	-4 809	-4 164	-	4 164
Transferências de outros fundos	-	-	-	-	-	-
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	42 343	-	42 343	45 010	-	45 010

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2010			2009		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Desvios Actuariais Diferidos em 1 de Janeiro	14 312	276	14 588	14 534	145	14 679
(Ganhos) e perdas actuariais						
- nas responsabilidades	-670	132	-538	1 700	136	1 836
- nos activos do plano	1 767	-	1 767	-1 313	-	-1 313
Amortização do exercício	-587	-13	-600	-609	-5	-614
Desvios Actuariais Diferidos em 31 de Dezembro	14 822	395	15 217	14 312	276	14 588

A evolução dos activos a receber/passivos a entregar durante 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2010			2009		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
(Activos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 1 de Janeiro	313	751	1 064	1 163	705	1 868
Ganhos e perdas actuariais das responsabilidades	-670	132	-538	1 700	136	1 836
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	1 767	-	1 767	-1 313	-	-1 313
Encargos do ano:						
- Custo do serviço corrente	890	3	893	1 173	3	1 176
- Custo dos juros	2 376	38	2 414	2 404	37	2 441
- Rendimento esperado do fundo	-2 195	-	-2 195	-2 374	-	-2 374
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	-1 714	-126	-1 840	-2 440	-130	-2 570
(Activos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 31 de Dezembro	767	798	1 565	313	751	1 064

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2010			2009		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Custo do serviço corrente	890	3	893	1 173	3	1 176
Custo dos juros	2 376	38	2 414	2 404	37	2 441
Rendimento esperado do fundo	-2 195	-	-2 195	-2 374	-	-2 374
Amortização do exercício	587	13	600	609	5	614
Custos do Exercício	1 658	54	1 712	1 812	45	1 857

A evolução dos activos / (responsabilidades) em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2010			2009		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Em 1 de Janeiro	13 999	-475	13 524	13 371	-560	12 811
Custo do exercício	-1 658	-54	-1 712	-1 812	-45	-1 857
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	1 714	126	1 840	2 440	130	2 570
Em 31 de Dezembro	14 055	-403	13 652	13 999	-475	13 524

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2010	2009
Terrenos e edifícios	8 061	8 096
Acções e outros títulos de rendimento variável	8 502	17 978
Títulos de rendimento fixo	40 575	34 080
Depósitos em instituições de crédito	1 189	2 133
Devedores e credores do fundo	-64	-565
Juros a receber	819	441
	59 084	62 163

Os valores de activos acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade e BES-Vida, do qual a associada Tranquilidade representa cerca de 71,7% (2009: 72,4%) do total do fundo.

A evolução das responsabilidades e saldos dos fundos nos últimos 5 anos é como segue:

(milhares de euros)

	2010		2009		2008		2007		2006	
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde
Responsabilidades	-43 110	-798	-45 323	-751	-44 250	-705	-51 346	-534	-52 346	-586
Saldo dos fundos	42 343	-	45 010	-	43 087	-	47 311	-	46 120	-
Responsabilidades (Sub)/Sobre Financiadas	-767	-798	-313	-751	-1 163	-705	-4 035	-534	-6 226	-586
(Ganhos)/perdas actuariais não reconhecidos	14 822	395	14 312	276	14 534	145	11 952	-119	9 116	-147
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	14 055	-403	13 999	-475	13 371	-560	7 917	-653	2 890	-733

Nota 24 - Imposto Sobre o Rendimento

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2010 e 2009 foi apurado com base nas taxas nominais de imposto e derrama de cerca de 28,94% e 26,44%, respectivamente, que correspondem às taxas nominais aprovada à data do balanço.

A Companhia tem sido objecto de inspecções anuais pela DGI, cujo último relatório se refere ao exercício de 2007, não se constatando ajustamentos significativos às declarações entregues até esse exercício. Os exercícios posteriores estão sujeitos a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Por se encontrarem pendentes de aceitação por parte da Administração Fiscal, as seguintes situações de benefícios fiscais, não foram ainda consideradas para efeitos contabilísticos de estimativa de imposto a pagar:

- Reporte fiscal de fusão, no valor de 40 780 milhares de euros;
- Reinvestimento de mais-valias de venda de participação financeira, no valor de 28 754 milhares de euros.

Os activos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2010 e 2009 explica-se como segue:

(milhares de euros)

	2010		2009	
	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	5	14 791	6	16 921
Retenção de imposto na fonte	-	866	-	766
Imposto sobre o valor acrescentado	155	210	1 894	-
Outros impostos e taxas	90	8 340	82	7 990
Contribuições para a segurança social	128	817	109	767
Tributos das autarquias locais	-	120	-	120
Total	378	25 144	2 091	26 564

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Rubricas	Activo		Passivo		Líquido	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
	Investimentos	1 690	1 679	-31 145	-13 588	-29 455
Benefícios pós-emprego	193	240	-3 308	-3 022	-3 115	-2 782
Provisões técnicas	910	1 249	-	-	910	1 249
Provisão cobranças duvidosas	69	52	-	-	69	52
Prejuízos fiscais	2 898	-	-	-	2 898	-
Imóveis	3 264	-	-	-	3 264	-
Outros custos não dedutíveis	406	274	-	-	406	274
Total	9 430	3 494	-34 453	-16 610	-25 023	-13 116

Os valores de 2010 e 2009 incluem valores correspondentes ao diferimento por 5 anos dos impactos em sede de imposto decorrentes da transição para os IFRS.

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2010 e 2009 foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)

2010	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	-357	-357
Estimativa de IRC	-	-	-
Imposto autónomo	-	-357	-357
Imposto Diferido	-17 626	5 719	-11 907
Investimentos	-17 626	80	-17 546
Benefícios pós-emprego	-	-333	-333
Provisões técnicas	-	-339	-339
Provisão cobranças duvidosas	-	17	17
Prejuízos fiscais	-	2 898	2 898
Imóveis	-	3 264	3 264
Outros custos não dedutíveis	-	132	132
Total	-17 626	5 362	-12 264

(milhares de euros)

2009	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	-2 968	-2 968
Estimativa de IRC	-	-2 661	-2 661
Imposto autónomo	-	-307	-307
Imposto Diferido	-7 673	25	-7 648
Investimentos	-7 673	436	-7 237
Benefícios pós-emprego	-	-132	-132
Provisões técnicas	-	-417	-417
Provisão cobranças duvidosas	-	27	27
Outros custos não dedutíveis	-	111	111
Total	-7 673	-2 943	-10 616

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2010	2009
Resultado antes de impostos	6 273	12 160
Taxa de imposto	28,94%	26,44%
Imposto Apurado com base na Taxa Oficial	-1 815	-3 215
Dividendos excluídos da tributação	2 495	524
Benefícios fiscais	159	143
Outros proveitos e custos excluídos de tributação	1 557	-217
Imposto diferido activo não reconhecido anteriormente	3 323	129
Imposto autónomo	-357	-307
Imposto Corrente + Diferido	5 362	-2 943

O impacto da alteração de taxa de 26,44% para 28,94% no resultado líquido de 2010, pode ser determinado apenas pelo efeito no cálculo de impostos diferidos, dado que não existiu lugar em 2010 ao cálculo de imposto corrente.

Esta alteração representou um efeito positivo para o resultado líquido de 262 milhares de euros, calculado sobre o stock líquido de situações passíveis de imposto diferido activo e passivo que afectam resultados, sendo que 20 milhares de euros dizem respeito ao stock transitado de 2009.

Os efeitos positivos acima referidos devem-se ao facto de existir uma maior relevância de situações de imposto diferido activo.

Nota 25 - Capital

O capital da Tranquilidade, de 210 milhões de euros representado por 42 milhões de acções de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se totalmente subscrito mas apenas realizado em 160 milhões de euros. Do aumento de capital efectuado em Dezembro no valor de 75 milhões de euros apenas foram realizados 25 milhões de euros, sendo que a realização do restante valor deverá ser feita até 2015.

Nota 26 - Reservas

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia-geral.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as reservas podem ser analisadas como segue:

	(milhares euros)	
	2010	2009
Reservas de justo valor de activos financeiros	108 630	53 079
Reserva por impostos diferidos	-30 955	-13 329
Outras reservas	41 973	41 052
- Reserva legal	41 045	40 124
- Reservas livres	928	928
Reservas	119 648	80 802

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de fluxos de caixa.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de activos, pode ser analisada como segue:

	(milhares euros)	
	2010	2009
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	115 927	59 715
Títulos de rendimento variável	18 421	7 762
Títulos de rendimento fixo	-25 718	-14 398
Reservas de Justo Valor	108 630	53 079

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, como segue:

	(milhares euros)	
	2010	2009
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	351 220	389 871
Custo de aquisição dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	185 908	106 262
537 128	496 133	
Imparidade	-6 204	-16 688
Custo Amortizado/Aquisição Líquido de Imparidade	530 924	479 445
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	338 199	367 027
Justo valor dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	301 355	165 497
639 554	532 524	
Reserva de reavaliação bruta (Justo valor - custo)	108 630	53 079
Impostos diferidos e correntes	-30 955	-13 329
Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos	77 675	39 750

O movimento da reserva de justo valor líquida, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	(milhares euros)	
	2010	2009
Saldo a 01 de Janeiro	39 750	16 973
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	46 592	31 460
Imparidade reconhecida no ano	8 959	-1 010
Variação impostos diferidos reconhecida no ano	-17 626	-7 673
Saldo a 31 de Dezembro	77 675	39 750

Nota 27 – Resultados por Acção

O resultado por acção em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010	2009
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	11 635	9 217
Número de acções (final do exercício)	32 000 000	27 000 000
Resultados por Acção (em euros)	0,36	0,34

De referir que em 2010 existem 10 milhões de acções no valor de 5 euros cada, ainda não realizadas, perfazendo o número de acções subscritas 42 milhões.

Nota 28 – Dividendos por Acção

A Companhia tem como accionista único a Partran – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., ao qual, durante o exercício de 2010 e 2009, foram atribuídos e pagos os seguintes dividendos, resultando nos respectivos dividendos por acção:

	2010	2009
Dividendos (em milhares de euros)	8 250	-
Número de acções (início do exercício)	27 000 000	27 000 000
Dividendos por Acção (em euros)	0,31	-

Nota 29 - Transacções entre Partes Relacionadas

O capital da Tranquilidade é detido na sua globalidade pela Partran, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.G.P.S., S.A. com sede na rua de São Bernardo, nº 62 - 1200-826 Lisboa, a qual elabora contas consolidadas. As contas destas entidades são englobadas no perímetro de consolidação da ESFG - Espírito Santo Financial Group.

Os relacionamentos entre a empresa-mãe Tranquilidade e as suas associadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de arrendamento, serviços de informática, seguros vida e não vida, comercialização de seguros, resseguro, gestão de seguros do ramo saúde, serviços médicos e serviços de call center.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o montante global dos activos e passivos da Tranquilidade que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2010				2009			
	Activo	Passivo	Custo	Proveitos	Activo	Passivo	Custo	Proveitos
ADVANCECARE	-	304	3 698	1 410	10	265	3 264	777
BANCO ESPÍRITO SANTO	88 897	1 226	1 770	5 084	62 346	513	1 157	3 600
BES SEGUROS	8	14	-	1 463	296	66	-	888
BES VIDA	80	52	-	137	439	102	-	194
BESI	7 257	-	-	-	-	-	-	-
BESLEASING	523	2 442	87	224	19 710	2 600	98	-
BEST	50	-	-	-	-	-	-	-
E.S. CONTACT CENTER	288	-	86	66	277	-	131	52
E.S. INFORMÁTICA	-	-	34	-	-	-	-	-
E.S. INVESTMENT	2 201	-	339	27	-	-	-	-
E.S. RECUPERAÇÃO CRÉDITO, ACE	-	-	-	96	-	-	-	131
E.S. SAÚDE	6	-	-	55	1 255	-	-	57
E.S. SERVIÇOS 2, ACE	-	38	573	-	-	-	-	-
ESAF	3	-	-	726	-	-	-	808
ESEGUR	80	-	235	252	92	-	273	234
ESFG	3 448	-	-	484	5 317	-	-	-
ESFIL	2 985	-	-	135	3 070	-	-	-
ESGEST	-	-	163	-	8	-	300	-
ESUMÉDICA	414	-	-	-	391	-	-	-
EUROP ASSISTANCE	1 080	-	-	395	1 080	-	-	336
GESFIMO	3	-	-	34	-	-	-	41
HERDADE DA COMPORTA	-	-	-	32	-	-	-	21
HOTÉIS TIVOLI	-	-	28	-	-	-	-	-
LOGO	12 775	6 470	9 689	7 887	4 437	4 488	6 424	5 317
MULTIPESSOAL-SERVIÇOS	-	-	39	176	-	-	73	-
MULTIPESSOAL-TRABALHO TEMPORÁRIO	-	-	163	186	-	8	188	-
SGL - SOCIEDADE GERAL LIMPEZAS	-	31	453	-	-	37	480	-
TOP ATLÁNTICO	-	17	690	-	-	9	395	-
T-VIDA	12 505	636	-	4 700	20 240	63	-	-
Total	132 603	11 230	18 047	23 569	118 968	8 151	12 783	12 456

Nota 30 - Demonstração de Fluxos de Caixa

A demonstração das variações de fluxos de caixa e equivalentes, elaborada numa óptica indirecta de origem e aplicação de fundos é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de variações de capitais próprios.

Nota 31 - Compromissos

A Companhia detém contratos de locação financeira para aquisição de equipamento informático e material de transporte, bem como contratos de locação operacional referentes a material de transporte.

Os valores de compromissos contratuais expressos no balanço dos contratos em regime de locação financeira são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2010	2009
Activos tangíveis (valor bruto)	11 353	10 542
Amortizações acumuladas	-10 400	-9 681
Activos Tangíveis (Valor Líquido)	953	862
Credores - Fornecedores de Bens	2 442	2 600

A maturidade das rendas de contratos de locação financeira e das prestações de locação operacional vincendas é analisada como segue:

	(milhares euros)		
	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Contratos de locação financeira	202	716	1 524
Contratos de locação operacional	212	531	1 075

Relativamente aos Fundos de Investimento (*Private Equity*), a Companhia tem responsabilidades assumidas no montante de 5,86 milhões de euros. Tratam-se de montantes por entregar relativos a investimentos que têm uma duração de aproximadamente dez anos, com o esforço de investimento centrado nos primeiros cinco anos. O património destes fundos destina-se a ser investido na aquisição de participações e ou projectos com elevado potencial de crescimento e valorização.

Nota 37 – Outras Informações

Normas Contabilísticas e Interpretações recentemente Emitidas

Adoptadas pela Companhia

Na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2010, a Companhia adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2010:

Normas, alterações e interpretações efectivas em ou a partir de 1 de Janeiro de 2010

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IAS 39 (alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual foi de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Companhia não teve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas foram efectivas a partir de 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais adoptem

como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente da adopção desta alteração.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos “step acquisition” em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

A Companhia não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma revista.

IFRIC 12 - Contratos de concessão de serviços

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007 a IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. A adopção por parte da União Europeia foi em 25 de Março de 2009. Esta interpretação passa a ser de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 29 de Março de 2009. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação, a Companhia não obteve qualquer impacto ao nível das Demonstrações financeiras.

IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor, sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados quando da distribuição.

A Companhia não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das Demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos e,
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Companhia não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das Demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o *Annual Improvement Project*, o qual alterou certas normas que se encontram em vigor. Contudo, a data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa, das quais se destaca:

Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

A Companhia não obteve qualquer impacto da adopção desta norma ao nível das Demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Companhia

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, em Outubro de 2010 foi alterada. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.
- A excepção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;
- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor (Fair Value option) serão reconhecidas em (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

A Companhia está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: divulgações – transferências de activos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Outubro de 2010, a IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (inclui juros decorridos)	
Designação						Unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
ADVANCECARE	458 997			1,06	485 958,14	85,43	39 210 370,34
BES SEGUROS	750 000			5,01	3 758 668,00	28,62	21 462 499,98
ES CONTACT	831 251			2,22	1 846 077,58	5,42	4 504 272,00
ESUMÉDICA	225 000			1,98	445 500,00	3,67	824 999,99
EUROP ASSISTANCE	360 000			4,88	1 756 800,00	11,69	4 206 959,99
FIDUPRIVATE	18 750			25,60	480 050,77	0,00	0,00
PASTOR VIDA	4 550 000			17,50	79 646 000,00	17,50	79 646 000,00
SEGUROS LOGO SA	4 000 000			5,00	20 000 000,00	5,00	20 000 000,00
T-VIDA COMPANHIA DE SEGUROS, SA	65 000 000			1,19	77 488 591,00	2,02	131 499 999,95
1.1.4 - Partes de capital em empresas participadas e participantes							
COMPTA	306 960			1,64	503 699,84	0,35	107 436,00
ES INV PLC	1			2,77	2,77	1 750,47	1 750,47
ESAF - ACTIVOS FINANCIEROS	117 500			22,93	2 694 626,91	112,34	13 199 999,65
ESPÍRITO SANTO SAÚDE	2 655 000			1,25	3 308 200,00	3,76	9 989 999,99
ESTELA GOLF	20			8 580,90	171 618,00	4 198,94	83 978,81
QUINTA DOS CONEGOS	140 600			3,15	443 241,40	3,68	517 041,77
Subtotal	79 414 079	0,00			193 029 034,41		325 255 308,94
1.1.8 - Títulos de dívida de empresas participadas e participantes							
BESLEASING FACT SUBORD 22/10/14		520 000,00	100,00%	100,2%	521 040,00	100,5%	522 516,66
Espírito Santo 12/15		2 200 000,00	100,00%	98,8%	2 173 430,49	100,1%	2 201 326,29
Subtotal	0	2 720 000,00			2 694 470,49		2 723 842,95
Total	79 414 079	2 720 000,00			195 723 504,90		327 979 151,89
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Acções							
ARGOGEST	1 300			0,00	0,00	0,00	0,00
BRISA (PRIVATIZ)	35 000			5,16	180 718,13	5,18	181 195,00
CASSEL	200			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP. PREVIDENTE	6			532,54	3 195,23	580,19	3 481,13
COMP. PREVIDENTE SCFP	198			109,86	21 752,48	408,84	80 949,58
COMUNDO	2 008			0,00	0,00	0,00	0,00
FETAL	2 760			20,84	57 528,12	6,57	18 121,60
HOTEL TURISMO ABRANTES	125			0,00	0,00	1,19	148,94
ILIDIO MONTEIRO CONSTRUÇÕES	41 675			0,00	0,00	0,00	0,00
MADIBEL	7 955			0,01	80,88	0,00	0,00
PORTO CAVALEIROS, SGPS	2 483			0,00	0,00	0,00	0,00
SONAE SGPS	165 000			0,88	145 965,15	0,78	128 370,00
SONAGI	55 600			0,44	24 293,86	2,90	161 240,00
SONAGI AN	100			0,06	5,51	0,01	1,00
SPECTACOLOR PORTUGAL	7 500			14,66	109,986,38	11,47	86 001,24
TELLUS	1 200			0,00	0,00	0,00	0,00
VILATÉXTEL SOC IND TÊXTEL	16			0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	323 126	0,00			543 525,74		659 508,49
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES ROCK FELLER GLOBAL	16 551			141,43	2 340 781,06	140,95	2 332 836,67
ES TRADING FUND	97 000			107,97	10 473 090,00	107,84	10 460 480,00
ESP SANTO INFRASTRUCTURE FUND I	1 425			983,13	1 401 390,61	1 012,52	1 443 284,10
ESPÍRITO SANTO VENTURES III	50 000 000			0,01	500 000,00	0,01	508 000,00
EXPLORER II	104			25 047,63	2 616 675,54	34 643,00	3 619 084,92
EXPLORER III	16			25 000,00	389 400,00	24 565,00	382 624,44
FUNDO DE INVEST. IMOB. CORPUS CHRISTI	4 496			1 000,00	4 496 000,00	998,59	4 489 660,64
FUNGEPI BES	3 725 000			3,28	12 204 962,50	3,27	12 174 790,00
FUNGERE (UP)	756 868			5,22	3 952 827,85	4,19	3 171 125,55
IMOCRESCENTE FD DE INV IMOB FECHADO	5 430			1 000,00	5 430 000,00	980,40	5 323 572,00
IMOPRIME FUNDO DE INV IMOB FECHADO	2 574			968,16	2 492 055,93	986,99	2 540 512,26
Subtotal	54 609 464	0,00			46 297 183,49		46 445 970,58
Subtotal	54 932 590	0,00			46 840 709,23		47 105 479,07

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (inclui juros decorridos)	
						Unitário	Total
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
PORT OT 4.75% 06/14/19		3 250 000,00	88,69%	97,0%	3 153 377,50	91,3%	2 967 014,04
PT OT 3.35% 10/15/15		16 500 000,00	90,18%	97,4%	16 071 864,29	90,9%	14 996 307,54
PT OT 4.2% 10/15/16		3 000 000,00	91,36%	99,0%	2 970 900,00	92,2%	2 767 380,82
PT OT 4.8% 06/15/20		12 000 000,00	87,57%	93,8%	11 251 350,00	90,2%	10 822 438,36
PT OT 5% 06/15/12		4 000 000,00	101,09%	103,6%	4 144 600,00	103,8%	4 152 641,10
PT OT 3.6% 10/15/14		5 000 000,00	93,85%	97,3%	4 862 500,00	94,6%	4 730 472,60
PT OT 4.35% 10/16/17		1 500 000,00	89,94%	101,5%	1 522 500,00	90,8%	1 362 686,30
Subtotal	0	45 250 000,00			43 977 091,79		41 798 940,76
2.1.2.3 - De outros emissores							
BANIF FINANCE 22/12/2016		2 000 000,00	80,20%	100,2%	2 004 000,00	80,2%	1 604 802,40
BANCO BPI 3.25% 01/15/2015		4 500 000,00	87,03%	99,5%	4 478 355,00	90,2%	4 056 801,22
BCP PL 3.75% 06/11		6 250 000,00	96,81%	98,9%	6 181 625,00	98,8%	6 177 310,79
BCPPL 2.375% 01/18/2012		3 500 000,00	92,09%	99,8%	3 492 930,00	94,3%	3 302 144,18
BCP 04/14 5.625%		3 500 000,00	85,41%	105,7%	3 700 200,00	89,3%	3 125 351,65
BCP 3.75% 10/16		3 000 000,00	80,56%	99,6%	2 987 100,00	81,4%	2 442 795,41
BCP PL FLOAT 02/11		4 000 000,00	99,37%	99,0%	3 958 800,00	99,6%	3 982 217,34
BESPL 3.375% 02/15		10 000 000,00	86,61%	99,9%	9 989 173,49	89,5%	8 954 416,44
BESPL 3.875% 01/21/2015		3 000 000,00	81,94%	98,9%	2 965 910,96	85,6%	2 567 764,64
BESPL 5.625% 06/14		9 100 000,00	87,44%	106,1%	9 658 994,96	90,7%	8 249 695,13
CIMPOR 4,5 04-05/2011		3 000 000,00	100,08%	100,9%	3 025 500,00	102,8%	3 083 027,14
CXGD 4.25% 01/27/2020		2 500 000,00	77,75%	99,6%	2 489 025,00	81,7%	2 042 127,91
CXGD 3.625% 07/14		3 000 000,00	91,31%	101,4%	3 042 600,00	92,9%	2 787 796,07
CXGD 5.125% 02/14		3 300 000,00	92,24%	106,1%	3 500 690,00	96,7%	3 190 009,19
EDP FINANCE 3.25% 03/15		3 000 000,00	92,24%	99,4%	2 982 480,00	94,8%	2 844 758,76
EDP FINANCE 4.75% 09/16		3 000 000,00	94,34%	105,7%	3 171 500,00	95,6%	2 867 784,45
EMASA		5 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
MONTPI 03/05/2012		2 000 000,00	85,50%	100,0%	1 999 190,40	85,7%	1 714 176,00
MONTPI 31012011		1 000 000,00	99,62%	98,9%	988 750,00	99,8%	998 347,58
P.CAVALEIROS		17 500,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
REFER 4% 03/16/15		5 000 000,00	88,64%	101,8%	5 087 500,00	91,8%	4 591 079,11
SEMAPA 20/04/2016		700 000,00	99,55%	99,5%	696 500,00	100,1%	700 452,20
V.AGROS		4 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
V.TÊXTIL		7 500,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Dep Praz EUR Barclays					12 638 170,82		12 685 563,96
Dep Prazo EUR BANIF					6 000 000,00		6 069 033,33
Dep Prazo EUR BBVA					12 500 000,00		12 637 763,89
Dep Prazo EUR BCP					11 075 842,61		11 135 492,29
Dep Prazo EUR BES					58 903 171,36		59 044 167,75
Dep Prazo Eur BESI					7 195 000,00		7 216 235,25
Dep Prazo EUR CXGERALDEP					6 000 000,00		6 036 033,34
Dep Prazo EUR MG					16 405 304,72		16 418 597,26
Subtotal	0	75 384 000,00			207 118 314,32		200 525 744,68
Subtotal	0	120 634 000,00			251 095 406,11		242 324 685,44
Total	54 932 590	120 634 000,00			297 936 115,34		289 430 164,51
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Acções							
C BUZI	2 000			0,00	0,00	0,00	0,00
C IND MATOLA	2 200			0,00	0,00	0,00	0,00
C MOÇAMBIQUE	3 000			0,00	0,00	0,00	0,00
C RESSEGURO MOÇAMBIQUE	250			0,00	0,00	0,00	0,00
C SEG NAUTICUS	500			0,00	0,00	0,00	0,00
C SEG TRANQUILIDADE DE MOÇAMBIQUE	9 750			0,00	0,00	0,00	0,00
CADA (AGRICULTURA)	2 100			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP ALGODÕES MOÇAMBIQUE	1 900			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP SEG A NACIONAL	15 986			0,00	0,00	0,00	0,00
CONTINENTAL MORTGAGE INVESTORS	600			0,00	0,00	0,00	0,00
FOMENTO PREDIAL MOÇAMBIQUE	50			0,00	0,00	0,00	0,00
HIDRO ELECT CATUMBELA	200			0,00	0,00	0,00	0,00
NAVANG	448			0,00	0,00	0,00	0,00
NOCAL (CERVEIAS)	2 508			0,00	0,00	0,00	0,00
PETRANGOL	200			0,00	0,00	0,00	0,00
SENA SUGAR ESTATES LTD	77 375			0,00	0,00	0,00	0,00
SOC TURISMO MOÇAMBIQUE	100			0,00	0,00	0,00	0,00
SONEFE	573			0,00	0,00	0,00	0,00
SOTUL (ULTRAMAR)	8 000			0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	127 740	0,00			0,00		0,00

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (inclui juros decorridos)	
Designação						Unitário	Total
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
DYNAMIC ALPHA CAT:I	10 000			100,00	1 000 000,00	97,66	976 600,00
L&C UK PUBLIC SECTOR REAL ESTATE	9			901,49	8 365,74	881,00	8 175,59
L&C UK REAL ESTATE	21			1 190,68	25 277,42	1 155,00	24 519,96
UBAM NEUBERGER BERMAN US EQUITY	2 043			489,38	999 999,58	496,32	1 014 180,78
Subtotal	12 074	0,00			2 033 642,74		2 023 476,33
Subtotal	139 814	0,00			2 033 642,74		2 023 476,33
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
HELLENIC REPUBLI GG 5,5 20/08/14		2 250 000,00	76,18%	109,2%	2 457 725,00	78,2%	1 759 142,47
HELLENIC REPUBLIC 4.3 20/03/12		750 000,00	91,58%	103,7%	777 994,75	94,9%	712 119,86
HELLENIC REPUBLIC 6.25% 06/19/20		4 000 000,00	66,30%	98,9%	3 957 680,00	71,4%	2 854 054,79
IRISH GOVT 4.6% 04/16		2 000 000,00	85,38%	105,9%	2 118 400,00	88,6%	1 772 378,08
REPUBLIC OF AUSTRIA 3.2% 02/17		4 000 000,00	102,46%	105,3%	4 212 000,00	105,5%	4 221 139,72
Subtotal	0	13 000 000,00			13 523 799,75		11 318 834,92
2.2.2.3 - De outros emissores							
ABERTIS INFRA 4.625% 10/16		8 000 000,00	92,32%	104,0%	8 320 000,00	93,3%	7 464 452,49
ALSTOM 2.875% 10/15		200 000,00	97,88%	99,8%	199 682,00	98,6%	197 137,55
BANCA LOMBARDA 19/12/2016		3 000 000,00	93,31%	100,3%	3 007 503,00	93,4%	2 800 798,00
BANESTO FINANCIAL 3% 09/17/12		3 000 000,00	97,94%	100,0%	2 999 760,00	98,8%	2 964 120,41
BBVA SENIOR FINANCE 2.75% 09/12		4 000 000,00	98,13%	99,8%	3 993 880,00	99,0%	3 958 969,43
BBVA SUB CAPITAL UNIP 03/04/2017		3 000 000,00	89,38%	100,0%	3 001 340,70	89,7%	2 689 868,17
C.ÁGUAS DA BEIRA		110,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
C.MOÇAMBIQUE		120,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
CAJA CASTILLA 02/11/2016		2 000 000,00	74,99%	100,2%	2 004 000,00	75,3%	1 506 684,34
CAJA ZARAGOZA ARAGON 25/04/2019		4 000 000,00	83,11%	100,2%	4 008 000,00	83,4%	3 334 676,33
CAJASTUR 3.5% 10/13		1 000 000,00	96,93%	100,0%	999 640,00	97,7%	977 341,79
CORP PROP INV 7,18% 09/01/2013		500,00	83471,79%	85730,9%	428 654,31	85262,9%	426 314,68
CORP SERV GROUP 10% 04/29/2011		1 667,00	98,51%	1506,8%	25 118,66	1004,3%	16 741,55
CREDIT SUISSE 2.875% 09/24/15		1 500 000,00	98,53%	99,7%	1 495 530,00	99,3%	1 489 462,77
DEXIA MUNICIPAL AGENCY 2.75% 01/16		1 500 000,00	97,47%	100,0%	1 499 760,00	98,2%	1 473 053,34
DOURM 1 A		657 252,73	82,81%	98,0%	644 107,67	82,8%	544 491,40
ENI SPA 5% 01/28/16		2 500 000,00	107,95%	109,8%	2 744 975,00	112,6%	2 814 073,46
ERSTE BANK 19/07/2017		7 000 000,00	97,37%	100,4%	7 031 229,42	97,6%	6 835 331,26
ESPIRITO SANTO FIN GRP 6.875% 10/21/19		5 000 000,00	67,63%	104,3%	5 215 024,28	69,0%	3 448 116,44
ESPIRITO SANTO FINANCIER 4.5% 05/31/11		3 000 000,00	96,86%	102,1%	3 063 600,00	99,5%	2 984 830,68
GAS NATURAL CAP 4.375% 11/16		2 000 000,00	94,66%	102,3%	2 045 000,00	95,4%	1 907 281,84
GAS NATURAL CAP 5.25% 7/9/2014		4 450 000,00	101,65%	106,1%	4 719 744,00	104,2%	4 635 423,64
GE CAP EUR FUND 17/05/2021		2 000 000,00	86,85%	99,8%	1 996 200,00	87,0%	1 740 069,78
GOLDMAN SACHS 23/05/2016		3 000 000,00	95,67%	99,9%	2 996 681,40	95,8%	2 874 483,07
GOLDMAN SACHS 30/01/2017		8 000 000,00	95,15%	100,0%	8 003 374,80	95,4%	7 631 365,60
HBOS PLC 09/01/2016		5 500 000,00	97,91%	100,5%	5 527 821,64	98,0%	5 391 207,98
HIDRO E REVUE		24,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
HIPOT 5 A2		302 018,81	77,68%	97,9%	295 676,42	77,8%	234 904,08
HSBC FINANCE CORP 28/10/2013		4 000 000,00	95,98%	100,2%	4 008 000,00	96,2%	3 848 248,89
HSH NORDBANK AG 14/02/2017		5 000 000,00	96,38%	100,0%	5 001 108,56	96,6%	4 827 971,97
HYPOVEREINSBANK 07/06/2011		3 000 000,00	98,94%	103,6%	3 106 701,00	100,4%	3 011 485,50
ING BANK 2.25% 08/15		2 000 000,00	97,46%	99,9%	1 998 040,00	98,2%	1 964 179,10
ISLANDSBANKI 25/11/2013		1 000 000,00	0,00%	100,9%	1 008 768,51	0,0%	0,00
JP MORGAN 12/10/2015		3 000 000,00	97,07%	100,3%	3 009 900,00	97,4%	2 921 198,97
KION 2006-1 A		832 732,70	68,01%	98,1%	817 202,86	68,2%	568 334,10
LEV FIN CAP II 02/09/2016		1 936 207,29	82,23%	97,6%	1 888 963,83	82,8%	1 603 260,96
LLOYDS FLOAT 20 03/12/2020		6 000 000,00	80,50%	100,9%	6 052 800,71	80,7%	4 843 072,00
MACQUARIE BANK 06/12/2016		3 000 000,00	95,07%	100,3%	3 009 000,00	95,2%	2 854 938,75
MAGEL 3 A		597 198,15	86,19%	98,6%	588 837,38	86,3%	515 632,35
MERRILL LYNCH 30/05/2014		4 000 000,00	95,88%	99,7%	3 987 880,00	96,0%	3 839 883,82
MERRILL LYNCH & CO 14/09/2018		10 000 000,00	90,45%	99,9%	9 991 944,00	90,5%	9 052 298,67
MORGAN STANLEY 13/04/2016		5 000 000,00	93,74%	99,9%	4 997 002,15	94,0%	4 702 023,75
NATL CAPITAL INSTRUMENTS PERP		2 000 000,00	99,58%	102,7%	2 054 100,00	99,6%	1 991 899,82
PELIC 2 A		276 637,12	88,12%	98,9%	273 594,10	88,2%	243 916,50
PELICAN 3 A		889 667,84	71,00%	97,6%	868 315,82	71,1%	632 121,26
PREPS LIMITED 2006 B1 18/07/2015		6 000 000,00	44,80%	100,0%	6 000 009,23	45,7%	2 743 708,67
RED ELECTRICA 3.5% 10/16		2 000 000,00	98,04%	99,4%	1 987 480,00	98,9%	1 977 181,37
ROYAL BK SCOTLAND 49		5 000 000,00	90,63%	101,6%	5 080 140,00	91,0%	4 550 458,83
SANTANDER CONSUMER 28/09/2016		4 000 000,00	88,08%	100,5%	4 018 020,00	88,1%	3 523 654,67
SANTANDER ISSUANCES 23/03/2017		3 000 000,00	97,89%	100,1%	3 003 895,80	97,9%	2 937 570,20
TELEFONICA 3.661% 18/09/2017		2 000 000,00	95,04%	100,0%	2 000 000,00	96,1%	1 921 983,89
TELEFONICA 5.496% 04/01/2016		2 000 000,00	106,13%	109,2%	2 184 469,83	110,3%	2 205 023,28
THAMES WATER UTC 3.25% 11/16		750 000,00	98,55%	99,9%	749 355,00	99,0%	742 566,10
THEME 4 A		921 956,50	65,00%	97,2%	896 233,92	65,2%	600 843,15

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (inclui juros decorridos)	
						Unitário	Total
UNICREDIT SPA 2.625% 10/15		3 000 000,00	95,09%	99,6%	2 987 610,00	95,9%	2 877 206,13
VOLKSWAGEN INT FIN 14/03/2016		5 000 000,00	92,93%	100,0%	5 000 000,00	93,0%	4 649 871,67
	Subtotal	0			162 845 345,30		146 504 851,88
	Subtotal	0			176 369 145,05		157 823 686,80
	Total	139 814			178 402 787,79		159 847 163,13
2.3 - Derivados de Negociação							
Forward's Moeda							-253 992,68
	Total	0			0,00		-253 992,68
	Total	55 072 404			476 338 903,13		449 023 334,96
3 - Total Geral		134 486 483			672 062 408,03		777 002 486,85





VALTER VINAGRE b. 1954, Portugal
Da série *Variações para um fruto*,
“S/ título #8”, 2003
Prova por destruição selectiva de
corantes (Ilfochrome)
102,5 x 127,5cm
Edição única
Cortesia do Artista

08 Divulgação das Políticas de Remuneração



01 Órgãos Sociais
07



02 Relatório do Conselho de Administração
11



03 Demonstrações Financeiras
21



04 Demonstração do Rendimento Integral
27



05 Mapa de Variação de Capitais Próprios
31



06 Demonstração de Fluxos de Caixa
35



07 Anexo às Demonstrações Financeiras
39



09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
95



10 Quadros Directivos
103



11 Rede de Lojas
107

08 Divulgação das Políticas de Remuneração

A presente divulgação engloba os seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Anexo I - Declaração de cumprimento, nos termos previstos no n.º 1 do Artigo 4º da Norma 5/2010.R, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

1. Enquadramento

Com a publicação da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, as sociedades financeiras ou de interesse público, nas quais a Companhia de Seguros Tranquilidade também se insere, devem anualmente submeter à apreciação da Assembleia Geral uma proposta sobre Política de Remuneração dos membros dos respectivos Órgãos de Administração e de Fiscalização, bem como proceder à sua posterior divulgação nos documentos anuais de prestação de contas.

No âmbito específico da actividade seguradora, esta disciplina legislativa foi, no decorrer do ano 2010, objecto de desenvolvimentos regulamentares, através da publicação da Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, do Instituto de Seguros de Portugal e Circular n.º 6/2010, da mesma entidade, ambas do dia 1 de Abril, que procederam à ampliação do seu conteúdo e âmbito de aplicação.

Dessa regulamentação resultou em concreto um conjunto de deveres em matéria de divulgação que importa acautelar, bem como numerosas recomendações quanto ao processo de elaboração, aprovação e conteúdo desta política.

No seguimento da prática já seguida no ano anterior e com vista a assegurar o cumprimento destas novas obrigações é então formalizada a presente política de remuneração para o ano 2011, para os membros dos Órgãos Sociais da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A..

2. Principais aspectos da regulamentação

Esta regulamentação tem como pano de fundo um pressuposto que não pode ser aplicado de igual modo a todas as instituições financeiras ou de interesse público, e em particular à Companhia de Seguros Tranquilidade, i.e., de que práticas remuneratórias inadequadas terão levado a uma assunção excessiva de riscos por estas Instituições, ocasionando assim perdas significativas durante a crise financeira que se iniciou em 2007.

De modo a procurar travar tais “inadequações”, a regulamentação propõe ou impõe:

- a) A divulgação de forma agregada e individual das remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização;
- b) A criação de mecanismos, com vista a desincentivar a assunção excessiva de riscos, permitindo o alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos de administração com os interesses a médio e longo prazo da Sociedade e dos seus accionistas, baseados na avaliação de desempenho;

- c) A criação de limites máximos para a parte fixa e variável da remuneração equilibrados entre si, devendo a componente fixa ser adequada por forma a permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável;
- d) A previsão de mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante de desempenho da Sociedade no último exercício apurado ou quando seja expectável no exercício em curso;
- e) A possibilidade de proceder ao diferimento no tempo do pagamento de parte da remuneração variável;
- f) A possibilidade de se proceder ao pagamento de parte da remuneração variável em instrumentos financeiros.

3. Práticas remuneratórias

A Comissão de Vencimentos da Tranquilidade e respectiva Assembleia Geral sempre consideraram que a política de remunerações seguida até à data tem sido correcta e adequada aos objectivos estratégicos da Companhia e do Grupo Accionista no qual se insere.

Efectivamente, a remuneração dos órgãos sociais sempre foi aprovada pela Comissão de Vencimentos ou em sede de Assembleia Geral, tendo as suas decisões seguido a legislação aplicável, no respeito por práticas cuja bondade foi demonstrada ao longo dos anos pelo sucesso dos resultados apresentados pela Tranquilidade ao seu accionista.

As decisões tomadas em matéria de aprovação das remunerações dos órgãos sociais caracterizam-se ainda pelo respeito de alguns princípios, dos quais se destacam:

- A consistência das práticas remuneratórias em relação às estratégias, aos resultados e às capacidades financeiras da empresa;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com os interesses dos Accionistas;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com as existentes do mercado nacional.

Os alegados excessos verificados noutras instituições não se verificam na Tranquilidade, contribuindo igualmente para tal, o facto da Tranquilidade, tendo em consideração a sua estrutura accionista, com forte intervenção e participação na sua gestão, bem como uma assinalável estabilidade na composição dos seus órgãos sociais, se caracterizar por um adequado controlo de riscos e pela ausência de políticas de curto prazo que assumam um elevado grau de riscos para a Sociedade.

4. Política de remuneração

4.1. Processo de aprovação da política de remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos órgãos sociais da Tranquilidade é, nos termos previstos no Artigo 23º do Contrato de Sociedade, proposta pela Comissão de Vencimentos, sendo a mesma objecto de avaliação em sede de Assembleia Geral, aquando da sua realização.

b) Mandato da Comissão de Vencimentos

Nos termos previstos no Artigo 23º do Contrato de Sociedade, à Comissão de Vencimentos define as condições e limites em que a remuneração fixa e variável dos órgãos de administração e fiscalização é determinada.

A Comissão de Vencimentos é actualmente composta por dois membros, eleitos pela Assembleia Geral de 02 de Abril 2008 para um mandato de quatro anos, que termina em 2011.

c) Composição da Comissão de Vencimentos

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo, Presidente do Conselho de Administração das Sociedades Espírito Santo Financial Group, S.A., Bespar - SGPS, S.A. e Partran, SGPS, S.A.. Membro do Instituto Internacional de Estudos Bancários desde 2003 e seu Presidente entre Outubro 2005 e Dezembro 2006. Administrador do Banco Bradesco (Brasil) desde 2003. Membro do *Board of Directors*, do *Human Resources e Compensation Committee* e do *Nominating and Governance Committee* da NYSE Euronext.

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Presidente da Banque Privée Espírito Santo S.A., Administrador Executivo do Banco Espírito Santo e Vice-Presidente da Espírito Santo Financial Group, S.A..

Encontra-se presente em cada Assembleia Geral um representante da Comissão de Vencimentos.

d) Consultores Externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos membros dos órgãos sociais da Tranquilidade não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

4.2. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 12º do Contrato de Sociedade, constituída por um Presidente e um Secretário. Os respectivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo por Assembleia Geral, na data da sua realização.

4.3. Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no Artigo 26º do Contrato de Sociedade, constituída por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente. Os respectivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo mensal 12 vezes ao ano.

4.4. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente nos artigos 59º e 60º do DL n.º. 487/99, de 16 de Novembro, alterados pelo DL n.º. 224/2008, de 20 de Novembro.

Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal.

4.5. Remuneração do Presidente do Conselho de Administração

O Presidente do Conselho de Administração auferir uma remuneração fixa, paga catorze vezes ao ano.

Para além da remuneração fixa, de acordo com a política de remuneração aprovada, ao Presidente do Conselho de Administração poderá igualmente ser paga uma remuneração variável, nos termos previstos no n.º. 3 do Artigo 23º do Contrato de Sociedade.

4.6. Remuneração dos Membros não Executivos do Conselho de Administração

Os membros não executivos do Conselho de Administração auferem uma remuneração fixa, paga catorze vezes ao ano.

Para o ano 2011, dando cumprimento a recomendação prevista no ponto IV.10 da Circular n.º. 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, aos membros não Executivos do Conselho de Administração não será atribuída qualquer remuneração variável, passando deste modo apenas a auferir uma remuneração fixa nos termos previstos no parágrafo anterior.

Os membros que desempenham funções em órgãos de administração de Sociedades em relação de domínio e/ou de Grupo com a Tranquilidade, ou que exerçam funções específicas por indicação do Conselho de Administração, podem ser remunerados pelas referidas Sociedades ou pela Tranquilidade, de acordo com o relevo das funções desempenhadas.

4.7. Remuneração dos Membros da Comissão Executiva

a) Igualdade de remunerações

Todos os membros da Comissão Executiva, sem prejuízo do disposto no n.º. 1 do Artigo 23º do Contrato de Sociedade, auferem a mesma remuneração, com excepção do seu Presidente. Apenas a parte variável pode ser distinta entre os diversos membros da Comissão Executiva.

b) Composição da remuneração

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável. A remuneração dos membros da Comissão Executiva é fixada todos os anos pela Comissão de Vencimento até ao final de Março de cada ano, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior, ou na sua falta, directamente em sede de Assembleia Geral.

c) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pela Comissão de Vencimentos ou em sede de Assembleia Geral sendo que poderá representar até 80% da Remuneração Total Anual, não podendo nunca ser inferior a 40% desta.

Sem prejuízo do acima disposto, o valor a distribuir pelos membros dos órgãos sociais a título de remuneração variável, quando for atribuída, fica sempre sujeito ao limite estatutário previsto no n.º 3 do Artigo 23º do Contrato de Sociedade, fixado em 5% dos lucros líquidos do exercício.

d) Equilíbrio na remuneração

A parte variável representará, em média, cerca de 40% da remuneração, podendo atingir no limite cerca de 60% da remuneração total.

Em todo o caso, o montante exacto da componente variável da remuneração oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos anuais, constantes do orçamento anual, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

e) Critérios de definição da componente variável, mecanismos de limitação e momento do seu pagamento

A remuneração variável é referente ao desempenho de curto prazo.

A remuneração variável é calculada no início de cada ano pela Comissão de Vencimentos, em função do cumprimento dos principais objectivos constantes do Orçamento Anual do ano anterior, aprovado pelo Conselho de Administração, designadamente, o Resultado Líquido do Exercício, a Rentabilidade dos Capitais Próprios e o Rácio Combinado.

O valor da remuneração variável é proporcional ao grau de cumprimento dos indicadores de gestão anteriormente referidos.

Para o ano 2011, tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor para os membros da Comissão Executiva, valores máximos considerados e níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração, sendo a mesma paga de uma só vez em numerário e na sua totalidade após a aprovação das contas do exercício do ano em questão.

De igual modo, tendo presente o facto de a empresa possuir um accionista único e os seus títulos não serem cotados em mercados regulamentados, a possibilidade de uma parte da componente variável consistir na atribuição de opções sobre acções da Empresa não foi considerada na presente política de remuneração, não tendo sido consequentemente definido para o ano 2011, quaisquer planos de atribuições de acções ou de opções de aquisição de acções da Tranquilidade ou de qualquer outra empresa do Grupo, por parte dos membros da Comissão Executiva.

f) Critérios para avaliação de desempenho

A avaliação dos membros da Comissão Executiva assenta nos seguintes indicadores de gestão:

- Resultado Líquido do Exercício;
- Rentabilidade dos Capitais Próprios;
- Rácio Combinado.

Sem prejuízo da análise dos indicadores acima referidos, no processo de avaliação será sempre tida em consideração a adequabilidade, quer dos capitais próprios da Companhia ao seu nível de risco, quer ainda da representação das provisões técnicas.

g) Sistema de prémios anuais e de outros benefícios não pecuniários

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros da Comissão Executiva.

h) Remunerações pagas sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros da Comissão Executiva.

i) Indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do Órgão de Administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a antigos membros da Comissão Executiva relacionadas com a cessação das suas funções.

j) Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do Administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar a membros da Comissão Executiva, em caso de destituição sem justa causa.

k) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.

Não são atribuídos aos membros da Comissão Executiva quaisquer benefícios não pecuniários de relevo.

5. Regime complementar de pensões ou de reforma antecipada - principais características

Os Administradores têm direito a uma pensão de reforma ou complemento de pensão de reforma, no caso de serem ou terem desempenhado esse cargo na Companhia de Seguros Tranquilidade.

Para o efeito, encontra-se constituído um fundo de pensões, denominado "Fundo de Pensões dos Administradores da Tranquilidade" gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de pensões, S.A., do qual todos os Administradores da Tranquilidade são Participantes.

As principais características do Plano de Pensões constante no contrato constitutivo do fundo de pensões assinado entre a Entidade Gestora e os Associados (Tranquilidade) são as seguintes:

- a) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma vence-se, em caso de velhice, na data em que o Administrador atinge a idade normal de reforma para efeitos da segurança Social, actualmente fixado em 65 anos, ou em qualquer outra idade inferior, que de acordo com as normas da Segurança Social, seja possível, e ainda em caso de invalidez;
- b) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma pode ser antecipado para a data em que os Administradores completam cinquenta e cinco anos, desde que tenham exercido essas funções na Tranquilidade por um período mínimo de 9 anos, consecutivos ou interpolados, contando-se também, para efeitos da antiguidade, naquelas funções, o exercício de funções como membro do Conselho de Gestão da Tranquilidade Seguros, E.P.;
- c) O complemento de pensão de reforma poderá existir, de modo a completar eventuais regimes de reforma concedidos por qualquer outro regime de segurança social.

Em qualquer caso, as pensões ou complementos de pensões a atribuir nunca serão superiores ao salário pensionável do Administrador em causa, podendo ser inferior. O salário pensionável corresponde, a cem por cento da remuneração média mensal ilíquida dos últimos 36 meses que antecedem a data em que o Administrador entra na situação de reforma, multiplicada por 12.

O regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez foi objecto de avaliação e aprovação em sede de Assembleia Geral realizada em 27 de Fevereiro de 2007.

6. Pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de Administradores

Não existem quaisquer pagamentos previstos em caso de destituição de Administradores e qualquer cessação por acordo carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de ser previamente aprovada pela Comissão de Vencimentos.

7. Quadro de remunerações pagas aos membros dos Órgãos Sociais da Tranquilidade durante o ano de 2010

(milhares de euros)

	Remuneração Total		Total
	Fixa	Variável	
Comissão Executiva			1 488,1
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha (Pres.)	164,8	135,7	300,5
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso	188,4	108,5	296,9
António Miguel Natário Rio-Tinto	188,4	108,5	296,9
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno	188,4	108,5	296,9
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente	188,4	108,5	296,9
Conselho de Administração			472,3
Rui Martinho Leão (Pres.)	73,5	20,3	93,8
Eduardo Antunes Stock	39,6	21,0	60,6
Miguel Luís Kolback da Veiga	33,4	21,0	54,4
António José Baptista Souto	33,4	21,0	54,4
Manrico Iachia	33,4	21,0	54,4
António Manuel Rodrigues Marques	133,7	21,0	154,7
Conselho Fiscal			85,1
José Manuel Ruivo da Pena (Pres.)	21,1	-	21,1
Rui Manuel Duarte Sousa Silveira	16,6	-	16,6
António Ricardo Espírito Santo Bustorff	47,4	-	47,4
Total Remunerações	1 350,5	695,0	2 045,5

Os valores indicados incluem as remunerações fixas ou variáveis auferidas pelos membros dos Órgãos de Administração pelo desempenho das suas funções nas restantes do Grupo Tranquilidade (T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. e Seguros Logo, S.A.).

No caso específico da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., a remuneração variável atribuída, em 2010, aos Membros dos Órgãos Sociais totaliza cerca de 460 milhares de euros, o que representa 4,99% do lucro líquido individual do exercício de 2009.

O Administrador Eduardo Antunes Stock cessou funções em 30 de Março de 2010, não tendo sido o seu cargo preenchido por outro administrador.

No valor das remunerações pagas em 2010 ao Dr. António Ricardo Espírito Santo Bustorff, na qualidade de membro do Conselho Fiscal de outras empresas do Grupo Tranquilidade, estão incluídos 14 mil euros relativos a remunerações do ano de 2009.

Com efeitos a contar de 2011, os Administradores sem funções executivas deixarão de auferir remuneração variável.

Política de remuneração dos “colaboradores com funções-chave”

1. Enquadramento

Com a publicação da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, as sociedades financeiras ou de interesse público, nas quais a Companhia de Seguros Tranquilidade, também se insere por força do disposto no DL n.º 225/2008, de 20 de Novembro, devem anualmente submeter à apreciação da Assembleia Geral uma proposta sobre Política de Remuneração dos

Membros dos respectivos Órgãos de Administração e de Fiscalização, bem como proceder à sua posterior divulgação nos documentos anuais de prestação de contas.

No âmbito específico da actividade seguradora, esta disciplina legislativa foi, no decorrer do ano 2010, objecto de desenvolvimentos regulamentares, através da publicação da Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, do Instituto de Seguros de Portugal e Circular n.º 6/2010, da mesma entidade, ambas do dia 1 de Abril, que procederam à ampliação do seu conteúdo e âmbito de aplicação.

Dessa regulamentação resultou em concreto o dever de divulgação da política de remunerações aplicável aos colaboradores das empresas de seguros sujeitas à supervisão do Instituto de Seguros de Portugal que, não sendo membros dos respectivos órgãos de administração ou de fiscalização, auferem uma remuneração variável e exerçam a sua actividade no âmbito das funções-chave ou outra actividade que possa ter impacto material no perfil de risco da instituição.

Com vista a assegurar o cumprimento desta nova obrigação é então, formalizada a presente política de remuneração para o ano 2011, aplicável aos colaboradores que desempenham funções-chave, conforme definido na alínea e) do ponto I.3 da Circular 6/2010, bem como aos que exerçam uma actividade com impacto material no perfil de risco da empresa, que para efeito da presente política, são os indicados na alínea b) do ponto 4 infra (Delimitação do âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

2. Principais aspectos da nova regulamentação

A publicação da Norma n.º 5/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, em complemento às obrigações previstas na Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, veio impor às entidades de interesse público, como é o caso da Companhia de Seguros Tranquilidade, novas obrigações, não só em relação à Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, mas também em relação à Política de Remuneração dos colaboradores que desempenham funções-chave na empresa ou cuja actividade profissional possa impactar no perfil de risco da Instituição.

Mais exigente, quanto ao correspondente âmbito e conteúdo, a Norma Regulamentar n.º 5/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, veio assim impor que na informação a divulgar relativamente à Política de Remuneração em vigor na empresa, abranja no caso concreto dos “Colaboradores com Funções-Chave”, os seguintes aspectos:

- Modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos referidos colaboradores com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos;
- Processo de decisão utilizado na definição da política de remuneração;
- Relação entre a remuneração fixa e variável e limites aplicáveis à remuneração variável;
- Critérios de definição da remuneração variável, bem como os critérios para diferimento do respectivo pagamento e o período de diferimento mínimo.

Por sua vez, a Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, veio estabelecer algumas recomendações sobre o conteúdo da política de remunerações, preconizando nomeadamente que:

- A remuneração fixa dos “Colaboradores com Funções-Chave”, cuja remuneração incluía também uma componente variável, represente uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a

fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável;

- b) A componente variável da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” seja sujeita a um limite máximo;
- c) O pagamento de parte substancial da componente variável da remuneração seja feito em instrumentos financeiros, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição;
- d) A quantificação da componente variável da remuneração atenda complementarmente a critérios não financeiros e dependa, em parte, do desempenho colectivo da unidade onde o colaborador se integra;
- e) A remuneração variável em função do desempenho seja atribuída segundo critérios predeterminados, mensuráveis e tenha por referência um quadro plurianual;
- f) O pagamento de parte da remuneração variável seja diferida;
- g) O montante da remuneração variável dos colaboradores que exerçam funções de controlo dependa da prossecução dos objectivos associados às respectivas funções e não das áreas sob o seu controlo;
- h) A política de remuneração seja, pelo menos, anualmente avaliada de forma independente pelas funções de controlo da instituição, em articulação entre si.

Ainda que estas recomendações não tenham carácter injuntivo, o Conselho de Administração da Tranquilidade deve, por força do estipulado no n.º 3 do artigo 4.º da Norma 5/2010-R anteriormente referida, enviar anualmente ao Instituto de Seguros de Portugal, uma declaração sobre a conformidade da política de remuneração com estas recomendações, numa lógica de *comply or explain*.

3. Práticas remuneratórias

O Conselho de Administração da Tranquilidade sempre considerou que a política de remuneração seguida até à data em relação aos seus Colaboradores e, em particular, em relação aos que desempenham Funções-Chave ou funções que possam impactar no perfil de risco da Companhia, tem sido correcta e adequada aos Objectivos Estratégicos quer da própria empresa, quer do Grupo Accionista no qual se insere.

As decisões tomadas neste âmbito caracterizam-se pelo respeito de alguns princípios, dos quais se destacam:

- A consistência das práticas remuneratórias em relação às estratégias, aos resultados e às capacidades financeiras da empresa;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com os critérios de avaliação de desempenho anual dos colaboradores;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com as existentes do mercado nacional e, em particular, no sector segurador.

A Tranquilidade não foi assim internamente afectada pelas patologias remuneratórias relacionadas com a crise financeira que motivaram algumas intervenções normativas nacionais sobre remuneração das instituições financeiras.

Todavia, com o objectivo de assegurar um constante alinhamento com as melhores práticas do mercado, a Tranquilidade irá procurar ajustar-se, na medida adequada, às indicações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, relativas ao próprio conteúdo da política – as quais, reitera-se, têm carácter meramente recomendatório, sendo dirigidas às instituições numa lógica de *comply or explain*.

Nesse sentido, com base na avaliação anual efectuada à estrutura de remunerações da Tranquilidade, mas também com base na regulação recentemente criada, o Conselho de Administração da Tranquilidade formaliza assim, através do presente documento, a política de remunerações aplicável aos seus “Colaboradores com Funções-Chave” na qual se consagram os seguintes pilares essenciais:

- a) Promoção do equilíbrio entre as componentes fixa e variável da remuneração total, com fixação de limites máximos para ambas as formas de remuneração;
- b) Definição do montante efectivo da remuneração variável em função da avaliação de desempenho a realizar anualmente pelo Conselho de Administração.

Na Tranquilidade, para o ano 2011, tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor, valores máximos considerados e níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração, sendo a mesma paga de uma só vez, no ano da avaliação de desempenho do colaborador a que diz respeito.

De igual modo e inerente ao facto da empresa possuir um accionista único e os seus títulos não serem cotados em mercados regulamentados, a possibilidade de uma parte da componente variável consistir na atribuição de opções sobre acções da Empresa não foi considerada na presente política de remuneração.

4. Delimitação do âmbito de aplicação da Política de Remuneração

Nos termos previstos na Norma n.º 5/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, a presente Política de Remunerações aplica-se não só:

- a) Aos Colaboradores que desempenham funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem cargos de chefia no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno (Director Coordenador, Director-Adjunto, Director de Serviço ou Responsável de Gabinete das Direcções de Risco Global e Controlo Interno e Direcção de Auditoria), mas também,
- b) Aos Colaboradores que exercem cargos de chefia no âmbito da função actuarial, bem como ao Actuário Responsável, conforme referido na recomendação prevista no ponto V.9 da Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal;
- c) A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1.º nível (Directores de Topo) e Assessores do Órgão de Administração, independentemente da área em que exerçam actividade, por se entender que – à margem dos titulares dos órgãos sociais – estes profissionais representam, no concreto caso da Tranquilidade, os colaboradores cujo desempenho tem um impacto material sobre o perfil de risco da Companhia.

Para efeitos da presente política de remuneração, o conjunto dos colaboradores acima considerados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.

5. Processo de aprovação da Política de Remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de política de remuneração participam activamente diversos quadros das principais Direcções da Companhia, em particular da Direcção de Pessoal, sendo a mesma também avaliada pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos e capital necessário.

A concreta fixação da remuneração é, por fim, aprovada pela Comissão Executiva.

b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da Tranquilidade incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de pessoal e da política de incentivos, tendo em vista a prossecução dos objectivos estratégicos da Companhia.

c) Composição do Conselho de Administração

Rui Manuel Leão Martinho – Presidente
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha – Presidente da Comissão Executiva
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso – Comissão Executiva
António Miguel Natário Rio Tinto – Comissão Executiva
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno – Comissão Executiva
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente – Comissão Executiva
António José Baptista do Souto
Miguel Luís Kolback da Veiga
Manrico Iachia
António Manuel Rodrigues Marques

d) Consultores Externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos “Colaboradores com Funções-Chave” da Tranquilidade não foram utilizados os serviços de Consultores Externos.

6. Remuneração

a) Composição das remunerações

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável. A política de remuneração global da Companhia é anualmente revista pelo Conselho de Administração, até ao final de Maio.

Em consequência, a remuneração fixa é revista todos os anos de acordo com os resultados da Companhia, indicadores como a taxa de inflação e a taxa de aumento do CCT para a actividade seguradora, sendo igualmente definida uma componente variável, até finais de Maio de cada ano, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior.

b) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará, em média, aproximadamente 84% da Remuneração Total Anual. A parte fixa é composta pelo vencimento base e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores da Companhia, como diuturnidades ou outros subsídios.

A parte variável para 2011 deve corresponder, em média, a 16% Remuneração Total Anual sendo que o valor máximo individualmente considerado não deverá exceder 20% do valor total da remuneração.

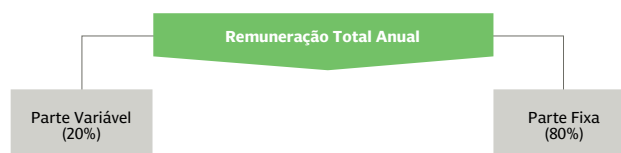
c) Equilíbrio na remuneração

A parte fixa pode representar, em média, aproximadamente 80% do total da remuneração, sendo os restantes 20% atribuídos como parte variável.

Tal situação adequa-se às recomendações constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, que favorecem uma percentagem elevada da componente remuneratória fixa em relação à componente variável da remuneração.

O montante exacto da parte variável oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos anuais, individuais (quantitativos e qualitativos) e do colectivo da respectiva unidade em que o Colaborador se integra, de acordo com o modelo de avaliação de desempenho da Tranquilidade, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

d) Critérios de definição da componente variável e momento do seu pagamento



A Remuneração Variável Anual (RVA) é referente ao desempenho de Curto Prazo e terá um peso de aproximadamente 20% na Remuneração Total Anual.

A RVA máxima será calculada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, determinado com base no Sistema de Objectivos e Incentivos (SOI) associado à Direcção / área na qual o Colaborador se insere, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos, aprovado pelo Conselho de Administração, aferidos pela Avaliação de Desenvolvimento.

A RVA é paga em numerário no período imediatamente a seguir à data de referência dos resultados.

e) Critérios para a avaliação de desempenho

A avaliação dos Colaboradores abrangidos pela presente Política de Remuneração assenta nas variáveis a seguir enunciadas:

i. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas comerciais:

- Orientação para os resultados com uma gestão cuidada do risco;
- Espírito de Equipa;
- Visão Estratégica;
- Planeamento, Organização e Controlo;
- Orientação para o Cliente;
- Capacidade de Negociação;
- Conhecimento dos Produtos e Serviços.

ii. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas centrais:

- Orientação para os resultados com uma gestão cuidada do risco;
- Espírito de Equipa;
- Visão Estratégica;
- Planeamento, Organização e Controlo.

7. Outros benefícios atribuídos aos “Colaboradores com Funções-Chave”

Para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” auferem os seguintes benefícios:

- a) Seguro de Saúde, de acordo com o definido na Cláusula 61^a do CCT para o sector segurador;
- b) Seguro de Vida, de acordo com o definido na Cláusula 64^a do CCT para o sector segurador;
- c) Relativamente aos colaboradores admitidos na Companhia em data anterior a 22 de Junho de 1995, pagamento de uma prestação de pré-reforma ou de uma pensão vitalícia de reforma, nos termos previstos nas Cláusulas 52^a e seguintes do CCT para o sector segurador, conforme indicado no ponto seguinte.

8. Principais características dos regimes complementares de pensões atribuídos aos Colaboradores

De acordo com o previsto na Cláusula 51^a e seguintes do Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) do sector segurador, os colaboradores da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. que tenham sido admitidos na actividade seguradora até 22 de Junho de 1995 têm direito a uma pensão de reforma ou complemento de pensão nos termos previstos no referido CCT e no regulamento do fundo de pensões denominado “Fundo de Pensões Tranquilidade”, gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de pensões, S.A..

Os “Colaboradores com Funções-Chave” que tenham sido admitidos na actividade seguradora em data anterior a 22 de Junho de 1995, ficam assim abrangidos pelo referido fundo de pensões, cujas principais características a seguir se destacam:

- a) Em caso de Reforma por Idade uma pensão complementar correspondente à diferença entre 80% do último ordenado e uma percentagem (entre 30% e 80% em função do número de anos de descontos para a segurança social) da média dos salários dos melhores 5 dos últimos 10 anos;

- b) Em caso de Reforma por Invalidez varia a percentagem do último ordenado que passa a ser entre 50% e 80% em função do número de anos na actividade seguradora;
- c) Em qualquer dos casos estas pensões são actualizadas anualmente por aplicação do IPC sem inclusão de habitação. Da aplicação esta fórmula não pode resultar que o total das pensões recebidas seja superior que o salário mínimo líquido que o trabalhador receberia se estivesse ao serviço.

9. Ampliação do âmbito de aplicação da presente Política de Remuneração.

Salvo mediante decisão em sentido oposto aprovada em sede de Conselho de Administração, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável em relação aos restantes Colaboradores da Companhia de Seguros Tranquilidade, não considerados nos critérios definidos no ponto 4 infra (Delimitação do âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

De igual modo e para efeitos do disposto no Capítulo VII. Grupos Financeiros, da Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável relativamente aos Colaboradores das restantes empresas de seguro do Grupo Tranquilidade e respectivas filiais no exterior, sem prejuízo, neste último caso, dos eventuais ajustes à legislação local que se afigurarem necessários.

Anexo I – Declaração de Cumprimento (N.º 1 do Artigo 4.º da Norma n.º 5/2010-R, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal)

Indicação discriminada das recomendações adoptadas e não adoptadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
I. Princípios Gerais			
I.1 Adopção de uma política de remuneração consistente com a gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objectivos, valores e interesses à longo prazo da instituição, designadamente com as perspectivas de crescimento, rentabilidade e protecção dos clientes;	√		
I.2 Adequação da Política de Remuneração (PR) à dimensão, natureza e complexidade da actividade desenvolvida, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir;	√		
I.3 Adopção de uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da PR, que identifique de forma objectiva, os colaboradores envolvidos no processo, bem como as respectivas responsabilidade e competências.	√		
II. Aprovação da Política de Remunerações (PR)			
II.1 Aprovação da PR por parte de uma Comissão de Remuneração ou no caso de a sua existência não ser exequível ou não se justificar (dimensão, natureza ou complexidade da instituição) pela Assembleia Geral;	√		
II.2 Aprovação pelo Conselho de Administração da PR aplicável aos colaboradores;	√		
II.3 Participação na definição da PR de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, de modo a evitar conflitos de interesse e permitir a formação de um juízo de valor independente;	√		
II.4 A PR deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição; A PR deve ainda ser objecto de formalização em documento autónomo, devidamente actualizado, com indicação das alterações introduzidas e respectiva justificação e mantido um arquivo das versões anteriores;	√		
II.5 Divulgação aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pela sua aplicação, do processo de avaliação.	√		
III. Comissão de Remuneração (CR)			
III.1 A CR, caso exista, deve efectuar uma revisão, com periodicidade anual da PR e da sua implementação, de forma a permitir um juízo de valor fundamentado e independente sobre a PR, à luz das recomendações (Circular 6/2010), em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;	√		
III.2 Os membros da CR devem ser independentes em relação aos membros do Órgão de Administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções;	√		
III.3 Caso a CR recorra à prestação de serviços externos (consultores) não deve contratar pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos 3 anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do Órgão de Administração, ao próprio Órgão de Administração ou que tenha relação actual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviço;	√		Não há recurso, neste âmbito, à prestação de serviços externos por parte de consultores
III.4 A CR deve informar anualmente os accionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas AG em que a Política de Remuneração conste da ordem dos trabalhos;	√		
III.5 A CR deve reunir com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar actas de todas as reuniões efectuadas.	√		

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas			
IV.1 A remuneração deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considerem: desempenho individual, real crescimento da instituição, riqueza efectivamente criada, protecção dos interesses dos Clientes, sustentabilidade a longo prazo, riscos assumidos e cumprimento das regras aplicáveis à actividade;		X	Os critérios de avaliação assentam nesta fase somente nos seguintes indicadores de gestão: - Resultados líquidos do exercício; - Rentabilidade dos Capitais Próprios; - Rácio combinado, Sendo também sempre tida em consideração a adequabilidade dos capitais próprios ao seu nível de risco e representação das provisões técnicas. Não existem critérios não financeiros na avaliação de desempenho dos Administradores Executivos.
IV.2 Adequação da componente fixa e variável, devendo a fixa representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo;	√		
IV.3 Pagamento de uma parte substancial da parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo;		X	Não aplicável tendo em conta a estrutura accionista da Companhia de Seguros Tranquilidade, bem como o facto dos seus títulos não se encontrarem cotados em mercados regulamentados.
IV.4 Diferimento de uma parte substancial da parte variável por um período mínimo de 3 anos e o seu pagamento dependente do bom desempenho da instituição;		X	Tendo presente o peso dos valores máximos considerados para a remuneração variável, bem como os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração.
IV.5 A componente variável sujeita a deferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo à componente fixa;		X	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.4
IV.6 Inexistência de contratos celebrados por membros do órgão de administração que tenham por efeito mitigar a variabilidade da remuneração que lhe for fixada;	√		
IV.7 Manutenção, até ao termo do mandato, do valor das acções que lhe foram atribuídos no âmbito da componente variável, até ao limite de 2 vezes a remuneração total anual, salvo se necessário para pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções;		X	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.8 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a 3 anos;		X	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.9 Após o exercício referido no ponto anterior (IV.8), os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo numero de acções até ao fim do seu mandato, devendo esse número ser fixado.		X	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV. Órgão de Administração – Membros não Executivos			
IV.10 A remuneração dos membros não executivos do Órgão de Administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.		X	Embora não haja lugar ao pagamento de qualquer remuneração variável em relação aos Vogais do Conselho de Administração sem funções Executivas, encontra-se prevista, especificamente em relação ao Presidente do Conselho de Administração, a possibilidade da remuneração anual incluir uma componente variável.
IV. Órgão de Administração – Indemnizações em Caso de Destituição			
IV.11 Definição de instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do referido membro.	√		Não existem compensações estabelecidas para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração.
V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável			
V.1 Se a remuneração dos colaboradores incluir uma componente variável, este deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa, atendendo designadamente, ao desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador; A remuneração fixa deve representar uma parte suficientemente importante da remuneração total; A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	√		

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
V.2 Pagamento substancial de uma parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição, e sujeito a uma política de retenção alinhada com os interesse a longo prazo da instituição.		X	Não aplicável tendo em conta a estrutura accionista da Companhia de Seguros Tranquilidade, bem como o facto dos seus títulos não se encontrarem cotados em mercados regulamentados.
V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável			
V.3. A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual, mas também colectivo da unidade da estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à actividade desenvolvida, designadamente regras de controlo interno e as relativas às relações com os Clientes;	√		
V.4 Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo;		X	Os critérios utilizados são predeterminados e mensuráveis. Não são relativos a um quadro plurianual por se entender que esta componente tem um baixo peso no valor global e diz respeito ao cumprimento ou não dos objectivos anuais.
V.5 A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	√		
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável			
V.6. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à actividade da qual resulta a sua atribuição;		X	O baixo peso desta componente não justifica o seu diferimento.
V.7. A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.		X	Não aplicável face ao disposto no ponto anterior.
V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que exerçam funções-chave			
V.8. Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objectivos associados às respectivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções;	√		
V.9 Em particular, a função actuarial e o actuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	√		
VI. Avaliação da Política de Remuneração			
VI.1 A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si;	√		
VI.2 A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;	√		
VI.3 As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à AG ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	√		

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
VII. Grupos Financeiros			
VII.1 A empresa-mãe de um grupo segurador ou conglomerado financeiro sujeito à supervisão do ISP com base na sua situação em base consolidada deve assegurar que todas as suas filiais, incluindo as filiais no estrangeiro, implementem políticas de remuneração consistentes entre si, tendo por referência as presentes recomendações;	√		Estes princípios encontram-se devidamente consagrados na Política de Remuneração dos Colaboradores com Funções-Chave da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., em relação à T-Vida, Companhia de seguros, S.A. e Seguros LOGO, S.A.. No futuro, o cumprimento dos mesmos será também avaliado pelas funções de controlo em relação às restantes empresas sujeitas à supervisão do ISP, nas quais a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. detenha uma participação qualificada.
VII.2 A adopção das presentes recomendações deve ser assegurada para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das instituições que integrem o mesmo grupo segurador ou conglomerado financeiro;	√		
VII.3 As funções-chave da empresa-mãe devem efectuar, em articulação entre si, com uma periodicidade mínima anual, uma avaliação das práticas remuneratórias das filiais no exterior à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;	√		
VII.4 As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração da empresa-mãe e à assembleia-geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da avaliação a que se refere o número anterior, que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	√		





VALTER VINAGRE b. 1954, Portugal
Da série *Variações para um fruto*,
“S/ título #9”, 2003
Prova por destruição selectiva
102,5 x 127,5cm
Edição única
Cortesia do Artista

09 Certificação Legal das Contas e Relatório do Parecer do Conselho Fiscal



01 Órgãos Sociais
07



02 Relatório do Conselho de Administração
11



03 Demonstrações Financeiras
21



04 Demonstração do Rendimento Integral
27



05 Mapa de Variação de Capitais Próprios
31



06 Demonstração de Fluxos de Caixa
35



07 Anexo às Demonstrações Financeiras
39



08 Divulgação das Políticas de Remuneração
81



10 Quadros Directivos
103



11 Rede de Lojas
107

JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA
Revisor Oficial de Contas Nº 312

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 1.121.209 milhares de euros e um total de capital próprio de 318.749 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 11.635 milhares de euros), a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Mapa de Variação de Capitais Próprios do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
 6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

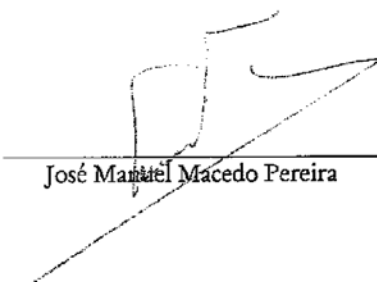
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

ÊNFASE

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 7, chamo a atenção para a situação seguinte:
 - ♦ Conforme referido na nota n.º 25 (Capital) do Anexo o capital da Tranquilidade, de 210 milhões de euros encontra-se totalmente subscrito mas apenas realizado em 160 milhões de euros. Do aumento de capital efectuado em Dezembro de 2010 no valor de 75 milhões de euros apenas foram realizados 25 milhões de euros, sendo que a realização do restante valor deverá ser feita até 2015.

Lisboa, 22 de Março de 2011



José Manuel Macedo Pereira

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas da
COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.,

Nos termos da lei e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório, as Contas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da **COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE S.A.** apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respectiva Certificação Legal das Contas que o Revisor Oficial de Contas da Companhia emitiu oportunamente.

No âmbito das nossas atribuições acompanhámos com regularidade ao longo do exercício de 2010 a actividade da Companhia e a sua gestão, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística que nos foram regularmente disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração, à Comissão Executiva, ao Comité de Gestão de Risco Global e aos Serviços da Companhia a quem cabe a responsabilidade operacional, nomeadamente, pelas funções de Auditoria Interna, Controlo Interno e Gestão de Riscos, de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada, e ainda através das acções de verificação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações legais e estatutárias.

Pudemos, assim, constatar com satisfação que a Companhia continuou a adoptar uma política de utilização racional dos recursos e de controlo dos custos, mantendo na sua actividade operacional e financeira uma política de minimização de riscos particularmente recomendável na actual conjuntura e que se reflectiu, nomeadamente, no reforço dos capitais próprios em 66,3 milhões de Euros relativamente ao ano anterior e, também, do rácio de solvência de 361% em 2009 para 573% em 2010.

A nossa acção no exercício de 2010 incidiu com particular interesse e detalhe sobre o planeamento e implementação das acções a decorrer até 2012 para adaptação da Companhia ao novo regime de Solvência II e às suas consequências para a actividade seguradora, nomeadamente, nos desenvolvimentos em curso na Companhia nas áreas da gestão de risco, do controlo interno, de "compliance" e de auditoria interna tendo em vista a adopção pela Companhia das melhores políticas e práticas geralmente aceites a nível internacional e em consonância com os requisitos regulamentares aplicáveis.

Para além disso, acompanhámos regularmente os esforços da Comissão Executiva para prosseguir de forma equilibrada a implementação de uma estratégia de internacionalização e de crescimento da sua quota do mercado interno, em paralelo com a adopção de uma política de gestão prudente tendo em vista minimizar os inevitáveis efeitos da grave crise financeira internacional iniciada em 2007 e cujos desenvolvimentos têm vindo a marcar negativamente e de forma significativa todos os sectores de actividade e, em particular, o sector segurador, tanto em Portugal como em praticamente todo o mundo.

Como nos compete, acompanhámos também (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adoptados pela Companhia, funções estas da responsabilidade do Senhor Dr. José Manuel Macedo Pereira, Revisor Oficial de Contas designado pela Assembleia Geral para proceder ao exame e certificação legal das contas da Companhia no quadriénio 2008-2011.

Após o final do exercício de 2010 procedemos à apreciação do respectivo Relatório e Contas que o Conselho de Administração oportunamente preparou e nos apresentou, tendo constatado que o mesmo obedece às disposições legais e estatutárias aplicáveis e refere os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade da Companhia durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2010. Oportunamente, e nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apreciou, ainda, a Certificação Legal das Contas do exercício de 2010, datada de 22 de Março de 2011, emitida sem reservas pelo referido Revisor Oficial de Contas e com a qual concordamos.



Como resultado das acções de fiscalização exercidas, acima resumidas, e em consonância com as respectivas conclusões, somos de Parecer que a Assembleia Geral da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. aprove:

- a) O Relatório de Gestão, datado de 15 de Março de 2011, e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 que integram o respectivo Relatório e Contas apresentado pelo Conselho de Administração;
- b) A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2010, no montante de 11.635.423,99 euros, nos termos constantes do ponto 2.5 do Relatório de Gestão acima referido.

Lisboa, 25 de Março de 2011

O Conselho Fiscal



José Manuel Ruivo da Pena – Presidente



Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira – Vogal



António Ricardo Espírito Santo Bustorff – Vogal





VALTER VINAGRE b. 1954, Portugal
Da série *Variações para um fruto*,
"S/ título #10", 2003
Prova por destruição selectiva
de corantes (Ilfochrome)
102,5 x 127,5cm
Edição única
Cortesia do Artista

10 Quadros Directivos



01 Órgãos Sociais
07



02 Relatório do Conselho de Administração
11



03 Demonstrações Financeiras
21



04 Demonstração do Rendimento Integral
27



05 Mapa de Variação de Capitais Próprios
31



06 Demonstração de Fluxos de Caixa
35



07 Anexo às Demonstrações Financeiras
39



08 Divulgação das Políticas de Remuneração
81



09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
95



11 Rede de Lojas
107

10 Quadros Directivos

Assessoria para Assurfinance

Vítor Hugo Zão Barros Peixoto

Assessoria para Sinistros com Danos Corporais

Luís Espírito Santo Silva Ricciardi

Assessoria para Marketing e Comercial

Filipe Antero Rogenes Barreto Infante

Assessoria para Desenvolvimento Internacional

Artur João de Carvalho Fonseca Duarte

Assessoria para a Gestão de Talentos

Filipe Antero Rogenes Barreto Infante

Direcção de Auditoria

Dinora Clara Feijão Margalho Botelho

Direcção Comercial de Retalho

Filipe Antero Rogenes Barreto Infante

Direcção Comercial Norte

António Fernandes da Silva

Direcção Comercial Centro

Fernando José Feijão Oliveira Santana

Direcção Comercial Sul

Ana Cristina Branco Marques

Direcção de Médias Empresas

João Maria Sousa C. Ferreira do Amaral

Direcção de Assurfinance e Vida

Vítor Hugo Zão Barros Peixoto

Direcção Financeira e Administrativa

Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

Direcção de Grandes Clientes, Corretores e Private

José Paulo Castro Trigo

Direcção de Marketing

Filipe Antero Rogenes Barreto Infante

Direcção de Organização e Sistemas

José Manuel Mendes Esteves Serra Vera

Direcção de Pessoal ¹⁾

Direcção de Risco Global e Controlo Interno

Luís António Jardim Franco

Direcção de Sinistros ¹⁾

Direcção Técnica

João Carlos Dores Candeias Barata

¹⁾ Em nomeação





EMANUEL BRÁS b. 1967, Portugal
“#25 lugares de afeção”, 2004
Prova cromogénea de ampliação
digital (Processo LightJet Lambda)
80 x 80 cm
Edição de 2/5
Cortesia do Artista

11 Rede de Lojas



01 Órgãos Sociais
07



02 Relatório do Conselho de Administração
11



03 Demonstrações Financeiras
21



04 Demonstração do Rendimento Integral
27



05 Mapa de Variação de Capitais Próprios
31



06 Demonstração de Fluxos de Caixa
35



07 Anexo às Demonstrações Financeiras
39



08 Divulgação das Políticas de Remuneração
81



09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
95



10 Quadros Directivos
103

11 Rede de Lojas

Aeroporto de Lisboa

Aeroporto da Portela • 1700-998 Lisboa
Tel.: 218 452 170 • Fax: 218 452 179
E-mail: aeroportolisboa@tranquilidade.pt

Algés

Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 7-9 • 1495-039 Algés
Tel.: 214 118 910 • Fax: 214 118 919
E-mail: alges@tranquilidade.pt

Almada

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 1 A • 2800-170 Almada
Tel.: 212 735 120 • Fax: 212 735 129
E-mail: almada@tranquilidade.pt

Amadora

Av. Cardoso Lopes, 18 A • 2700-159 Amadora
Tel.: 214 985 730 • Fax: 214 985 739
E-mail: amadora@tranquilidade.pt

Aveiro

Rua Dr. Alberto Souto, 30 • 3800-148 Aveiro
Tel.: 234 400 510 • Fax: 234 400 529
E-mail: aveiro@tranquilidade.pt

Braga

Av. da Liberdade, 570 • 4710-249 Braga
Tel.: 253 203 270 • Fax: 253 203 289
E-mail: braga@tranquilidade.pt

Bragança

Rua 5 de Outubro, 28, r/c dto. • 5300-112 Bragança
Tel.: 273 310 170 • Fax: 273 310 179
E-mail: braganca@tranquilidade.pt

Cascais

Rua Frederico Arouca, 45 A, Lj 1 • 2750-355 Cascais
Tel.: 214 823 800 • Fax: 214 823 809
E-mail: cascais@tranquilidade.pt

Castelo Branco

Av. Gen. Humberto Delgado, 62 • 6000-267 Castelo Branco
Tel.: 272 349 520 • Fax: 272 349 529
E-mail: castelobranco@tranquilidade.pt

Coimbra

Av. Fernão Magalhães, 441, r/c • 3800-177 Coimbra
Tel.: 239 851 980 • Fax: 239 851 989
E-mail: coimbra@tranquilidade.pt

Espinho

Rua 20, 534 • 4500 Espinho
Tel.: 227 331 270 • Fax: 227 331 279
E-mail: espinho@tranquilidade.pt

Évora

Praça do Giraldo, 30-32 • 7000-508 Évora
Tel.: 266 730 640 • Fax: 266 730 649
E-mail: evora@tranquilidade.pt

Faro

Rua Batista Lopes, 21, r/c • 8000-225 Faro
Tel.: 289 880 060 • Fax: 289 880 069
E-mail: faro@tranquilidade.pt

Funchal

Rua Cón. Jerónimo Dias Leite, Edif. Marina Fórum • 9000-052 Funchal
Tel.: 291 201 860 • Fax: 291 201 869
E-mail: funchal@tranquilidade.pt

Gondomar

Rua 5 de Outubro, 139 • 4420-086 Gondomar
Tel.: 224 663 870 • Fax: 224 663 879
E-mail: gondomar@tranquilidade.pt

Guarda

Largo Dr. João de Almeida, 24 • 6300-965 Guarda
Tel.: 271 205 020 • Fax: 271 205 029
E-mail: guarda@tranquilidade.pt

Guimarães

Rua Teixeira de Pascoaes, 71 A • 4800-513 Guimarães
Tel.: 253 439 610 • Fax: 253 439 619
E-mail: guimaraes@tranquilidade.pt

Leiria

Rua Anzebino Cruz Saraiva, 251, Lt3, Quinta de São Miguel
2400-098 Leiria
Tel.: 244 860 340 • Fax: 244 860 349
E-mail: leiria@tranquilidade.pt

Lisboa (Central)

Av. da Liberdade, 242 • 1250-149 Lisboa
Tel.: 213 503 500 • Fax: 213 503 584
E-mail: lisboa@tranquilidade.pt

Lisboa (Praça de Londres)

Praça de Londres, 10 B • 100-192 Lisboa
Tel.: 218 428 820 • Fax: 218 428 829
E-mail: pracalondres@tranquilidade.pt

Matosinhos

Av. da República, 371 • 4450-242 Matosinhos
Tel.: 229 396 550 • Fax: 229 396 559
E-mail: matosinhos@tranquilidade.pt

Montijo

Av. Luís de Camões, 28 B, r/c • 2870-163 Montijo
Tel.: 212 309 580 • Fax: 212 309 589
E-mail: montijo@tranquilidade.pt

Odivelas

Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, 43 A-C • 2675-301 Odivelas
Tel.: 219 344 780 • Fax: 219 344 789
E-mail: odivelas@tranquilidade.pt

Penafiel

Av. Sacadura Cabral, 76-78 • 4560-480 Penafiel
Tel.: 255 710 680 • Fax: 255 710 699
E-mail: penafiel@tranquilidade.pt

Ponta Delgada

Rua Machado Santos, 32 • 9500-083 Ponta Delgada
Tel.: 296 301 390 • Fax: 296 301 399
E-mail: pontadelgada@tranquilidade.pt

Portimão

Estrada do Alvor, Edif. S. Sebastião, Lt 6, Lj 1 • 8500-521 Portimão
Tel.: 282 410 030 • Fax: 282 410 039
E-mail: portimao@tranquilidade.pt

Porto

Rua D. Manuel II, 290 • 4050-344 Porto
Tel.: 226 082 000 • Fax: 226 009 814
E-mail: portol@tranquilidade.pt

Sacavém

Av. S. José, 38 A • 2685-108 Sacavém
Tel.: 219 409 880 • Fax: 219 409 889
E-mail: sacavem@tranquilidade.pt

Santarém

Rua Serpa Pinto, 99 • 2000-046 Santarém
Tel.: 243 303 320 • Fax: 256 200 329
E-mail: santarem@tranquilidade.pt

Setúbal

Praça do Bocage, 101 • 2900-276 Setúbal
Tel.: 265 520 280 • Fax: 265 520 289
E-mail: setubal@tranquilidade.pt

Tomar

Alameda 1º de Março, 50 • 2300-431 Tomar
Tel.: 249 310 870 • Fax: 249 310 879
E-mail: tomar@tranquilidade.pt

Torres Vedras

Rua Santos Bernardes, 26 • 2560-365 Torres Vedras
Tel.: 261 334 420 • Fax: 261 334 429
E-mail: torresvedras@tranquilidade.pt

Viana do Castelo

Rua de Aveiro, 119, r/c dto. • 4900-495 Viana do Castelo
Tel.: 258 806 360 • Fax: 258 806 369
E-mail: vianacastelo@tranquilidade.pt

Vila Franca de Xira

Praça Afonso de Albuquerque, 25 • 2600-093 Vila Franca de Xira
Tel.: 263 286 540 • Fax: 263 286 549
E-mail: vilafrancaxira@tranquilidade.pt

Vila Nova de Famalicão

Rua Adriano Pinto Basto, 216, r/c • 4760-114 Vila Nova de Famalicão
Tel.: 252 501 960 • 252 501 969
E-mail: vilanovafamalicao@tranquilidade.pt

Vila Real

Av. 1º de Maio, 257 • 5000-651 Vila Real
Tel.: 259 302 480 • Fax: 259 302 489
E-mail: vilareal@tranquilidade.pt

Vila Nova de Gaia

Praceta 25 de Abril, 146 • 4430-257 Vila Nova de Gaia
Tel.: 223 773 100 • Fax: 223 773 109
E-mail: vilanovagaia@tranquilidade.pt

Viseu

Rua D. Francisco Alexandre Lobo, 29-33 • 3500-071 Viseu
Tel.: 232 484 640 • Fax: 232 484 649
E-mail: viseu@tranquilidade.pt



Linha de Apoio ao Cliente

707 24 07 07*

www.tranquilidade.pt

infogeral@tranquilidade.pt

*Horário - 8h45 às 21h00 todos os dias úteis
Assistência 24h - 7 dias/semana

2010

Relatório e Contas

As peças que ilustram este Relatório e Contas integram a coleção de fotografia BES art que o Banco está a constituir desde 2004 através de trabalhos recentes de conceituados artistas plásticos contemporâneos internacionais e portugueses.

FOTOGRAFIAS

Colecção
Banco
Espírito
Santo

BES
art COLECCÃO
BANCO
ESPIRITO SANTO

DESIGN E DESENVOLVIMENTO

Linha 21
Marketing
e Publicidade

L21



BERNHARD HEIDL

b. 1951 – Germany

“SeaZen”, 2008

Digital Chromogenic Print

60x90cm • Edition : 1/5+ 1 AP

Courtesy by the Artist